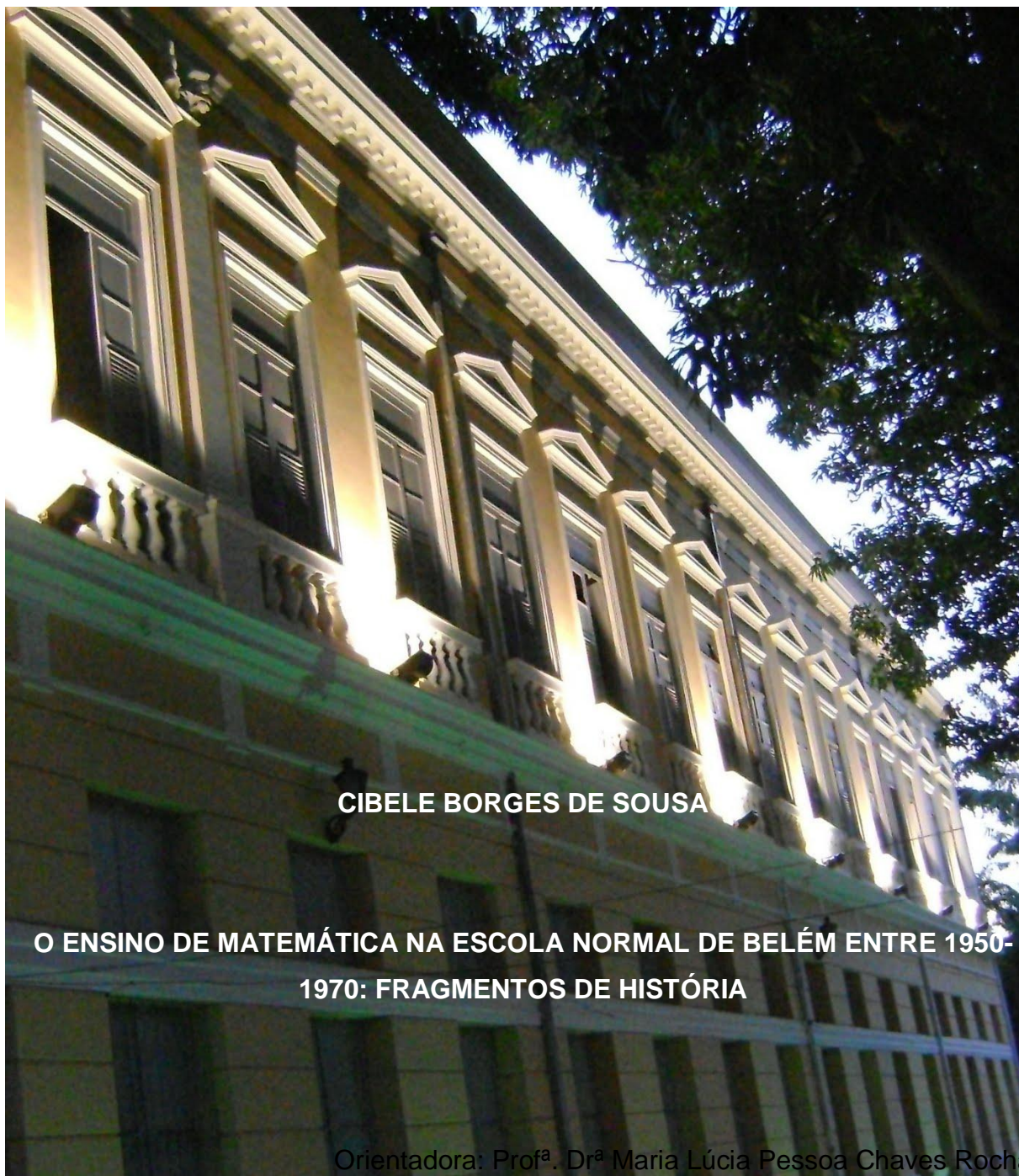


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E**  
**MATEMÁTICAS**



**CIBELE BORGES DE SOUSA**

**O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA NORMAL DE BELÉM ENTRE 1950-  
1970: FRAGMENTOS DE HISTÓRIA**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Pessoa Chaves Rocha

**BELÉM**  
**2015**

CIBELE BORGES DE SOUSA

**O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA NORMAL DE BELÉM ENTRE 1950-  
1970: FRAGMENTOS DE HISTÓRIA**

*Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS**, sob a orientação da **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Chaves Pessoa Rocha**.*

**BELÉM**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Sousa, Cibele Borges, 1972-

O ensino de matemática na Escola Normal de Belém  
entre 1950-1970: fragmentos de história / Cibele Borges  
Sousa. - 2015.

Orientadora: Maria Lúcia Chaves Pessoa  
Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Educação  
Matemática e Científica, Programa de  
Pós-Graduação em Educação em Ciências e  
Matemáticas, Belém, 2015.

1. Matemática - estudo e ensino. 2. Educação  
matemática - história (PA). 3. Escola Normal -  
Belém (PA). 4. Professores - formação. I.  
Título.

CDD 22. ed. 510.7

---

CIBELE BORGES DE SOUSA

**O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA NORMAL DE BELÉM ENTRE 1950-  
1970: FRAGMENTOS DE HISTÓRIA**

*Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS**, sob a orientação da **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Chaves Pessoa Rocha**.*

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Pessoa Chaves  
Rocha – Orientadora (IFPA)

---

Prof. Dr. Miguel Chaquiam –  
Membro externo (UEPA)

---

Prof. Dr. Carlos Aldemir Farias da Silva –  
Membro interno (UFPA)

---

Prof. Dr. Iran Abreu Mendes –  
Membro externo (UFRN)

Belém, 13 de julho de 2015.

A Deus, aos meus pais (*in memoriam*), a  
minha amada filha Isabele, a Reginaldo, aos  
familiares e aos amigos de todas as horas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me sustentar frente aos momentos difíceis por mim vivenciados no decorrer deste Curso e por permitir que eu concluísse este trabalho.

A Professora Doutora Maria Lúcia Chaves Pessoa Rocha, braço amigo de todas as horas e etapas deste caminho.

A minha família, pela confiança e pela motivação a cada passo dado neste caminhar.

Aos amigos e aos colegas, pela força e pela vibração em relação a esta jornada e, em particular, ao amigo Márcio Benício de Sá, pelas boas palavras ao longo deste percurso.

Aos professores e aos colegas de Curso, pois, em muitos momentos, trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

Em especial à Professora Maria José Mendes, que, com suas palavras de incentivo e com sua gentileza, contribuiu para a minha formação.

Aos professores da banca de qualificação - Professor Doutor Iran Abreu Mendes, Professor Doutor Miguel Chaquiam e Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Avelino França -, pelos direcionamentos, os quais contribuíram de maneira incontestante para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Carlos Aldemir Farias da Silva, que aprendi a admirar, por qualificar minha escrita e por dedicar-se a incentivar-me a cada reencontro. Suas palavras foram fundamentais para que eu conseguisse ir adiante e concluísse este texto.

Ao Professor Doutor José Messildo Viana Nunes, que desde o início desta caminhada, acreditou e influenciou significativamente para minha formação como pesquisadora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelas contribuições para com minha formação como pesquisadora.

Às professoras entrevistadas, pela gentileza e pelo compartilhamento de suas histórias valorosas e essenciais para a realização deste estudo.

Além de agradecer, quero, aqui, prestar uma homenagem às Professoras Maria Ferreira e Eneida Nazaré da Costa Norat, por compartilharem suas belas trajetórias como formadoras de normalistas em nosso estado e por compreenderem a essencialidade das entrevistas concedidas para a construção desta pesquisa.

À amiga Telma Silva, por sua gentileza em apresentar-me à Prof<sup>a</sup>. Maria Ferreira e, assim, promover nossa interlocução.

Aos membros do Grupo de Estudos em História e Educação Matemática (GEHEM), pelas contribuições em meio às discussões realizadas durante as reuniões do Grupo.

À Prof<sup>a</sup>. Leila Sodré, por suas contribuições fundamentais para este texto.

“Vai sem direção  
Vai ser livre  
A tristeza não  
Não resiste  
Solte os seus cabelos ao vento  
Não olhe pra trás  
Ouça o barulhinho que o tempo  
No seu peito faz  
Faça sua dor dançar  
Atenção para escutar  
Esse movimento que traz paz  
Cada folha que cair,  
Cada nuvem que passar  
Ouve a terra respirar  
Pelas portas e janelas das casas  
Atenção para escutar  
O que você quer saber de verdade.”

Marisa Monte /Carlinhos Brown /Arnaldo Antunes



## RESUMO

Esta pesquisa, delineada no campo da Educação Matemática, assume como seu objeto estudo a disciplina Matemática do século XX inscrita na história da Escola Normal em Belém do Pará. O período investigado compreende desde a década de 50 até a década de 70, visto que, em 1971, houve a promulgação da Lei 5.692/71, a qual extinguiu a Escola Normal. Inicialmente, busquei problematizar o objeto deste estudo e fui à procura de elementos que aportassem os argumentos expostos ao longo da dissertação. As reflexões acerca do objeto geraram os primeiros questionamentos. Traçados os objetivos, iniciei o percurso com o estabelecimento de um panorama, utilizando literatura referente à temática. Selecionei documentos, inclusive os de natureza primária, como: legislação vigente, fichas individuais, relação nominal dos professores, livro didático. Realizei entrevistas com o intuito de completar alguns sentidos de lacunas deixadas, por vezes, pelas fontes. O caminho da pesquisa foi permeado por indagações iniciais como: Que disciplinas da Escola Normal faziam parte do currículo? Quais eram os conteúdos? Como eram mobilizados estes conteúdos? Tais questionamentos orientaram a minha compreensão acerca dos fatos e a construção do texto. Assim, objetivei construir uma história da Educação Matemática desenvolvida na Escola Normal de Belém, em meados do século XX. Por meio da construção dessa história, seria possível, então, revelar que Matemática era mobilizada para a formação das normalistas entre as décadas de 1950 a 1970. Além de “compreender o passado”, o estudo propõe refletir sobre ele para aprimorar práticas futuras mais conscientes e entrelaçadas com o contexto histórico e com as legislações educacionais. O entrecruzamento com os referenciais teóricos escolhidos: Certeau (2011); Chartier (2002); Chervel (1990); Thompson (1992) e autores brasileiros como Valente e Garnica foram necessários para fortalecer a argumentação. O estudo traz nuances da história da Escola Normal no que se refere às práticas educativas da disciplina matemática e da utilização do guia didático. Tais práticas foram reveladas a partir das entrevistas realizadas com as professoras Maria Ferreira e Eneida Norat, bem como a partir do entrecruzamento das falas das professoras com as documentações selecionadas para esta pesquisa. Dessa forma, esta é a primeira história da Escola Normal no âmbito da história da educação matemática escrita à luz dos referenciais acima destacados e vem somar-se a História da Educação brasileira.

Palavras chave: Escola Normal; Matemática Escolar; História da Educação Matemática.

## ABSTRACT

This research outlined in the field of mathematics education, takes as its study object Mathematics course of the twentieth century inscribed in the History of the Normal School in Belém do Pará. The investigated period ranges from the 50s to the 70s, since, in 1971, there was the enactment of Law 5,692 / 71, which abolished the Normal School. Initially sought to problematize the object of this study and went looking for elements that denoted the arguments along the dissertation. The reflections on the object generated the first questions. Outlined the objectives, the route started with the establishment of an overview, using literature on the subject. Selected documents, including primary nature, such as current legislation, list of names of teachers, textbook. I performed the interviews order to complete some senses gaps left sometimes by the sources. The way the research was permeated by initial questions such as: What disciplines of Normal School were part of the curriculum? What were the contents? As these contents were mobilized? These questions guided my understanding of the facts and the construction of the text. So purpose build a history of mathematics education developed at the Normal School in Belém, in the mid-twentieth century. Through the construction of this history, it would be possible to then reveal that Mathematics was mobilized for the formation of normalistas from the 1950s to 1970. In addition to "understand the past," the study proposes to reflect on it to improve future practices more aware and interwoven with the historical background and the educational legislation. The intersection with the chosen theoretical framework: Certeau (2011); Chartier (2002); Chervel (1990); Thompson (1992) and Brazilian authors as Valente and Garnica were needed to strengthen the argument. The study brings nuances of the story of the Normal School with regard to the educational practices of mathematics discipline and the use of the teaching guide. Such practices were developed from interviews with Maria Ferreira and Eneida Norat teachers as well as from the intersection of the testimonies of the teachers with the documentation selected for this research. Thus, this is the first history of the Normal School as part of the history of mathematics education written in the light of the above highlighted references and is in addition to the history of Brazilian education.

Key words: Normal School; School Mathematics; History of Mathematics Education.

## LISTA DE IMAGENS

---

<b>IMAGEM 1:</b> Estudantes da Escola Normal, 1946/Acervo Flávio de Nassar .....	52
<b>IMAGEM 2:</b> Capa do Livro do Autor Altamir Souza .....	63

## LISTA DE QUADROS

---

<b>QUADRO 1:</b> Decreto Nº734 de 24 de janeiro de 1947 e Decreto nº. 636 de 30 de dezembro de 1950 que Institui o Regimento da Escola Normal .....	46
<b>QUADRO 2:</b> Lista Nominal dos Professores do IEP .....	64
<b>QUADRO 3:</b> Organização da Grade Curricular Para o Ano de 1966 .....	71
<b>QUADRO 4:</b> Cabeçalho Referente à Grade Curricular do Curso Colegial Normal (1966) .....	72
<b>QUADRO 5:</b> Programas Mínimos do Ensino Secundário (1952) da 1. <sup>a</sup> Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP (1960) .....	84
<b>QUADRO 6:</b> Programas Mínimos de Ensino Secundário (1952) da 2. <sup>a</sup> Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP (1960).....	85
<b>QUADRO 7:</b> Programas Mínimos de Ensino Secundário (1952) da 3. <sup>a</sup> Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP (1960) .....	86

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>FIGURA 1:</b> Álbum 1908 .....	41
<b>FIGURA 2:</b> Colégio Estadual Paes de Carvalho .....	42
<b>FIGURA 3:</b> Prédio do IEEP na Atualidade .....	60

## LISTA DE FOTOS

---

<b>FOTO 1:</b> Placa de reinauguração do Prédio do IEP, 1946/Acervo Flávio Nassar.....	58
<b>FOTO 2:</b> Entrevista com a Professora Maria Ferreira no Arquivo do SOME, 2014 .....	66
<b>FOTO 3:</b> Capa e lombada do Livro Curso de Matemática .....	73
<b>FOTO 4:</b> Apresentação do Livro Curso de Matemática .....	74
<b>FOTO 5:</b> Índice “Aritmética e Álgebra”.....	75
<b>FOTO 6:</b> CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 39 .....	76
<b>FOTO 7:</b> CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 40 .....	77
<b>FOTO 8:</b> CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 41 .....	78
<b>FOTO 9:</b> Índice “Geometria” .....	80
<b>FOTO 10:</b> Índice “Trigonometria” .....	80
<b>FOTO 11:</b> Índice “Geometria Analítica” .....	81
<b>FOTO 12:</b> Índice Completo do Livro Curso de Matemática .....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

**CENTUR** – Fundação Cultural do Estado do Pará Tancredo Neves

**CEPC** – Colégio Estadual Paes de Carvalho

**CESEP** – Centro de Estudos Superiores de Estado do Pará

**CODOE** - Coordenação de Documentação Escolar

**DE** – Dedicção Exclusiva

**FEP** – Fundação Educacional do Pará

**GEHEM** – Grupo de Estudos em História e Educação Matemática.

**GHOEM** – Grupo de História Oral em Educação Matemática

**IEEP** – Instituto de Educação do Estado do Pará

**IEP** – Instituto de Educação do Pará

**IPE** – Instituto Paraense de Educação

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**NHC** – Nova História Cultural

**PABAEE** – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar

**PPGECM** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciência e Matemáticas

**SOME** – Sistema Modular de Ensino

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – MOTIVAÇÕES E DELINEAMENTOS</b> .....	18
1.1 As Motivações Para a Realização da Pesquisa e o Objeto de Pesquisa .....	18
1.2 Delineamento da Pesquisa.....	19
1.3 Referenciais Teóricos .....	20
1.4 Problemática.....	32
1.5 Objetivo Geral.....	33
1.6 Objetivos Específicos.....	33
1.7 Estrutura dos Capítulos .....	35
<b>CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL: SEUS ENTRELACES LEGISLATIVOS EDUCACIONAIS</b> .....	37
2.1 Da Gênese Até 1943 .....	38
2.2 Período da Nova República (1946 – 1963): a Regulamentação do Ensino Normal .....	50
2.3 O IV Congresso Nacional de Matemática e a Lei N.º 5692/71.....	56
<b>CAPÍTULO 3 - MATEMÁTICA MOBILIZADA NA ESCOLA NORMA</b> .....	62
3.1 Os Professores Efetivos, os Equiparados e os Interinos .....	62
3.2 As Entrevistadas.....	66
<b>3.2.1 Traços Biográficos</b> .....	68
3.2.1.1 Maria Ferreira .....	68
3.2.1.2 Eneida de Nazaré Costa Norat.....	69
3.3 As Grades Curriculares.....	70
<b>3.3.1 Os Conteúdos de Matemática e o Guia Didático</b> .....	72
3.4 Quadro analítico: Programas Mínimos (1952) e o Guia Didático (1960).83	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	90
<b>APÊNDICES</b> .....	94
<b>ANEXOS</b> .....	101

## APRESENTAÇÃO

---

Ao longo dos últimos anos vem crescendo o número de textos circunscritos aos domínios da Educação Matemática no Brasil. Essa constatação permitiu-me vislumbrar a possibilidade de, efetivamente, não só contribuir com o campo da Educação Matemática, mas também ampliar a discussão sobre a história do Instituto de Educação do Pará<sup>1</sup> (IEP), e, em específico, acerca da disciplina Matemática. A partir de então, organizei uma composição argumentativa para responder a uma problemática inicialmente elencada.

Esta composição investigativa assumiu como foco espacial a Escola Normal, designação consagrada de uma instituição historicamente reconhecida por sua importância no contexto da educação pública no estado do Pará; O IEP. A escolha do foco espacial tornou possível encaminhar discussões relativas à disciplina Matemática ministrada naquela instituição pública de ensino, caracterizando-se, pois, a relevância do tema para o campo da Educação Matemática.

Tendo determinado o cenário de investigação, direcionei a pesquisa, partindo da problemática e dos objetivos para, a seguir, situar necessariamente a pesquisa em outro âmbito: o teórico. Percebi que a História Cultural atenderia ao propósito delimitado e, assim, estabeleci o suporte que começou a atribuir sentido às argumentações iniciais.

O estudo foi realizado e fundamentado a partir de levantamentos, bibliográficos, cujas informações foram extraídas de dissertações e de teses que têm em comum o tema Escola Normal. Além da prospecção bibliográfica em publicações acadêmicas, foram consultadas produções documentais do Instituto de Educação do Pará, cujas leituras subsidiaram o aporte teórico desse estudo. A localização destas documentações foi realizada, *a priori*, na Escola Normal e levou-me, mesmo que inicialmente a pensar como seriam planejados os próximos passos da trajetória desta pesquisa.

A realização de consultas às leis educacionais vigentes à época foi um dos procedimentos que adotei, além de efetuar leituras de textos tradicionalmente

---

<sup>1</sup> Assumo, a partir deste ponto do texto, a sigla IEP para designar o Instituto de Educação do Pará.

pertinentes aos domínios da História, como, a exemplo: *A Escrita da História* (de Michel de Certeau, 2011) e *O Campo da História* (de José D'Assunção de Barros, 2004). Os procedimentos de consulta e de leitura constantes consolidaram meu intuito de iniciar um caminhar, com passos firmes, nessa área de conhecimento.

A sistematização desta investigação acadêmica também contou com o planejamento e a realização de entrevistas, cujos informantes selecionados foram ex-professoras do IEP, as quais consubstanciaram a pesquisa com informações importantes para a geração de dados. Paralelamente às entrevistas, foram pormenorizadas as leituras de alguns documentos localizados (como legislação, grades curriculares, livros didáticos, dentre outros). Dessa forma, a minha percepção sobre o assunto foi se compondo, à medida que vi surgir, ao longo da pesquisa, a necessidade de preencher lacunas. O construto de uma percepção mais delineada sobre o tema da pesquisa é gradual e, nessa etapa, percebi que a escrita da síntese historiográfica da Escola Normal com o enfoque da disciplina Matemática ganhava uma estrutura inicial. Assim, as primeiras contribuições realizadas por mim para qualificar as discussões no território da Educação Matemática, foi implementada.

Decidida a estrutura inicial para a pesquisa, passei a estabelecer as leituras dos textos e do referencial teórico para a sustentação dos argumentos que elenquei durante o processo da construção historiográfica. Dessa forma, dediquei-me aos seguintes textos: os que versam sobre a História Cultural (Roger Chartier: 2002); os que tratam a respeito da História Oral (Garnica:2006 e Thompsom:1992); e os que abordam a História da Disciplina (Chervel:1990).Tais leituras me aproximaram da compreensão dos conceitos necessários à escrita da história e me levaram a estabelecer a organização necessária para a construção dos primeiros textos que compõe esta dissertação. Considerando essa linha de raciocínio, sistematizei por meio da estrutura descrita abaixo.

No primeiro capítulo intitulado ***Motivações e Delineamentos***, introduzo o assunto partindo das motivações para a realização desta pesquisa, até chegar a seu delineamento como investigação de natureza acadêmica. Inicialmente, apresento também os referenciais teóricos, a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos.

No segundo capítulo, cujo título é ***O Contexto Histórico e Educacional Brasileiro e seus Entrelaces Legislativos Educacionais***, descrevo o contexto político e educacional paraense, bem como exponho algumas das nuances acerca



da cultura da Escola Normal paraense. Neste capítulo, reúno ao contexto os entrelaçamentos com as legislações que pautaram as ações educacionais no Instituto Educacional do Pará e que organizaram o sistema educacional brasileiro.

No terceiro capítulo, ***A Matemática Mobilizada no Instituto de Educação do Pará*** demonstro o amparo de informações baseadas na legislação, no referencial teórico, nas entrevistas concedidas e no guia pedagógico. Com esse aporte teórico, elaboro um panorama dos conteúdos trabalhados na disciplina Matemática ministrada no Instituto de Educação do Pará para a formação de normalistas.

Nas ***Considerações Finais***, formulo uma síntese relativa à produção historiográfica e suas relações com os objetivos traçados e com a problemática de pesquisa, assim como procuro demonstrar o quanto foi importante cada passo dado nesta pesquisa, pois a escrita historiográfica requer do pesquisador um olhar atento entre o real e a percepção do real.

## CAPÍTULO 1 - MOTIVAÇÕES E DELINEAMENTOS

---

Neste primeiro capítulo, faço uma exposição acerca da escolha do objeto de pesquisa, da problemática, dos objetivos, dos percursos metodológicos e dos referenciais teóricos por mim assumidos, além de apresentar a composição estrutural desta dissertação.

### 1.1 AS MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E O OBJETO DE PESQUISA

Como profissional da educação atuante no ensino básico, procurei, ao longo de minha carreira, participar de eventos que pudessem proporcionar minha atualização profissional e, por assim dizer, estabelecer elos entre os conhecimentos acadêmicos e a minha prática docente. Nesse sentido, ingressei, no ano de 2012, no Curso de Especialização em Didática da Matemática ofertado pelo Instituto de Educação de Ciências e Matemática IEMCI/UFGA. O referido Curso de Especialização possibilitou-me o conhecimento de textos e a realização de leituras que direcionaram ainda mais meu olhar para a Educação Matemática. Neste mesmo ano, resolvi participar do processo seletivo proposto pelo Programa de Pós Graduação em Ciências e Matemática (PPGECM). Tendo sido aprovada, ingressei no PPGECM como aluna do Curso de Mestrado, e, hoje, sou participante e vinculada ao Grupo de Estudos de Pesquisas História e Ensino de Matemática (GEHEM).

Iniciei no Programa de Mestrado em 2013 sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Chaves Pessoa Rocha. Nos primeiros dias de orientação acadêmica, participei do Seminário<sup>2</sup> que seria proferido pelo Prof. Dr. Iran Abreu Mendes (UFRN), no Instituto Federal do Pará (IFPA) no *campus* Belém. Na ocasião, Mendes lançou para os participantes diversas ideias, possibilidades de temas para futuras pesquisas no campo da Educação Matemática. A partir do leque de possibilidades

---

<sup>2</sup> Seminário sobre história e Educação Matemática. Palestra: História e Educação Matemática ocorrido em 21 de março de 2013, no Auditório Central do IFPA, campus Belém.

apresentadas, uma delas chamou-me mais à atenção levando-me a despertar para nosso futuro objeto de estudo.

Num segundo momento, a temática foi sugerida para a orientadora. Após várias conversas sustentadas em favor do amadurecimento acerca sugestão temática, decidimos trilhar o início do caminho para a escrita do texto dissertativo. Por essa via, assumimos a temática: A Escola Normal<sup>3</sup>. A partir de então, fui envolvida pela temática apresentada. Nas orientações seguintes, sempre me foi solicitada a busca por informações relacionadas ao assunto, no intuito de, cada vez mais, apropriar-me do tema definido e das possíveis metodologias que poderiam vir a ser utilizadas para a construção do texto dissertativo. Posteriormente, iniciei a elaboração e a construção do projeto de pesquisa e, assim, fui desempenhando as ações iniciais, que culminaram com a escrita da dissertação.

Para tanto, a intenção de pesquisa se fortaleceu e acabou por atribuir um grau maior de relevância para o campo da educação matemática, pois esse campo vem se mostrando fértil com práticas historiográficas que agregam diversas nuances. Então, o que, inicialmente, era apenas intenção de pesquisa em pouco tempo passou a se constituir como algo real, como objeto de investigação científica.

Entretanto, para que fosse possível remontar uma história da Escola Normal, em Belém do Pará, no tocante à disciplina Matemática ministrada em meados do século XX, entre as décadas de 1950 a 1970, era necessário assumir desafios. Em vista disso, e desde então, a pesquisa situada no âmbito da história da educação matemática foi delineando-se de modo específico ao que diz respeito à Escola Normal. No início do percurso da investigação, procurei problematizar o objeto de estudo, isto é, a Escola Normal no que tange a disciplina Matemática e propus-me à sistematização de elementos (fatos, aspectos, dados) que pudessem compor o cenário educacional da época.

## 1.2 O DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi, inicialmente, delineando-se a partir das buscas de fontes bibliográficas e documentais concernentes à educação matemática desenvolvida no

---

<sup>3</sup> Para a expressão Escola Normal, a partir de então, assumiremos a sigla EN.

IEP. Esse *locus* de pesquisa ora citado foi e é essencial, vindo a se mostrar um campo bastante fértil para o encontro com elementos peculiares àquela instituição. Tais peculiaridades institucionais vêm possibilitar um desvelar para a escrita de uma história da Escola Normal e, assim, compor nosso fazer investigativo.

Fontes documentais, dentre elas algumas fontes primárias, como a legislação vigente, fichas individuais, relações nominais dos alunos, entre outras, foram utilizadas para a composição de uma história da instituição, bem como, serviram para favorecer reflexões acerca dessas fontes e, delas, fazer emergir questionamentos. Além das fontes documentais, a pesquisa foi esboçada pelo posterior confronto com os depoimentos das professoras Maria Ferreira e Eneida Nazaré Costa Norat, ambas partícipes daquela realidade escolar. Os depoimentos das referidas professoras serão explanados no terceiro capítulo.

Além do delineamento de pesquisa inicial, foi necessário desenhar um caminho entre o hoje e o ontem. Essa trilha no tempo advém dessa força às idas à sala do arquivo da Escola Normal. Por um lado, deparei-me com um ambiente submetido a condições pouco favoráveis para abrigar o tipo de documentação que lá se encontra, e, por outro lado, surpreendi-me com um acervo repleto de fontes documentais veladas, o que fez aumentar meu interesse como pesquisadora e, principalmente, pelo objeto escolhido para a pesquisa. A partir de questionamentos e de reflexões, hoje, percebo o quão foi e continua sendo importante a escrita historiográfica.

Das entrevistas com as professoras citadas e dos entrecruzamentos destas com as outras fontes e documentações acessadas nesse percurso de pesquisa, deve-se responder: **Que Matemática era mobilizada na Escola Normal do Pará entre as décadas de 1950 e 1970?**

### 1.3 OS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Iniciei meu planejamento reconhecendo que uma pesquisa necessita de um conjunto de ações metódicas e sistemáticas que venham a possibilitar seu pleno desenvolvimento, e isso constitui um princípio de fundamental importância. Dessa forma, fez-se necessário elaborar um plano inicial de ações contínuas, o qual fui

dinamizando à medida que se apresentavam novas etapas a cumprir no percurso da investigação.

Como já foi dito, este estudo se insere no âmbito da história da educação matemática<sup>4</sup>, e para tentar responder aos interesses desse campo do conhecimento, formulei interrogações sobre o contexto do Instituto de Educação do Pará (IEP) ao longo das décadas de 1950 a 1970, no que tange à disciplina Matemática. Assim, foi definida a principal tarefa para a escrita desta pesquisa, com vistas a torná-la um testemunho da história da educação matemática para o estado do Pará. Para dar conta de tal tarefa, decidi enveredar por reconhecer os instrumentos que os historiadores, atualmente, utilizam e apropriar-me deles, bem como, das novas abordagens, para a escrita da história<sup>5</sup>.

Para esta pesquisa, em específico, estou assumindo a História Cultural como aspecto fundador da Dimensão. Como Abordagem será realizada a observação das fontes a partir da História Local. Em relação ao tratamento das fontes, serão utilizadas a História Documental e a História Oral. Quanto ao Domínio será feita a relação dos objetos a partir da História da Instituição. Por fim, em relação aos agentes históricos, o diálogo se instituirá com os subsídios extraídos da História da Disciplina.

Ao examinamos obras que se referem aos mesmos domínios – correlatos com a temática aqui abordada – e com o propósito de fortalecer os argumentos para a escrita, enveredei pelas leituras que me levassem a adentrar e a compreender conceitos próprios da história e, dessa forma, fundamentar minhas próprias formulações para a realização da escrita.

Os passos iniciais foram dados e logo pude perceber que, durante esse processo exploratório, era possível compreender - entre idas e vindas ao mesmo texto - conceitos pertencentes à área da história para, então, iniciar as primeiras

---

<sup>4</sup> Assumiremos aqui, segundo Silva; Valente (2009, p.11) a expressão “Educação Matemática” como o recente campo acadêmico, lugar de investigação sobre ensino e aprendizagem da Matemática. A expressão “educação matemática” remete-nos aos processos de ensino e à aprendizagem da Matemática desde tempos imemoráveis, constituindo-se, assim, em tema de pesquisa dos estudos relativos à história da educação matemática.

<sup>5</sup> Iniciamos o levantamento bibliográfico consultando o texto: “O Campo da História.” (2004), pôde-se constatar a diversidade de subdivisões inerentes ao campo histórico. Tais subdivisões são didaticamente organizadas por Barros (p. 19) no quadro denominado: O Campo Histórico. Este se subdivide em três “ramos”: Dimensões, Abordagens e Domínios. Dessa forma, a Dimensão é o primeiro plano da pesquisa neste Campo, e, é o modo como o pesquisador vê (trata-se do enfoque); a Abordagem é o modo como discorrer a pesquisa, isto é, que métodos serão utilizados (por exemplo, a partir do uso das fontes); e o Domínio, que se traduz por abrangência e/ou escopo, trata de uma escolha específica, é o campo temático.

composições textuais sobre as bases conceituais que eu e minha orientadora julgamos necessárias para o embasamento teórico e posterior discussão. Desse modo, o trajeto de escrita foi se constituindo. A compreensão e a utilização de tais conceitos são de importância significativa, uma vez que nos garantem justificar com maior propriedade nossa escolha metodológica.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida no âmbito da História Cultural e traz como conceitos fundamentais: 1) A História, segundo Certeau; 2) A Educação Matemática<sup>6</sup>, a educação matemática e a História da Matemática, segundo Wagner Valente; e 3) A História Cultural, de Roger Chartier.

Em princípio, faz-se necessário trazer à tona a ideia de fonte histórica e alguns de seus usos conceituais. Segundo Pinsky (2006, p. 10): “O uso de fonte também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com identidades culturais.”. Tal uso conceitual poderá ser explicitado a partir do que for estabelecido com o objeto de pesquisa. Os interesses do historiador poderão corresponder a uma melhor, ou não, abordagem dessas fontes e, assim, cumprir etapas que possibilitem a escrita de uma história com mais ou menos lacunas.

Na perspectiva da construção historiográfica, o livro: “A Escrita da História.” de Michel de Certeau (2011) contribui no sentido de nos esclarecer acerca do fazer historiográfico. Segundo o autor:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2011, p.47)

Certeau vem nos apontando caminhos e nos propõe refletir a respeito do fazer história, do lugar de produção, dos métodos a serem utilizados e sobre as condições que são e/ou serão impostas no percurso da investigação.

No texto: “A Oficina do Historiador de Matemática: Cadernos de Alunos Como Fontes de Pesquisa.”, os autores Silva e Valente (2009) nos apresentam considerações acerca dos “[...] diversos modos existentes que tratam da história da

---

<sup>6</sup> Campo acadêmico.

educação matemática [...]” (p.11). Além de distinguir as expressões: “Educação Matemática” de “educação matemática”, pois se fez necessário estabelecer essa distinção terminológica, visto que tais expressões têm significados distintos para a perspectiva dos textos da área. Neste caso, em específico, os autores vêm esclarecer os significados de expressões fundamentais na área da Educação Matemática. Assim,

Neste texto distinguimos “Educação Matemática” de “educação matemática”. A primeira expressão designa o recente campo acadêmico, lugar de investigações sobre ensino e aprendizagem da Matemática. Uma referência fundadora, no Brasil, desse campo pode ser dada pela criação da SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática, no ano de 1988. A segunda expressão remete aos processos de ensino e aprendizagem da Matemática desde tempos imemoriais, constituindo-se, assim, em tema de pesquisa dos estudos relativos à história da educação matemática. De todo modo, a distinção se faz necessária para que não se pense que por “história da educação matemática” estivessem apenas alocados os estudos pós anos 1980, ou mesmo restritos à história do campo de pesquisa. (SILVA e VALENTE, 2009, p.11)

Feita tal distinção e corroborando Silva e Valente quanto aos significados expostos acima, inicio os entrelaçamentos dos conceitos necessários para uma escrita à luz da história.

Na sequência, apresentamos o conceito de História Cultural a partir de Roger Chartier (2002, p. 16-17):

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16-17):

O propósito de assumirmos um referencial conceitual para a história é o de conduzir nosso olhar, a partir de considerações organizadas por Chartier, que explicita as "categorias fundamentais de percepção e apreciação do real". As categorias formuladas pelo historiador francês nos dirigem ao sentido de evidenciar sua metodologia apontando para três noções, a saber: representação, prática e apropriação.

Para uma compreensão da noção de representação e prática no mundo social, fez-se necessário adentrar nesse campo marcadamente subjetivo e, para tal, recorreu-se à contribuição teórica de Chartier, o qual nos contempla com o seguinte texto:

Mas do que o conceito de mentalidade, ela (a noção de representação) permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer conhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente, um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (Chartier, 1990, p. 23 *apud* Valente, 2009, p.17), (Chartier, 2006, p. 83-84, *apud* Valente, 2009, p. 17)

Em vista das formulações trazidas pelo historiador francês Roger Chartier, as noções de representação e prática nos permitem olhar para os diferentes grupos sociais com uma maneira própria, singular, marcando sua presença a partir de significados que legitimam a existência desses diferentes grupos. Para além, Burke (2005, p.78) compartilha que: “...os historiadores culturais a se preocuparem com as representações e as práticas, os dois aspectos característicos da NHC<sup>7</sup> segundo um de seus líderes, Roger Chartier.”, para que se possa apreender sobre a identidade de um grupo, por exemplo.

Ainda segundo Burke (2005, p.78): “ ‘Práticas’ é um dos paradigmas da NHC [...]”, assim como: “[...] a história das práticas é uma área dos escritos históricos recentes mais afetados pela teoria social e cultural.”. A história das práticas perpassa muitas áreas da escrita da história. “[...] a história das práticas cotidianas é ainda mais óbvia na história da ciência.” (p.81). Desta maneira, a escrita da história vem sendo construída não exclusivamente por fatos “grandiosos”, mas também por fatos que a partir das: “mudanças nos métodos do que Thomas Kuhn chamou de “ciência normal”, encontrando lugar para incluir as contribuições dos artesãos que fizeram os instrumentos científicos e dos assistentes de laboratório que, na verdade, realizaram os experimentos.” (BURKE, p.81-82). Em se tratando da história do IEP, a história perpassa pela disciplina Matemática e traz à luz como esta era mobilizada naquela instituição pública educacional.

---

<sup>7</sup> A sigla NHC refere-se à Nova História Cultural. Esta expressão “entrou em uso no final da década de 1980. [...] A NHC é a forma dominante da história cultural. [...]” (BURKE, 2005, p.68).



Quanto à ideia de apropriação, que também está sendo mobilizada ao longo deste estudo, ganha destaque a descrição apresentada por Chartier (1990, p.26-27 *apud* MARQUES, 2013, p.156), segundo a qual o autor expõe que

A apropriação tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetida para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação e leitura, mais em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais inviáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. CHARTIER (1990, p.26-27 *apud* MARQUES, 2013, p.156)

Nesse sentido, as apropriações das práticas culturais conferem significado ao mundo de forma plural, constituindo, assim, as mais distintas formas de interpretação e de construção de sentidos.

No texto de mais um historiador francês: “História das Disciplinas Escolares: Reflexões Sobre um Campo de Pesquisa.”, André Chervel (1988) traz à tona reflexões acerca deste campo de pesquisa. Para ele, a história das disciplinas escolares não foi negligenciada pelos pesquisadores, mas estes manifestaram interesse por outras áreas da história:

A história dos conteúdos de ensino, e, sobretudo a história das disciplinas escolares, representa a lacuna mais grave na historiografia francesa no ensino, lacuna sublinhada deste há meio século. [...] [...] A história das disciplinas escolares não deve, entretanto ser considerada como uma parte negligenciada da história do ensino que, depois de corrigida, viria a lhe acrescentar alguns capítulos. (CHERVEL, 1988, p. 8-9)

Dessa forma, escrever a história das disciplinas escolares institui-se como tarefa que desafia os historiadores. Chervel afirma que: “A tarefa primeira do historiador das disciplinas escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar.” (p.34). E, assim, este teórico nos aponta um caminho.

Outro percurso para um trabalho historiográfico segundo Vidal (*apud* VALENTE, 2004, p.1-2), poderia ser o de utilizar como fonte os arquivos<sup>8</sup> escolares:

[...] a investigação histórica em educação no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, vem se interrogando acerca da propriedade em conceber escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída e

---

<sup>8</sup> Lugar ou edifício onde se guardam documentos.(Aurélio.com)

constituente, também, da cultura social [...] se endereça a localizar, sistematizar, organizar, socializar e problematizar as fontes para a pesquisa em história da educação. Assim, não apenas as tradicionais fontes legais e estatísticas vêm sendo revisitadas, como uma parcela consistente dos investigadores da área, individual e coletivamente, tem se lançado ao desafio de ampliar a massa documental à disposição do campo, o que em alguns casos vem conduzindo à constituição de Centros de Memória e Documentação; e de se inserir no debate epistemológico que tal ampliação envolve. Nesse percurso, os arquivos escolares têm chamado cada vez mais a atenção dos historiadores da educação brasileira e se constituído em tema de discussão. (VIDAL, *apud* VALENTE, 2004, p.1-2)

Para além desta discussão, os arquivos escolares das instituições mantêm seus acervos<sup>9</sup>, mesmo que, com dificuldades. Dentre algumas delas, podemos citar para exemplificar: a má conservação dos documentos, a inadequação dos locais de guarda e a falta de funcionários especializados. Essas dificuldades causam problemas não só comprometendo a preservação do acervo existente para o acesso e à consulta desse patrimônio histórico, mas também impondo até mesmo restrições para o manuseio deste. Tais dificuldades, a meu ver, limitam o interesse para o desenvolvimento de outras pesquisas.

Thompson (1992) em *A Voz do Passado* expõe que

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádios ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 1992, p.22)

Pelos ensinamentos deste autor britânico, convém utilizar a história oral como sendo uma das vias para a construção de uma versão da história da Escola Normal, versão também enriquecida a partir de entrecruzamentos de depoimentos das ex-professoras que estiveram envolvidas com aquela cultura escolar e que hoje estão ligadas aos objetivos desta pesquisa. Com esse arranjo metodológico, é possível inaugurar, por assim dizer, uma maneira de: “[...] reforçar e legitimar a identidade de grupos comumente marginalizados.” e, então, dar voz para aqueles que vivenciaram a cultura escolar na Escola Normal. Voz esta que contribui para a criação de *links* entre os depoimentos e os fatos documentais.

---

<sup>9</sup> Reunião daquilo que compõe o patrimônio de uma pessoa, de uma empresa, de uma organização, de um país etc.(dicionárioaurélio.com)

Cada depoente, a partir de suas narrações, lançou pistas, a exemplo: o nome da bibliografia utilizada à época. Assim, pude seguir adiante e ir em busca dos conteúdos contidos nele.

Fatos históricos acerca da cultura escolar brasileira também vêm permeando a composição deste texto e fortalecendo o argumento relativo à construção da ambiência histórica. Quanto a esse tópico, recorreremos a livros, a textos acadêmicos, a jornais, à legislação educacional, dentre outros acervos, vislumbrando possibilitar o desvelar de nosso olhar a respeito do tempo e do espaço em questão.

As práticas de pesquisas na área da História da Educação (pesquisas concluídas e/ou em andamento em Educação Matemática), vêm apontando para reflexões sobre os rumos da pesquisa como um campo fecundo. Corroboro com os seguintes esclarecimentos expostos por Motta e Hendges (2010, p.53): “Conhecer as práticas da área de conhecimento em questão e refletir sobre como um texto reconstruir essas práticas é fundamental para propor um estudo inovador.”. Os autores nos ensinam que convém verificar qual a literatura constitui-se como mais recomendada para a área para contemplar os objetivos da pesquisa e, dessa forma, decidir qual caminho tomar, favorecer e fortalecer nossas reflexões e análises.

Ao assimilar esses contornos teóricos, consolidou-se meu intuito de oportunizar a constituição de um olhar diferenciado para a Escola Normal, a partir da disciplina Matemática seguindo em direção à construção de sua história. Para tanto, reuni literaturas que pudessem efetivamente contribuir com minha expectativa para a consecução dos estudos a que me propus. Contudo, para implementar esta jornada pelo universo da pesquisa, precisei, inicialmente, assumir minha fragilidade. A partir de então, tive a certeza de que a dificuldade para se iniciar um trabalho de pesquisa, *a priori*, era o de se decidir sobre que direção deve-se iniciar tal percurso.

Dentre as obras inicialmente consultadas, destaco o livro: “Produção Textual na Universidade.”, das autoras Motta e Hendges (2010). As autoras destacam, de antemão, a importância de se realizar um estudo inovador. Em seu texto, elas elencam um conjunto de indagações que culminam na fixação do primeiro passo de pesquisa a ser dado. Ruth e Hendges (2010) formularam perguntas que pudessem “servir” de apoio para a sondagem inicial relacionada ao levantamento bibliográfico para a implementação de uma pesquisa. Assim, na publicação das autoras, consta o seguinte:

É importante ressaltar um passo importante na formulação de um projeto de investigação: conhecer as práticas de pesquisa da área de conhecimento em conhecimento em questão propor um estudo inovador. [...] Algumas perguntas servem de ponto de partida para nossa sondagem junto à literatura da área, a colegas pesquisadores, a professores orientadores etc.:

- O que a literatura da área aponta como problemas, metodologias e perspectivas de pesquisa?
- Que pesquisas estão em andamento nos grupos de pesquisa significativos na área?
- Quais são os conceitos em voga na área de conhecimento em que desejo propor a pesquisa?
- Quais são os temas relevantes para uma pesquisa?
- Que problemas de pesquisas são atuais?
- Que leituras preliminares são aconselhadas?
- Que abordagem sobre o problema é mais interessante?
- Quais são as metodologias de pesquisa em uso nessa área? (RUTH e HENDGES, 2010, p. 53-54)

Corroboro com essas primeiras ações relacionadas por Ruth e Hendges (2010), visto que ser pesquisador representa uma formação e, em determinados momentos, requer uma formação que se faz nas trocas com o orientador, com os colegas e com as reflexões realizadas a partir das leituras realizadas ao longo de todo o processo da construção/criação do texto dissertativo. Os passos são inicialmente “tortos”, desajeitados, mas, com o tempo, estes vão dando lugar à maturidade acadêmica. Seguir nesta experiência única e transformar-se em um pesquisador demanda tempo e disposição para encontros únicos entre um olhar para o objeto de estudo e a maturidade para questioná-lo.

O tema de pesquisa: A Matemática como componente curricular ministrado na Escola Normal fez com que nos deparássemos com muitas fontes documentais na própria instituição e, assim, decidimos por caracterizá-la como história. Para tanto, enveredamos por leituras que nos embasassem neste campo. Assim, começamos a perceber a real necessidade dessa apropriação para construir uma história que nos desafia a apropriações de conceitos e de metodologias da área.

No tocante ao ensino de Matemática e à formação de professores do curso normal no Instituto de Educação do Pará (IEP), saí em busca de pesquisas com temáticas afins para a elaboração de um panorama bibliográfico. Dessa forma, trazemos à cena a tese de doutoramento de TAVARES JUNIOR (2011): A Escola Normal e a Cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização (1890 – 1920). Essa tese foi consultada e ela nos permitiu refletir acerca do percurso que tomaria

esta pesquisa. O autor, que é um historiador, mostra as transformações do espaço urbano no final do século XIX:

A cidade onde se instalou a Escola Normal chama-se Santa Maria de Belém do Grão Pará. Em 1890 contava com uma população de 50.054 pessoas. Cidade quase ilha, ou numa referência poética de Fábio Castro: "a cidade crescia... espalhava-se na forma de um seio feminino" (CASTRO, 2010: 158) com seus encontros culturais multiétnicos em função de uma grande imigração. (TAVARES JUNIOR, 2011, p.2)

A forma com a qual o autor envolve o leitor colocando-o no cenário e no espaço urbano de Belém vem revelar o momento em que a Escola Normal surge no contexto paraense e, assim, convida-nos a reflexões sobre quem eram os sujeitos partícipes do início da tradição daquela instituição. Porém, a tese não se reporta a meados do século XX nem versa sobre a disciplina Matemática ministrada na época. Logo, apesar de nos propiciar reflexões sobre o contexto e a importância da criação da Instituição para a sociedade paraense, o construto acadêmico não nos fornece pistas sobre a direção da formação dos professores em relação à disciplina Matemática. Na verdade, a tese de doutoramento de Tavares Júnior não tem o escopo de discorrer sobre a história da disciplina Matemática. Ainda assim mostra-se pertinente como fonte de consulta, na medida em que vem acrescentar conhecimentos a respeito da história do IEP. Em nossos levantamentos, encontramos esta pesquisa (datada de 2013) como a mais recente publicação sobre aquela instituição educacional.

Barros (2010) também expôs sobre a Escola Normal em sua dissertação de mestrado intitulada: "Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará. (1870 A 1930)", a qual objetivou: "analisar o currículo da Escola Normal do Pará, mais especificamente no que se refere às Ciências Naturais que constaram em sua estrutura, desde 1870 até 1930." (p.7) e, se encontrava, à época, vinculado ao Instituto de Educação Matemáticas e Científica (IEMCI) da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA).

O referido trabalho traz como principais constatações sobre:

[...] a Química, a Física e as Histórias Naturais foram às ciências da natureza que constaram na estrutura curricular da Escola Normal do Pará. O movimento dessas ciências, neste currículo, refletiu o contexto amazônico, que desde a metade do século XIX, teve a intenção de valorizar as Ciências Naturais, seja por sua inserção no currículo primário e secundário do Pará ou na emergência de instituições como o Museu

Paraense (1866) e a Escola de Química Industrial (1920). (BARROS, 2010, p. 63)

A pesquisa realizada por Barros (2010) objetivou analisar o currículo da Escola Normal no período de 1870 a 1930 em Belém do Pará. O autor traz à tona as Ciências Naturais e sua trajetória no currículo da instituição e

[...] analisa esta trajetória partindo do pressuposto que o currículo é um artefato social e histórico, sujeito a flutuações e que refletiu e continua a refletir as relações de poder envolvidas nos processos de seleção e transmissão cultural. (BARROS, 2010, p.8)

Barros apresentou um levantamento histórico acerca da instituição Escola Normal. Por esse motivo, citamos o referido autor, cujo olhar nos remete a outros olhares diferenciados, a partir de Tavares Júnior (2013) que também estudara sobre a Escola Normal em época distinta.

Quanto à pesquisa realizada por Barros (2010), notei que, apesar de ser relacionada ao tema em questão, sua preocupação distancia-se das décadas de 1950 a 1970, embora seu texto também verse sobre as Ciências Naturais nos currículos do IEP.

Já o panorama traçado por Martins (2011) no campo da Educação Matemática, focaliza sobre a cidade de Jaú, região centro-oeste de São Paulo das décadas de 1920, 1930, 1940. Essa investigação científica vem agregar maior pertinência aos elementos metodológicos utilizados, o que importa considerar para qualificar a composição de nosso percurso investigativo.

Martins descreve, com riqueza de detalhes, os passos adotados em sua pesquisa de doutoramento e cita alguns dos depoimentos recolhidos e alguns resultados preliminares. Dentre esses depoimentos, o pesquisador cita o Curso Normal desenvolvido nas décadas de 1920 a 1940 naquela região do país. Martins<sup>10</sup> assim escreve:

Ao terminar o Curso Normal, aqueles professores que não tinham nenhum contato nas cidades, iniciavam estágios nas escolas das fazendas, com o objetivo de acumular pontos. No final de cada ano entravam em concurso,

---

<sup>10</sup> Martins é participante do Grupo de Pesquisa de História Oral e Educação Matemática (GHOEM), vinculado a UNESP-Rio, juntamente com o Prof. Dr. Antonio Vicente Garnica, à época, seu orientador. O professor Garnica vem contribuindo com nossa formação e demonstra intuito de agregar ainda mais argumentos e possibilidades de utilização de outros instrumentos que possam vir a ser úteis nas análises e, segundo a abordagem História Oral, de futuras fontes geradas a partir de entrevistas com pessoas que participaram daquele momento histórico na Escola Normal.

realizado na capital – São Paulo - e iam dar aulas em Escolas Isoladas (em geral localizadas em fazendas ou pequenas vilas, distantes da cidade) [...]. (MARTINS, p. 74)

Reis (2012) dialoga acerca da Escola Normal no Brasil e contribui com conhecimentos sobre esta instituição pública educacional a partir de seu artigo: “A História Oral Como Metodologia de Pesquisa: um Olhar Sobre a Escola Normal em Campo Grande.”; e, nele vem afirmar que:

Dentre os cursos de formação de professores no Brasil estão as Escolas Normais, criadas no século XIX para atender à demanda de docentes primários após o ensino primário passar a ser responsabilidade das províncias. Inicialmente, essas instituições ficaram marcadas funcionamento instável devido ao grande processo de criação e extinção, sendo desativada, ora por falta de alunos, ora por falta de continuidade administrativa, situação que começou a mudar em 1899, no início da Primeira República. (REIS, p. 2)

A citação revela que, em determinado momento da história do país, os cursos de formação de professores funcionavam de forma bastante instável e, com a Primeira República, foram dados os primeiros passos para o funcionamento das Escolas Normais de forma contínua.

Reis (2012) expressa, que: “[...] Houve um aumento no número de escolas, entretanto, insuficiente e insatisfatório em relação à qualidade, e conseqüentemente, à necessidade de formar professores” (2012, p.4). Assim, este autor nos provoca reflexões acerca da necessidade de se aumentar o número de professores no Brasil, pois a nação vivia mudanças em diversas áreas estruturais, dentre elas a educacional.

Pelo levantamento bibliográfico realizado, pudemos constatar que existem pesquisas, como as citadas acima, que têm como núcleo temático a Escola Normal. Assim, no tocante à Educação Matemática no Brasil e, como foco, a Escola Normal, é importante destacar que, ao longo do tempo, esse tema mostra-se recorrente. Mas, no tocante à disciplina Matemática, esta pesquisa agrega valor, porquanto ressalta a Matemática mobilizada entre as décadas de 1950 a 1970, a partir de um híbrido metodológico, que, inclusive, propicia constituir uma história da instituição sob outros olhares. Tal híbrido metodológico mostra-se como tema de discussão no texto de Mendes (2012) sobre as tendências de estudos na área:

As tendências atuais das pesquisas em História da Matemática, incluindo a História da Educação Matemática, têm mostrado algumas modalidades que se caracterizam pela migração conceitual e pela hibridação conceitual, ou

seja, as informações são rearranjadas de modo a dar significados aos estudos realizados. Isso significa que há uma reorganização de técnicas e formas de conceber e construir a verdade na história do conhecimento tendo em vista tecer um novo panorama da história em diversos contextos, áreas e épocas. É dessa reorganização metodológica de pesquisa, caracterizada por uma bricolagem de técnicas, que o historiador traça seus planos de estudos e pesquisas de modo a aproximar-se, o máximo possível, da verdade que pretende instituir no seu percurso historiográfico. Desse movimento surgiu, então, uma série de relações que implicaram nas novas tendências nas pesquisas em história da Matemática. (MENDES, p.468)

Dessa e de outras formas, a área vem ampliando possibilidades para a escrita, e os pesquisadores, cada vez mais, vêm implementando metodologias para a utilização nas pesquisas que discutem História da Matemática e História da Educação Matemática.

Corroboramos, também, com Silva (2015) quando este explana sobre a atualidade, momento em que se realiza um percurso de pesquisa apoiado em teóricos para a formação/utilização de uma híbrido metodológico. A esse respeito

Percebe-se que, atualmente, as histórias de vida, as biografias de matemáticos, e professores de Matemática do passado, foram se incorporando às pesquisas em Educação Matemática. Elas trazem contribuições importantes para a formação de professores dessa área de conhecimento, visto que essa abordagem se caracteriza pelo uso de multireferencialidade teórica na investigação e análise dos objetos estudados/investigados na Educação Matemática. Os estudos em história da Matemática e da Educação Matemática vêm apresentando, a partir da última década do século XX, enfoques nas histórias de vida e formação, apoiando-se na história oral como um método de pesquisa e na organização da memória da Educação Matemática no Brasil. (SILVA, 2015, p. 19)

O excerto de Silva reforça, desse modo, nosso argumento quando prestigiamos a história oral como uma das opções metodológicas desta pesquisa.

#### 1.4 PROBLEMÁTICA

No intuito de responder a uma problemática de pesquisa o levantamento e a coleta das fontes indicavam, inicialmente, a possibilidade de começo desta escrita sobre uma história da educação matemática. A partir delas e seus entrecruzamentos com os referenciais aqui adotados, fui incorporando as entrevistas/conversas com ex-professoras da Escola Normal, o que atendeu às minhas expectativas quanto ao preenchimento de algumas lacunas históricas, cujas fontes documentais nem sempre davam conta de contemplar, a exemplo: os conteúdos programáticos da



disciplina Matemática. Diante dos elementos (problemática, fontes, entrevistas/conversas) citados, pude não só argumentar de modo consistente sobre a importância da escrita da história da educação matemática, por assim dizer, paraense, mas também fortalecer um dos propósitos desta pesquisa.

Indagações iniciais se fizeram necessárias para que eu norteasse o estudo e consolidasse minha compreensão acerca da Escola Normal. Faço Torno explícitas as seguintes indagações: **1) Quais eram as disciplinas, na Escola Normal, que faziam parte do currículo? 2) Quais eram os conteúdos? 3) Como eram mobilizados tais conteúdos?**

## 1.5 OBJETIVO GERAL

Como objetivo geral, este estudo propõe: sintetizar uma história da Escola Normal de Belém do Pará entre as décadas de 1950 a 1970. Essa história da Escola Normal passa a ser contada a partir da disciplina Matemática com o intuito de revelar os conteúdos que eram movimentados/mobilizados com base nos programas e nos conteúdos da disciplina para a formação de normalistas.

Para tanto, como já havia dito anteriormente, minhas inquietações iniciais me levaram a indagar e a tecer algumas reflexões acerca do objeto de pesquisa e de como a Matemática era mobilizada àquela época. Em decorrência daquelas inquietações, impus-me a fazer escavações à procura de vestígios históricos sobre a disciplina Matemática na Escola Normal, com os quais eu pudesse sistematizar um relato escrito de uma história construída por conhecimentos que se entrecruzam numa linha temporal entre o passado e o presente daquela instituição educacional.

## 1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os questionamentos citados anteriormente foram orientando os meus passos iniciais no sentido de trilhar um caminho com um olhar curioso e cuidadoso, pois para que se possa compor uma história, é preciso perceber a problemática, focar nos objetivos que devem ser claros e possíveis de serem alcançados, sob a condição de que sejam amparados por um sólido referencial teórico.

Para tanto, conhecer a Escola Normal, “conhecer o passado” e refletir sobre esse tempo histórico foi desafiador. Essas ações representaram a necessidade imperiosa de transitar pelo passado e pelo presente, além de me colocar em permanente processo de reflexão e de produção escrita. Foi, sobretudo, projetar olhares para este texto, mas com uma perspectiva futura, para quem sabe, impulsionar um aprimoramento de práticas outras mais conscientes, e, em momento posterior oportunamente, quiçá, lançar-me ao desafio de outras construções historiográficas.

Após esta exposição, apresento os seguintes objetivos específicos:

- definir um panorama a partir da literatura referente à temática, como teses, dissertações;
- localizar documentos no arquivo da Escola Normal e na Coordenação de Documentação Escolar (CODOE);
- selecionar, dentre os documentos localizados, aqueles que poderão ser utilizados como fontes históricas para questioná-los e contrastá-los com os referenciais adotados, obtendo aspectos da formação das normalistas;
- produzir e confrontar fontes históricas com base nas audições de ex-professoras da época para preencher lacunas que, através das fontes documentais, não tenham sido esclarecidas.

Para o alcance dos objetivos específicos acima descritos, importa assinalar que a década de 1950 foi o período inicial deste estudo dessa forma preterida, em virtude das mudanças ocorridas com a Reforma Capanema<sup>11</sup> na década anterior. Além de não ter encontrado registros de pesquisas que versassem sobre a instituição com o enfoque em Educação Matemática; assim como 1970 para o término do período investigado, visto que, em 1971, houve a promulgação da Lei nº. 5.692/71 que extinguiu as Escolas Normais em todo o país.

---

<sup>11</sup> Foi promulgada, em 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema. Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos. Esse último ciclo, que na reforma planejada por Francisco Campos apresentava três opções, passou a ter apenas duas, o curso clássico e o científico.

## 1.7 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Optei por uma escrita que aponta como marco inicial o ano de 1871, ano da criação da Escola Normal em Belém. A escrita perpassa por olhares circunscritos ao contexto histórico educacional e estendi-se até o ano de 1971, data da extinção do curso normal na instituição determinada pela legislação brasileira.

Enfatizo que, ao situar o período compreendido entre os anos de 1871 a 1949, este texto apresentar-se-á com nuances da história sem estabelecer o compromisso de aprofundamento de conhecimentos, mas, sim, constituir-se como uma síntese ambientadora para o contexto do recorte temporal deste estudo a iniciar-se pelo nascimento da instituição e chegar até à problemática de pesquisa.

A ideia é construir uma escrita acadêmica convidativa ao leitor impelido a (re-) um imaginário, a ingressar no imaginário de uma Belém situada num tempo específico, num contexto de um Brasil do passado, mas que fez emergir minha problemática de pesquisa. E esse é um dos motivos pelos quais incluí fatos que antecederam o recorte desta pesquisa.

A estruturação deste trabalho está composta, além da Apresentação, por mais três capítulos: No capítulo 1, “Motivações e Delineamentos”, apresento as motivações, a problemática, os objetivos (o geral e os específicos) e a problemática de pesquisa. O Capítulo 2, “O Contexto Histórico e Educacional: Seus Entrelaces Legislativos Educacionais”, objetiva estabelecer entrecruzamentos das fontes documentais com o panorama da Escola Normal. Desde a sua gênese, e assim fazer emergir detalhes acerca da formação das normalistas e a articulação dessa formação com os dispositivos da legislação até a extinção em 1971. O capítulo 3, “A Matemática Mobilizada na Escola Normal”, descreve a disciplina a partir dos regimentos e trata das disciplinas que constituíam a grade curricular<sup>12</sup> da escola, além disso, este capítulo faz uma abordagem sobre o livro didático utilizado, quais os conteúdos de Matemática e como estes eram mobilizados pela instituição, à época

Assim, este estudo pretende contribuir com a história da educação matemática, lugar das questões elencadas na problemática desta pesquisa. Para desenvolver a investigação, mantive meu olhar voltado para a Matemática do IEP,

---

<sup>12</sup> Grade curricular é o conjunto de disciplinas que compõem a estrutura no Curso Normal e que disponibiliza as disciplinas em cada série de ensino, atualmente denominada de matriz curricular.

considerando a época delimitada como escopo. Ao repousar meu olhar sobre o objeto de pesquisa, persegui meu objetivo geral para, então, poder revelar, a partir de fatos históricos, como a disciplina Matemática era mobilizada no instituto daquele período específico.

## **CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO E SEUS ENTRELACES LEGISLATIVOS EDUCACIONAIS**

---

O capítulo 2 ocupa-se do contexto histórico e educacional brasileiro, a fim de delinear um breve panorama. Para esboçar tal panorama, optei por dar ênfase ao contexto educacional paraense. Decidi por iniciar a escrita pela referência à criação do IEP em 1871, informação constante no texto de Souza (1972).

Acautelei-me quanto à explanação desse panorama, com vistas a não detalhá-la demais e, sim, projetar um olhar histórico a partir do nascimento da Escola Normal, destacando este fato como marco do passado. Esse olhar repousado no fato histórico, eu o encaminhei para constituir o recorte de pesquisa desta Dissertação de Mestrado. Contudo, afirmo que, a meu ver, faz-se, importante o emergir das ideias referentes aos primórdios do Instituto. Neste texto acadêmico, destaco como a cidade de Belém e, em especial, a Escola Normal iam sendo percebidas pela sociedade. Por isso, é relevante retratar, talvez, algumas das nuances de valor formativo para a sociedade paraense e demonstrar o quanto esta instituição pública educacional tem sido fundamental para a população do Pará, para seu desenvolvimento intelectual, bem como para o contexto educacional brasileiro.

As reformas no ensino, as transformações educacionais brasileiras, o Movimento da Matemática Moderna, as legislações federais e estaduais são fatos históricos significativos e permeiam o texto, compondo esta escrita. Com o intuito de contemplar os objetivos traçados para esta história, bem como estabelecer as conexões com os fatos emergidos a partir da problemática anteriormente elencada. E, de forma intencional, ao final desta escrita, chegar a um material de consulta para fins de pesquisas futuras.

Este caminho escolhido, em meu entendimento, não compromete a escrita do texto, tampouco sua estética. Pelo contrário, essa forma singular de trilhar um caminho de pesquisa vem a não apenas fortalecer os argumentos que sustento com base na referência escolhida e no recorte temporal e espacial do objeto de pesquisa, mas também vem a ressaltar os entrelaces históricos no percurso formativo das normalistas no Pará pelo viés da disciplina Matemática.

Este capítulo está estruturado a partir subitens que, a nosso ver, mostrou-se relevante para este texto em específico. Para tanto, escolhemos como subdivisões deste, a partir de 1871, - a criação da Escola Normal no Pará – os anos que, de certa forma, vinculam-se à educação matemática, a Escola Normal, a legislação, ou a outro tema a eles interligado. O intuito é o de envolver o leitor nesta experiência historiográfica e, assim, remeter-nos à história educacional do Pará e do Brasil.

## 2.1 DA GÊNESE ATÉ 1943

A respeito da formação de professores, voltei meu olhar para os cursos de formação e cito, mais especificamente, as Escolas Normais. A partir de 1871, em Belém do Pará, deu-se início à história da Escola Normal, posteriormente denominada de Instituto de Educação do Estado do Pará<sup>13</sup> (IEEP), e, nas suas primeiras décadas, tinha por finalidade a formação de professores para o ensino primário.

O levantamento bibliográfico das fontes documentais foi fundamental para ampliar meu entendimento acerca do panorama da Escola Normal. E, então, iniciar o texto pelos primeiros passos da instituição, perpassando pela criação do primeiro instituto no Brasil e, a seguir, fazendo uma exposição sobre as primeiras tentativas de criação do Instituto em Belém até sua consolidação como instituição, que fora sinônimo de excelência em formação de normalistas no Estado. Para tanto, iniciamos a escrita nos reportando à Escola Normal do século XIX. Inicialmente, pelas primeiras escolas normais no Brasil.

As províncias foram as responsáveis pela criação das primeiras escolas normais no Brasil. Segundo França (2012, p. 30): “[...] logo após o Ato Adicional de 1834, que delegava a elas a responsabilidade de organizar os seus primeiros sistemas de ensino primário e secundário e de formar os professores.”. Dentre as escolas normais, podemos asseverar, com relação ao quadro docente, que os professores deveriam provar ter boa índole, os candidatos deveriam ter bons costumes, dentre outros requisitos. França (2012, p.31 *apud* VILELA, 1996, p. 145)

---

<sup>13</sup> Atualmente, o IEP tornou-se Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP).

nos relata que: “[...] a primeira escola normal do Brasil em Niterói, a capital da província do Rio de Janeiro, em 1835 [...]”. Nesse momento, a história brasileira deu um passo em direção à formação de docentes no País.

França (2012) faz referência à Lei que determina:

Na Província do Pará, decorridos dois anos, aproximadamente, da promulgação da Lei nº 33, de 30 de setembro de 1839, que determinou a criação de uma Escola Normal na região, foi expedida a Lei nº 27, de 28 de junho de 1841, que criou o Liceu Paraense e regulamentou a instituição primária e secundária na Província. (FRANÇA, 2012, p. 33).

Tal Lei explicita a determinação para a criação da Escola Normal, mas sem, de fato, ter havido naquele momento, sua efetivação. Todavia, a instalação do Liceu Paraense ocorrera no ano seguinte, em 17 de janeiro de 1842.

De 1842 a 1871, passaram-se 29 anos. Nesse período, houve preocupações com a formação dos professores, com o desenvolvimento dos alunos, com a frequência dos estudantes nas escolas, com os conteúdos desenvolvidos em salas de aula, com a formação geral desses públicos. Porém, a melhoria do quadro educacional paraense pouco evoluiu nesse período.

A implantação da Escola Normal da Província do Pará deu-se:

Em 13 de abril de 1871, o Presidente Joaquim Pimentel Machado Portela, a criou na capital da Província a Escola Normal, destinada a preparar homens e mulheres para o magistério público primário. A escola foi imediatamente instalada no Liceu Paraense, localizado na Praça da Bandeira onde funcionaram as aulas para aos alunos e o Colégio Nossa Senhora do Amparo, situado à rua Santo Antônio, as aulas para meninas. (FRANÇA, 2012, p.36)

O primeiro diretor do Instituto: “O Cônego José Pinto Marques, em 21 de abril de 1871, foi designado diretor da Escola Normal e professor de instrução moral e religiosa.” (FRANÇA, p. 37). Esse fato pode nos levar a pensar no grau de importância dado à instrução religiosa e moral dos alunos.

A Escola Normal foi extinta em 1872 e seu curso passou a funcionar no Liceu Paraense.

O Presidente Pedro Vicente de Azevedo (1885), no relatório apresentado ao seu sucessor na administração da Província, Francisco Maria Corrêa de Sá Benevides, disse sentir falta, na Província, de uma instituição regular que preparasse os professores da infância, enfatizando que um dos seus ilustres sucessores havia criado na Província uma Escola Normal que, num

curto período de um ano e meio já apresentava resultado satisfatório [...].  
(FRANÇA, p. 37)

Portanto, em 1874, foi recriada a Escola Normal na Província com o intuito de formar bons professores para as escolas públicas primárias.

Os desafios de dirigir uma Escola Normal e os de ensinar estavam postos. Até a segunda metade do século XIX, foram criadas outras escolas normais nas províncias brasileiras. Em Belém, ocorreram muitas tentativas de implantação da Escola Normal paraense até a sua consolidação.

Reis (2012) aponta que

Durante o século XIX, o funcionamento das escolas normais nas províncias brasileiras foi bastante instável, visto que estas ficavam sujeitas a um constante processo de criação-extinção, sendo fechadas ora por falta de alunos ora por falta de condições administrativas. (REIS, 2012, p.2)

Com o propósito de reconhecer os possíveis significados daquele contexto histórico, fui em busca de memórias que favorecessem a compreensão do cenário que permeou as ações educacionais na referida instituição.

Anteriormente à instalação do prédio que seria definitivo, a Escola Normal funcionou situada na rua 28 de Setembro. Segundo Rego:

Entre 1902 e 1908, durante o seu profícuo governo, o Dr. Augusto Montenegro, usando das atribuições constantes da Lei N.º 834, de 24 de outubro de 1902, promulgada pelo Decreto N.º 1.207 de 2 de abril de 1903, mandou proceder [...] reformas no prédio da Escola Normal. [...] o edifício da rua 28 de Setembro. (REGO, 1972, p.12)

No edifício da rua 28 de Setembro, funcionou a Escola Normal por um período de aproximadamente quarenta e dois anos. Naquele momento, o prédio que abrigava a instituição passou por reforma para melhor acolher as jovens normalistas que desempenhavam suas atividades formativas. Para além da parte estrutural, ênfase neste estudo a composição curricular para a formação das normalistas.

Logo, no tocante ao currículo escolar,

[...] além da Instrução Moral, havia Geografia, Coreografia, História do Brasil, Português, Matemática, Geometria, Química, Física, Pedagogia, Desenho, Ginástica, noções de floricultura, agricultura, além de trabalhos de agulha e bordado, para os alunos do sexo feminino. (REGO, 1972, p.12)

Sobre o assunto, Rego (1972) dispõe em seu texto quais as disciplinas que



faziam parte do currículo à época.

Os melhoramentos na estrutura física e pedagógica da Escola Normal deveriam atender à educação integral dos alunos e à promoção da cultura educacional primária paraense.

Depois de anos, a Escola Normal foi transferida para o atual endereço a partir de 1928 onde funcionava o Grupo Escolar “Arthur Bernardes”. Conforme esclarece Rego,

Durante cerca de 42 anos que a Escola Normal do Pará vinha funcionando so sobrado N.º 48 da rua 28 de Setembro, esquina da travessa Grei Gil de Vila Nova, [...], não poderia mais satisfazer às necessidades daquela instituição de ensino, [...] Transferi-la no ano de 1935 para o prédio onde funcionava o Grupo Escolar “Arthur Bernardes”,[...] (REGO, 1972, p.17)

As necessidades ditadas pela legislação, que exigia um prédio que atendesse às novas demandas educacionais fez com que a Escola Normal fosse transferida no ano de 1935.

O prédio do Grupo Escolar “Arthur Bernardes”, anteriormente, abrigou a sede do histórico jornal “A Província do Pará.”(Figura 1).

**FIGURA 1 - Álbum de 1908 - Edifício da Província do Pará**



Fonte: <http://fauufpa.files.wordpress.com/2011/07/a01.jpg>

O prédio da Escola Normal do Pará pertenceu, inicialmente, a Antônio Lemos<sup>14</sup>. Nesse prédio, funcionava o jornal “A Província do Pará”, após ter sido incendiado e Lemos forçado a se retirar do país, por motivos políticos. Anos mais tarde, o prédio foi comprado pelo governo do Estado transformando-se, assim, num dos símbolos da formação de professores na Belém do século XIX ao XX.

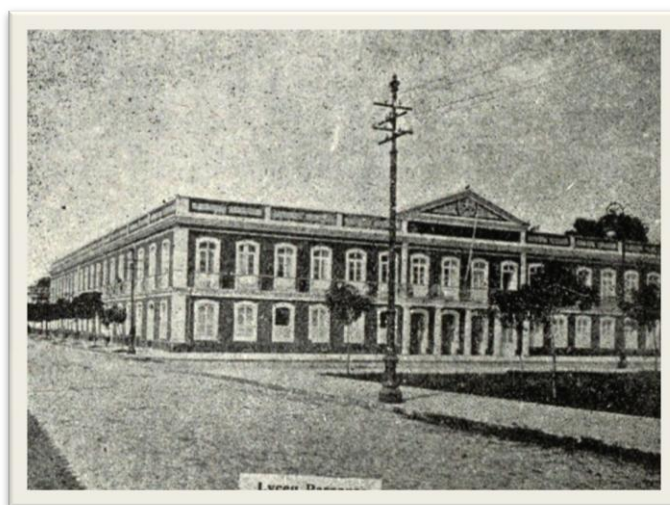
No início do século XX, na cidade de Belém, além da Escola Normal, o Lyceu Paraense mostrava-se como um dos símbolos da Educação no Pará e do desenvolvimento intelectual de seu povo.

A formação profissional das normalistas do IEP era realizada no Curso Normal e organizada por séries. As necessidades educacionais da sociedade brasileira e, em especial, paraense se refletiam na cultura escolar do instituto. A formação das normalistas consistia em aprender as disciplinas propostas nas grades curriculares e acrescidas do estágio supervisionado assegurado na legislação.

Uma das finalidades do Instituto era formar, para a sociedade, profissionais habilitados a participar do processo de formação pedagógica de crianças e a contribuir para o desenvolvimento social e intelectual do alunado.

Escolas como o IEP e o Lyceu Paraense, em Belém, faziam parte do cenário educacional paraense consideradas como as instituições de excelência na formação educativa dos alunos pertencentes a essas instituições.

**FIGURA 2 – Colégio Estadual Paes de Carvalho (Lyceu Paraense), d. 1900 / Arthur Dias - The Brazil of Today (1907).**



Fonte:

<http://fragmentosdebelem.tumblr.com/page/21%3Froute%3D%252Fpage%252F%253Apage>

---

<sup>14</sup> Governador do Estado à época.

O espaço educativo público de Belém em 1900 – Figura 2 – é aqui exaltado com o intuito de referendar um dos espaços educativos que contribuíram para a formação educacional da população do estado.

De acordo com Tavares Júnior (2011),

No período entre 1901 e 1909 a preocupação são as obras para melhoramento de abastecimento de água do município de Belém, inúmeras reformas em prédios públicos, entre elas da Escola Normal que é também ampliado, do palácio do Governo, do Asilo dos Alienados, cadeia de São José, prédio da antiga chefatura de polícia, Instituto Lauro Sodré, Teatro da Paz, da construção do colégio Gentil Bittencourt, inúmeros grupos escolares, além de um hospital para tuberculosos. (TAVARES JÚNIOR, 2011, p.10)

Assim, o autor retrata a modernização da cidade paraense na gestão do então governador Montenegro. O estado do Pará, no início do século XX, apresentava a Escola Normal como um local, dentre outros, que refletia o progresso. Essa instituição pública educacional passava por várias reformulações, dentre as quais curriculares. Nesse sentido, chamamos à atenção para as novas diretrizes que foram sendo lançadas a partir da comissão de Matemática, comissão esta que iniciou uma nova linha de pensamento, no tocante à disciplina, para a formação profissional dos alunos no Brasil.

Thomaz Neto e Braga (2002, p.8-9) ressaltam, no campo educacional, que

Através do Decreto nº 1001, de 20 de abril de 1901, são anexadas às disciplinas de Aritmética, Álgebra e Geometria ao curso normal. Juntamente com a inclusão de novas disciplinas. São redistribuídas as cargas horárias, com o objetivo de melhor qualificar o profissional de então. (THOMAZ NETO e BRAGA, 2002, p.8-9)

Tais disciplinas anexadas ao currículo tinham como foco principal favorecer maior qualificação aos futuros profissionais. A grade curricular da Escola Normal, em 1901, dispunha de Aritmética para o 1ª ano, com quatro horas semanais e Noções de Álgebra e Geometria para o 2º ano, com duas horas por semana. Assim, podemos perceber que a maior ênfase do ensino de Matemática era voltada para a Aritmética no 1º ano.

Na Belém do início do século XX, as dificuldades no transporte, no fornecimento de energia elétrica e na distribuição de água eram significativas. Segundo Cancela (2012), “[...] o transporte não era nada fácil e higiênico. [...] pela primeira vez começaram a circular em Belém os bondes elétricos, em 1907. [...] Se

faltasse energia, os bondes desligavam e a cidade parava.” Preocupações como essas mobilizavam o dia a dia dos paraenses, mas, ainda assim, a vida seguia.

Em Belém, os filhos de proprietários de terras e negócios passaram a frequentar escolas fora da capital. Aqueles que tinham menor posse poderiam frequentar, por vezes, escolas fora do Pará, mas: “[...], embora fosse mais comum eles frequentarem as escolas que existiam em Belém, como o Lyceu Paraense. [...] O fato de ter uma educação formal aumentava o *status* social, ou seja, o prestígio e o lugar na sociedade. [...]” (CANCELA, 2012, p.48)

A Belém do início do Século XX vivia um tempo áureo em sua história. A vida cultural pulsava em meio à cidade. Pintores, como Joseph Casse, foi contratado para decorar, por exemplo, o palácio dos Governadores. A cidade era um berço de descobertas, e a Escola Normal faz parte deste desenvolvimento.

O governador do estado Augusto Montenegro, em 1901, iniciou uma administração que favoreceu o desenvolvimento do Pará em tempos de *belle époque* nos campos científico, cultural e educacional. Coelho (2014) assim se expressa:

No tocante ao ensino médio no Pará, Montenegro tratou de atualizar e modernizar o Liceu Paraense, a Escola Normal, o Conservatório de Música e o Centro de Artes. No quadro do ensino superior no Estado, partiu de Augusto Montenegro a iniciativa de fundar a Academia de Direito e a Escola de Farmácia, os primeiros centros de estudos do gênero em toda a Amazônia. (COELHO, 2014, p. 70)

Havia uma preocupação por parte do governo, no tocante ao Ensino Médio, em garantir melhores condições estruturais e até modernizar os espaços no campo educacional, por exemplo.

Na passagem do século XIX ao XX, o cenário paraense refletia o progresso. Belém recebia diplomatas, artistas franceses, até o Presidente da República, Afonso Pena, foi recebido por Augusto Montenegro. “Em quase todas as oportunidades, as óperas encenadas no Teatro da Paz seguiam-se de banquetes que reuniam representantes das elites de Belém da *belle époque*.” (COELHO, 2014, p. 62). Estas oportunidades reiteravam a ideia de progresso e consolidavam a imagem do Governador do Estado como homem público de bom gosto e refinamento.

Além da estrutura física da Escola Normal, busquei por informações acerca do funcionamento da instituição e reuni informações através da publicação *Atos dos Governadores*, Volume III -1937 a 1947 (CASTRO, 2012). Dessa forma, tornou-se

possível que eu me referisse aos Regulamentos de 1944 e 1945 do Instituto. Tais regulamentos foram consultados por meio virtual. O decreto:

[...] primeiro de N.º 163 de 15 de setembro de 1944, que alterava os dispositivos de Regimento da Escola Normal do Pará, aprovado pelo Decreto de 23 de novembro de 1943; o segundo de N.º 436 de 8 de novembro de 1945, revigorando vários artigos do Regulamento da mesma escola, aprovados pelo Decreto-Lei N.º 1.862 de 12 de janeiro de 1936. (REGO, 1972, p.18)

Anteriormente à consulta da publicação de Castro (2012), pesquisei acerca da existência de fontes que abordassem sobre tais regimentos. Encontrei em Rego (1972) os Decretos-Lei que me levaram a prosseguir nessa trilha e poder consolidar as minhas expectativas quanto ao conteúdo dos mesmos. Nesse caminho, verifiquei que as modificações se deram em relação ao artigo 93: "O Conselho Técnico Administrativo é um órgão constituído por quatro professores catedráticos, em exercício, que servirão pelo prazo de um ano, podendo ser reconduzidos." (*apud* CASTRO, 2012, p. 165).

Além dos regulamentos que antecederam a década de 1950, dou ênfase à mudança de redação do *Regimento do Ensino Normal* de 1950, em comparativo com o Decreto de 1947, em virtude da mudança de redação no Art. 9º, que trata da quantidade de anos para a formação do professor primário.

A seguir, apresento uma síntese da organização das disciplinas distribuídas pelo número de anos do curso de formação do professor primário, em 1947, e a partir de 1950, este regimento vigorou a partir de 1951.

QUADRO 1: DECRETOS ACERCA DO REGIMENTO DO ENSINO NORMAL

REGIMENTO DO ENSINO NORMAL (MUDANÇA DE REDAÇÃO)	
Decreto nº. 734 de 24 de janeiro de 1947	Decreto nº. 636 de 30 de dezembro de 1950
<b>Primeira Série</b>	<b>Primeira Série</b>
Português; Matemática; Química Biologia Educacional (noções de Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene); Psicologia Educacional (noções de Psicologia da Criança e Fundamentos Psicológicos da Educação); Metodologia do Ensino Primário Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Educação Física; Recreação e Jogos.	Português; Matemática; Física e Química Anatomia e Fisiologia Humana; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física, Recreação e Jogos.
<b>Segunda Série</b>	<b>Segunda Série</b>
Biologia Educacional; Psicologia Educacional; Higiene e Saúde Sanitária; Metodologia do Ensino Primário; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Educação Física, Recreação e Jogos.	Psicologia Educacional; Fundamentos Sociais da Educação; Puericultura e Educação Sanitária; Metodologia do Ensino Primário; Prática de Ensino Primário; Prática de Ensino; Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto; Educação Física; Recreação e Jogos.
<b>Terceira Série</b>	<b>Terceira Série</b>
Psicologia Educacional Sociologia Educacional História e Filosofia da Educação Higiene e Puericultura Metodologia do Ensino Primário Desenho e Artes Aplicadas Música e Canto Prática do Ensino Educação física, Recreação e Jogos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

**Fonte:** Diário Oficial do Pará

Ressalto que diversas modificações ocorreram no regimento do ensino normal. Ao comparar os Decretos: nº. 734, de 24 de janeiro de 1947 e o de nº. 636, de 30 de dezembro de 1950, ficou notório, como sintetizado no QUADRO 1, que as mudanças foram relativas à quantidade de disciplinas quanto à aglutinação de disciplinas e quanto à extinção de disciplinas.

Na 1.<sup>a</sup> Série de 1947, foram retiradas as disciplinas: Psicologia Educacional (noções de Psicologia da Criança e Fundamentos Psicológicos da Educação) e Metodologia do Ensino Primário; e na 1.<sup>a</sup> Série de 1950, a disciplina Química aglutinou-se à Física. A disciplina Biologia Educacional transformou-se em Anatomia e Fisiologia Humana, e as disciplinas Educação Física e Recreação e jogos aglutinaram-se. Matemática e Português mantiveram-se inalteradas na grade curricular desses decretos-lei.

Na 2.<sup>a</sup> Série de 1947, em comparação com 1950, foram retiradas as disciplinas: Biologia Educacional, Psicologia Educacional e Higiene e Saúde Sanitária foram extintas; Metodologia do Ensino Primário foi mantida. Desenho e Artes Aplicadas foram aglutinadas à Música e Canto e acrescida a Prática de Ensino e, por fim, a Educação Física foi novamente separada de Recreação e Jogos.

Na 3.<sup>a</sup> Série de 1947, em comparação com 1950, deixaram de existir em 1950. Dessa forma, eu suponho que o ensino normal passou de três para apenas duas séries, ou seja, a formação das normalistas tornou-se mais breve.

A partir da Revolução de 1930 e da criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, foram dados novos encaminhamentos para as estruturas educacionais no Brasil. Assim, em 18 de abril de 1931, o Decreto nº 19.890, que dispõe sobre a organização de ensino secundário, veio para agregar e fortalecer as disciplinas e os programas que deveriam ser desenvolvidas nas instituições desse nível de ensino, naquele momento.

No Capítulo I, dos Art.1º ao Art. 13º do Decreto nº 19.890 o texto descreve minuciosamente acerca dos cursos do ensino secundário. É primordial, nesta escrita, fazer referências aos artigos que dispõem sobre as disciplinas e os programas de ensino, visto que se caracterizam como itens considerados relevantes a tal constituição curricular. Por isso, trazemos, em anexo, o Decreto nº 19.890. Entretanto enfatizamos, neste momento, apenas os capítulos I e II que tratam dos cursos e do corpo docente pertencente ao Collegio Pedro II e aos estabelecimentos equiparados de ensino secundário, a exemplo, o IPE, em Belém.

A instalação do Estado Novo e a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, vem conferir maior importância ao desenvolvimento educacional dos brasileiros. A educação passa a ser considerada como uma questão de importância nacional.

No período histórico anterior, os decretos que criaram o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1934, o Decreto nº 19.890, de 11 de abril de 1936, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; o Decreto nº 19.890, de 11 de abril de 1931 e o Decreto nº 21. 241, de abril de 1934, que consolidou as disposições sobre o ensino secundário) pareciam por indicar que a educação no país viria a desenvolver-se aceleradamente. No entanto, com a instabilidade política do governo e a instalação do Estado Novo, o que parecia ser próspero teve que aguardar. A nova Constituição

brasileira, a de 1937, veio marcada pela distinção entre o trabalho intelectual e o manual. Nesse sentido, o ensino profissional passou a ganhar espaço. Esta constituição organizou o ensino a partir do ensino pré-vocacional e profissional e definiu como obrigatório o ensino de trabalhos manuais. Após um período de mudança nos princípios que regiam a educação no país, a Segunda República trouxe um verdadeiro estado de “hibernação” para esta área.

Anterior à década de 1950, mais especificamente em 1942 com a Reforma Capanema - entre 1942 e 1946 -, houve ampla reforma na educação brasileira. Esta mudança fora denominada por Reforma Capanema, ocorrida no período compreendido entre 1942 e 1946. Gomes (2012) declara que:

[...] via de uma série de decretos-lei que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –Senai – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e normatizaram os ensinos industrial, comercial, primário, secundário, normal e agrícola. [...]. O ensino secundário, regulamentado em 1942 por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, foi organizado em dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos, nas modalidades: clássico e científico. Criou-se o ramo secundário técnico-profissional, subdividido em industrial, comercial e agrícola, além do normal, para formar professores para a escola primária. (GOMES, 2012, p.21)

A Reforma Capanema permitiu ao ensino maior organicidade, tanto para o ensino secundário, quanto para o ensino normal. Assim, a reforma citada contemplar alguns ramos do ensino, tendo sido composta por diversas leis orgânicas. Compreender estas mudanças e estabelecer elos da legislação à época vem se mostrando um caminho para a história de uma instituição educacional. Como poderíamos selecionar fontes documentais sem o conhecimento da legislação que as aporta? Desse modo, relatamos estes fatos da história da educação brasileira e para fortalecer os argumentos em favor da história da educação do Pará e, com ela, da educação matemática a partir do IEP.

A Reforma Capanema sob o Decreto-lei nº 4.024, de abril de 1942, veio contemplar pontos acerca da estrutura organizacional do ensino brasileiro. Tal organização apresentou-se assim distribuída: cinco anos primários; quatro anos do ginasial; e três anos de colegial, nas modalidades: clássico e científico.

Com nosso olhar voltado para o ensino secundário, priorizaremos a modalidade clássica, considerando a informação de que, no ano de 1942, foi decretada a reforma no ensino brasileiro acerca das Leis Orgânicas do Ensino. Tais leis são compostas por decretos-leis relacionados a seguir:



- Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro, que regulamentou o ensino industrial;
- **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril, que regulamentou o ensino secundário;**
- Decreto-lei nº 4.481, 16 de julho, que dispôs sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondentes ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI;
- Decreto-lei nº 4.436, de 7 de novembro, que ampliou o âmbito do SENAI para os setores de transportes, comunicações e pesca;
- Decreto-lei nº 4.984, de 21 de novembro, que regulamentou as empresas oficiais com mais de cem funcionários a manter uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.

Dentre todos os decretos-leis relacionados acima, destaquei o Decreto-lei n.º 4.244, de 09 de abril de 1942, que regulamentou o ensino secundário. E, aqui, reiteramos nossa justificativa quanto ao recorte temporal de nossa pesquisa ser constituído pelo período delimitado a partir de 1950 até 1970.

Como os acontecimentos históricos precedentes a esse período são fundamentais para a compreensão do contexto, não poderia deixar de evocar algumas das reformas, como por exemplo, a Reforma Capanema de 1942, em virtude de essa reforma haver contemplado muitas das transformações instituídas nas bases de organização do ensino secundário brasileiro. Nesta citada reforma o Capítulo I, Art. 1º dispõe acerca das finalidades da educação para o ensino secundário. Observamos que as finalidades apresentadas têm como um de seus focos o prosseguimento da formação escolar.

Ressalto, que a Lei Orgânica do Ensino Secundário trouxe contribuições para a forma estrutural quanto aos ciclos e aos cursos, quanto a orientações acerca das disciplinas e dos programas, das formas de admissão aos cursos – dentre elas, o exame de admissão para o ensino secundário -, além de haver enunciado outras instruções normativas. Tendo permanecido em vigor até 1961, esta lei apontou na direção de uma formação que valorizava o intelecto, mas que também cuidava em atender as demandas dos alunos e dos estabelecimentos de ensino.

No Pará, segundo Castro (2012, p.201): “O Decreto datado do dia 25 de novembro de 1943, assinado pelo interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, aprovava o Regulamento da Escola Normal do Pará.”. Tal documento contemplou diversas disposições, dentre elas:

Os programas das diversas disciplinas deveriam ser anualmente revistos pelos professores e aprovados pela diretoria da Escola. Haveria durante o ano letivo arguições orais e escritas, trabalhos práticos, provas mensais escritas e uma prova parcial, com atribuições de notas que seriam graduadas de zero a dez; e uma prova final de didática e prática profissional para os alunos que, nas provas parciais e demais trabalhos, tivessem média igual ou superior a sete. (CASTRO, 2012, p. 201)

Durante o ano letivo, os professores desempenhavam seus papéis como mestres em classe, além de produzirem diversas atividades que contemplassem os aspectos técnicos e pedagógicos.

O Regulamento do ano de 1943 normatizou a maneira organizacional para as práticas docentes e discentes da Escola Normal e, assim, formar professores primários qualificados para atender futuramente o público escolar do Estado.

## 2.2 O PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA (1946 – 1963): A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO NORMAL

O período da Nova República (1946–1963) constitui um tempo de mudanças, um tempo que enfatizamos pelo fato de ser relevante a regulamentação do ensino normal por meio do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro do ano de 1946. Assim:

A Constituição de 1946 define a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas, e também determina à União a tarefa de fixar diretrizes e bases da educação nacional, oportunizando, segundo Saviani (1999), a “organização e instalação” de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação, universalizando a escola básica. (NOGUEIRA; GOMES, 2006, p.5)

Naquele momento da história educacional brasileira, a Constituição de 1946 vem para alicerçar os direitos referentes à formação intelectual com gratuidade nos estabelecimentos públicos de ensino.

Nogueira e Gomes (2006) fazem referência à importância dos direitos de

todos com relação ao ensino de qualidade e da necessidade em se fixar diretrizes para a garantia aos direitos básicos de desenvolvimento de uma sociedade. O ensino normal foi estruturado de modo que houve uma divisão em dois ciclos: o primeiro ciclo constituía o de regente do ensino primário; e o segundo ciclo, o ciclo de informação; o curso de formação de professores primários.

No Pará, Castro (2012) reporta-se ao Decreto nº 595, de 28 de agosto de 1946, que institui o Regulamento do Ensino Normal do Pará, o qual teria em vista a formação de pessoal docente. Castro assim esclarece:

[...] O Ensino Normal teria os seguintes cursos: Curso de Regentes do Ensino Primário (1º ciclo), feito em quatro séries anuais; Curso de Formação de Professores Primários (2º ciclo), ministrado em três séries anuais; Curso de Especialização, aplicado em duas séries anuais; e os Cursos de Habilitação, ministrados também em duas séries anuais. (CASTRO, 2012, p. 332)

O Regulamento dispõe acerca do ensino normal sobre os cursos que o compõem, os ciclos e as séries que os formam. Dessa forma, no contexto formativo os alunos concluintes do segundo ciclo do ensino normal assegurariam seu ingresso em cursos da Faculdade de Filosofia. Naquele momento, uma oportunidade a mais que se abria para as normalistas que, anteriormente, não dispunham desta outra oportunidade para a continuação de seus estudos.

Para enriquecer este texto, resolvi agregar a **IMAGEM 1** como elemento estético e transcendente, como o intuito de também conduzir a reflexão do quão importante se fazia o fortalecimento, em Belém, de uma formação de qualidade, pois, no caso das normalistas, seriam as pessoas a formar as futuras gerações.

**IMAGEM 1: Estudantes da Escola Normal, 1946 / Acervo Flávio Nassar.**



**Fonte:** <http://fragmentosdebelem.tumblr.com/page/21%3Froute%3D%252Fpage%252F%253Apage>

A partir de livros que versam sobre a cidade de Belém do Pará nas décadas de 1950 a 1970 vem sendo composto um panorama da cidade, bem como das fontes documentais que acabam por construir com informações relevantes o cenário da época, nas diversas áreas. No Brasil daquele período, vivia-se um tempo de mudanças em diferentes áreas e contextos, dentre estas, a educação. Portanto, a partir do olhar para os vestígios da história, o contexto histórico e educacional da pesquisa vem sendo revelado.

Em Belém, com relação à constituição da população, um fato importante era a consolidação do processo de imigração japonesa só veio se consolidar a partir da década de 1950, bem como, a da imigração italiana. Belém, na memória social, sofre forte influência destes povos com suas respectivas culturas. A consolidação desses povos na capital e no interior do estado gerou um cenário diferenciado na região. Belém eclodia no cenário brasileiro. Sob essa ótica, os estudiosos da região sudeste do país indicavam a capital paraense para a realização do IV Congresso de Matemática, ao mesmo tempo em que a Matemática Moderna movia e reconfigurava o cenário brasileiro.

A partir de 1950, o público estudantil começou a sofrer transformações devido a “mudanças econômicas, sociais e políticas no Brasil.” (GOMES, 2012, p. 22). Tais transformações repercutiram nas modificações das disciplinas escolares.

Desde a criação da Escola Normal até sua regulamentação, diversas reformas educacionais foram realizadas. Assim, modificações nos programas e nos conteúdos curriculares, bem como, nas finalidades para a Educação Básica ocorriam paralelas às transformações do sistema educacional brasileiro ao longo da história. Personagens locais e nacionais foram traçando os rumos da história da educação do Brasil. Dentre os vários atores históricos, podemos, aqui, referir-nos ao educador Anísio Teixeira cuja atuação no contexto educacional brasileiro é notória. Segundo Machado e Sousa (2014), Anísio Teixeira foi

[...] incansável pela organização de um sistema educacional brasileiro. Afirmamos de início que sua atuação na educação pública brasileira contemplou desde a educação infantil até a universidade. Anísio não foi um simples gestor de instituições públicas de ensino, foi docente desde a escola fundamental até a universidade. Sua atuação pode ser investigada no âmbito das políticas de educação, na formação de professores e no campo das teorias pedagógicas. No seu trabalho em favor da escola pública começaria pelo ensino primário. Até essa iniciativa de Anísio Teixeira, a educação no Brasil era realizada geralmente por professores leigos, sobretudo no interior e na zona rural. MACHADO e SOUSA (2014, p. 139-140)

O educador Anísio Teixeira atuou decisivamente em prol da educação brasileira, lutando pela organização do ensino brasileiro e pelo ensino primário. Sua atuação foi influenciada por uma visão de homem revolucionário, visão traduzida por ações que trouxeram para os cenários brasileiros ideais de modernização para o sistema educacional e, em especial, para a educação primária.

Nos anos de 1950 a 1960, Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). -Vejam os que Machado e Sousa (2014, p. 141) descrevem a seguir:

Quando ocupava o posto de diretor do INEP, Anísio Teixeira criou o Programa de Assistência Brasileiro-Americano no Ensino Elementar, PABAAE, que vigorou nos períodos de 1956 até 1964 [...] Esse programa era efetivado por técnicos da educação norte-americana, e previa a modernização do ensino brasileiro. Para isso, exigia a instalação de Centros de Treinamentos nas principais regiões do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Manaus. Contudo, isso não se concretizou, a intenção de formar instrutores de professores para o ensino normal se frustrou [...] (MACHADO e SOUSA, 2014, p. 141)

O propósito da restauração da escola pública primária e de qualidade não obteve êxito. A formação das normalistas, nas principais regiões do Brasil, fazia

parte do ideal de formação pensado por Anísio Teixeira e este, por sua vez, compartilhava desse ideal de filosofia da educação juntamente com os norte-americanos: Dewey<sup>15</sup> e Kilpatrick<sup>16</sup>. Ambos são defensores da chamada pedagogia ativa.

Rocha (2012) descreve a seguir:

A pedagogia ativa traz como um dos princípios de que a criança nasce com a faculdade de aprender [...]. Esse, por sinal, deve ser o princípio de todo processo educativo. Assim, o ensinar só é possível porque existe essa faculdade de aprender na criança. (ROCHA, 2012, p. 31)

A pedagogia ativa se pauta em conceitos que estimulam o aluno a ter iniciativa, criatividade e a ter atitudes cooperativas.

Até o final da década de 1950, no contexto paraense, o IEP e o CEPC (Colégio Estadual Paes de Carvalho) eram as duas únicas escolas públicas estaduais paraenses que ofertavam o segundo ciclo. No CEPC, a formação era voltada para a educação geral de meninos e meninas. Na Escola Normal, a formação de homens e mulheres seguia em direção ao exercício do ofício do magistério. De fato, não se pode negar que ideais como os de Anísio Teixeira e, através do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAEE), estavam relacionados, também, ao desenvolvimento da disciplina Matemática e as práticas pedagógicas caso viesse a se concretizar a instalação dos Centros de Treinamentos pensados pelo professor Anísio Teixeira impactando na vivência de outras práticas pedagógicas.

Em meados da década de 1950, como destaca Silva (2015): “O Curso de Matemática foi implantado no ano de 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém [...]” (SILVA, p.83). Este fato pressupõe que a educação matemática paraense inaugurou o processo de formação de professores em licenciatura em matemática no estado, o que, certamente, representou um ganho para a formação de professores em nosso estado.

Em 1951, o então ministro da Educação e Saúde Simão Filho, através da portaria ministerial nº 922, de 2 de outubro de 1951, publicada no Diário Oficial da

---

<sup>15</sup> Dewey foi um filósofo norte-americano que defendia a democracia e a liberdade de pensamento como instrumentos para a manutenção emocional e intelectual das crianças. Dewey é o nome da corrente filosófica que ele denominou instrumentalismo, ou seja, as ideias só têm importância desde que sirvam de instrumento para a resolução de problemas reais.

<sup>16</sup> William Heard Kilpatrick, discípulo de Dewey.

União, expediu os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas. Tal ato governamental veio a contemplar todas as disciplinas escolares. No tocante ao programa da disciplina Matemática, faço esta abordagem no Capítulo 3 deste texto dissertativo.

Convém mencionar que, dentre as diversas ações educacionais pelo no Brasil, algumas delas são de importância ímpar. Cito, neste momento, a Imprensa pedagógica que abriu espaço para publicações acerca das disciplinas dos diversos níveis de ensino. A partir de 1957, as transformações na educação perpassavam pelas publicações educacionais. A respeito desse tema, cito a Revista Atualidades Pedagógicas que divulgava informações sobre professores, cursos, programas de ensino, dentre tantos outros assuntos. O Brasil vivia um tempo de transformações em sua política educacional.

A revista Atualidades Pedagógicas foi uma publicação da Companhia Editora Nacional, prestigiada editora que, na década de 1950 e início da década de 1960, desempenhou papel fundamental no que tange à circulação e divulgação de saberes educacionais, em especial, aos da área do ensino de Matemática. (OLIVEIRA E FUENTES, 2009, p. 6)

A Revista Atualidades Pedagógicas foi um instrumento importante, na medida que teve como uma de suas finalidades a disseminação dos saberes em diversas áreas. No ensino de Matemática, levantou para o cenário educacional, discussões conteúdos, metodologias, materiais didáticos e outros temas ligados à área.

A imprensa pedagógica circulava com exemplares que continham informações a respeito de práticas docentes, de ensino e de pautas relacionadas à disciplina Matemática. Difundia também a importância dada à educação matemática. Como Oliveira e Fuentes (2009) enfatizam:

Em 1957, a educação matemática ganha uma seção dentro da revista intitulada “Programa de Matemática para os cursos normais”. O professor Sangiorgi, em artigo nessa seção, apresenta o resultado dos debates promovidos no Estado de São Paulo e o programa de matemática para o curso normal, e já adotado em São Paulo e no Paraná. A grande conquista desse novo programa é a modificação dos conteúdos, escolhidos de modo a atender as necessidades das professoras que iriam lecionar no ensino primário: aritmética prática, geometria prática e noções de Estatística aplicadas à Educação. Com isso substituiu-se as “altas matemáticas”, presentes na legislação anterior, por uma formação voltada para a atuação docente das normalistas. Sangiorgi informa que este programa vinha servindo de parâmetro para outros estados, observamos que o programa de Minas Gerais possuía muitas semelhanças com o programa paulista.

Contudo o artigo também apresenta outros programas (Distrito Federal e Paraíba, Pernambuco) bastante distintos do paulista, que mantém praticamente os mesmos conteúdos que o científico. (OLIVEIRA e FUENTES, 2009, p.5-6)

Informações como estas evidenciam que atitude do qual o professor Sangiorgi fazia parte conseguiram visualizar as necessidades pulsantes de modernização do ensino.

Somando-se a essas mudanças, o cenário brasileiro inaugura uma fase de mudanças curriculares e a partir da Matemática Moderna, cujo principal representante no Brasil é o professor Osvaldo Sangiorgi, autor de muitos livros didáticos adotados em todas as regiões do país. Os debates, as mudanças e o cenário ao qual faço referência é o 1º Congresso Brasileiro de Ensino de Matemática realizado, no Rio de Janeiro, em julho de 1959.

No ano de 1961, houve a promulgação da Lei 4.024, de dezembro de 1961. Essa lei constitui-se como um dos marcos para a história educacional brasileira. No Título VII de seu texto, regulamenta-se a educação separada em níveis, de modo que a educação de grau médio foi subdividida em: Ensino Médio, Ensino Secundário, Ensino Técnico e Da Formação de Magistério.

### 2.3 O IV CONGRESSO NACIONAL DE MATEMÁTICA A LEI Nº 5692/71

O sistema educacional brasileiro estava legalmente reestruturado. Em Belém, no ano seguinte, 1962, realizou-se o *IV Congresso Nacional de Matemática*. Segundo Valente (2002), Belém recebeu congressistas vindos de “lugares distantes como a Região Sudeste”. As discussões ocorridas no Pará repercutiram nacionalmente. As propostas emergentes das dinâmicas deste evento transformaram-se em documentos, em apostilas e em programas de ensino. O Pará estava na cena nacional discutindo mudanças dos currículos e dos métodos e encaminhando sugestões de materiais para o ensino. O período compreendido entre os dias 22 a 28 /07/1962 representou outro marco em nossa história, no tocante a disciplina Matemática.

Quanto à I Conferência Nacional de Educação, promovida em 1964, consideramos que essa iniciativa de natureza acadêmica agrega referência singular



no campo temporal e espacial desta., uma vez que o evento aconteceu em momento histórico delicado da história brasileira, culminando na ocorrência do Golpe Militar de 64, fato que não pode ser ignorado conquanto trouxe implicações diretas para todos os setores brasileiros e, inclusive, para o setor educacional.

No que se refere a política educacional no período do Regime Militar (1964 – 1985), as ações políticas primavam pelos interesses da burguesia. Dessa forma, o processo educativo era excludente. A população ouvia o discurso oficial de valorização da educação, mas a desobrigação dos militares com o financiamento da educação – LDB/1961 – empurrava a educação pública para a falência.

O Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964, institui a I Conferência Nacional de Educação, e seu Art. 1º assim enuncia: “O Govêrno Federal convocará, anualmente, a Conferência Nacional de Educação, para estudos das questões relativas à coordenação de planos de educação.” (NOBREGA, 1972, p. 303). O regimento versa sobre as seguintes secções: Da ordem do dia, das sessões e da secretaria (do Art.4º ao Art. 10º); Das comissões (do Art. 11º ao Art. 12º); e Das disposições gerais (do Art. 13º ao Art. 16º). Esse instrumento legal também aprovar recomendações acerca dos planos estaduais de educação.

Em 1964, o momento político configurava-se extremante difícil. No entanto, o Golpe Militar de 64 serviu como mola propulsora que desencadeou, por exemplo, a proibição do funcionamento da UNE através do Decreto-lei nº 477. Tal proibição calou estudantes e professores. O cenário educacional brasileiro sofria com retrocessos.

A criação do vestibular classificatório, como política pública educacional, constituiu-se como tópico que motivou reflexões acerca da formação das professoras do IEP. Outros assuntos correlatos, como a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (e, posteriormente, sua extinção) e a criação da Fundação Educar foram ações governamentais que, embora revelassem a correlação de forças políticas confrontando-se pelo poder, mostravam também que as ações no campo da educação continuavam a fazer parte do cenário geral do Brasil daquela época. A Instituição Escola Normal estava próxima de completar seu centenário. Em 19 de junho de 1969, o prédio do IEP foi reinaugurado após uma reestruturação total. Naquele momento, o governador era o Ten. Cel. Alacid da Silva Nunes, que se encontrava à frente da ação de valorização deste prédio de referência em formação educacional no estado.

A placa de reinauguração do prédio do IEP, na década de 1960 - FOTO 1 -, vem nos contar parte da história do instituto. Naquele momento, além da reforma, houve a ampliação do espaço. Foi construído um prédio anexo, pois havia a necessidade de reunir novos cursos pertencentes à área do magistério, como o Curso de Supervisão Escolar.

**FOTO 1 – Placa de reinauguração do prédio do IEP na década de 1960. A placa está incrustada na parede do rol de entrada da escola.**



**Fonte: Acervo da Autora**

Esta placa pode ser vista ainda hoje na Instituição. Lá, há outras placas que contam um pouco da história do prédio, bem como daqueles que participaram da história do IEP a partir do momento em que este passou a ser instituto de ensino.

Em 1971, a Lei nº 5692/71 determina a extinção da Escola Normal. Essa lei vigorou em todo o território nacional, promoveu transformações importantes no âmbito socioeducacional brasileiro e produziu sensíveis reflexos na formação de

professores.

No período mais “cruel” da ditadura militar, foi instituída, em 1971, a Lei 5.692, a LDB. O ano de promulgação da LDB coincidiu, com o centenário do IEP, em Belém.

No rol de entrada do prédio de Belém, ainda hoje, existe incrustada na parede da Escola Normal uma placa que homenageia os políticos da época, os alunos, os professores que, naquele momento, compunham aquela cultura escolar. As homenagens foram as mais variadas. Os jornais noticiaram o centenário da instituição de forma glamourosa. Para a população paraense, o instituto havia se tornado um símbolo da excelência educacional da cidade.

Do texto de Saviani (2009, *apud* REIS, 2012) acerca das escolas normais e sua extinção, destacamos o seguinte fragmento:

As escolas normais permaneceram como os principais estabelecimentos de formação de professores das séries iniciais até a década de 1960 e foram extintas com a publicação da lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação e substituídas pela habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau. (SAVIANI, 2009, *apud* REIS, 2012, p.3)

Naquele momento histórico, a instituição Escola Normal habilitava seus alunos a exercerem a profissão de professores das séries iniciais e, assim, proporcionar a oportunidade a homens e a mulheres a habilitarem-se para o exercício do ofício pedagógico, com preparo didático, apesar da não padronização desses cursos.

Das várias informações pedagógico-culturais das quais um professor de Matemática venha a se apropriar, ao longo da vida, faz-se necessário o despertar destes para as práticas cotidianas, com a intenção da escrita de outras práticas. Entretanto, esse despertar para as práticas cotidianas não deve se dar de forma “ingênua” e, sim, de forma consciente, a fim de que o professor de Matemática vá em busca de contribuições para a melhoria na qualidade do ensino.

A cronologia está sendo o fio condutor para a apresentação da pesquisa e revela uma forma de apresentação do texto que se constrói a partir dos momentos da história de Belém e do Brasil., mesmo que de forma breve, para expor o cenário belenense e o nacional. Nesta ambiência, pretendeu-se evidenciar elementos históricos e suas respectivas representações, e, assim, tentar perceber, a partir dos fatos e das apropriações de sentido para a história do IEP entre 1950 e 1970.

Atualmente este é o prédio da Instituição, hoje, denominado de Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP).

**FIGURA 3 – IEEP na Atualidade**



Fonte: <http://colegioieep.blogspot.com.br/> Acesso em 05.07.2014.

O prédio ainda mantém linhas originais como seu piso, suas escadarias, seu salão principal, as portas com quase três metros de altura e, aqui, chamamos a atenção para o armário que se encontra na sala destinada ao arquivo vivo da escola, no qual abriga inúmeras obras de diversas disciplinas, obras estas que as manuseamos e as quais “aparentemente sem valor algum”. Porém, com nosso olhar

cuidadoso e curioso, podemos notar as raridades que ali estão “aparentemente” esquecidas e encobertas pela poeira (e até mesmo por fezes de animais!). Apesar do mobiliário ser belíssimo, alguns vidros encontram-se quebrados, o que causa risco para quem precisa consultar o conteúdo das publicações e obras que estão naquele espaço abrigados.

## CAPÍTULO 3 - A MATEMÁTICA MOBILIZADA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

---

Neste Capítulo 3, apresento uma lista com os nomes de professores que ministraram a disciplina Matemática e pertenceram ao quadro de docentes do IEP a partir de 1947 até 1970. Nesta seção, destaco as professoras Maria Ferreira e Eneida Nazaré Costa Norat que fizeram parte da cultura escolar nas décadas relacionadas à pesquisa. Sobre as professoras, descrevo seus os traços biográficos a partir das entrevistas/conversas realizadas.

Finalizo a escrita do Capítulo 3 discorrendo brevemente sobre a organização curricular do IEP com base na grade curricular para o ano de 1966, incluindo os entrecruzamentos entre as falas das professoras, o guia didático e a Portaria nº 1.045<sup>17</sup>, de 1951, que trata dos programas mínimos de ensino secundário.

### 3.1 OS PROFESSORES EFETIVOS, EQUIPARADOS E INTERINOS

Na Biblioteca Pública Arthur Vianna<sup>18</sup>, e mais precisamente na seção “Obras do Pará”, solicitei à bibliotecária material referente à antiga Escola Normal. Na referida seção, encontram-se diversos tipos de materiais, desde livros didáticos de autores paraenses a obras de histórias do estado.

Um dos livros imprescindíveis para a composição deste texto e o qual tomamos por base foi a obra do escritor Altamir Souza<sup>19</sup>, intitulada: *Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará* (1972). A IMAGEM 2, abaixo, comprova a existência da obra..Dentre diversas notas, portarias e notas bibliográficas, encontram-se informações até 1971, ano em que o educandário completou 100 anos, e que através de um olhar, inicialmente curioso, pude extrair detalhes expressivos da história do Instituto.

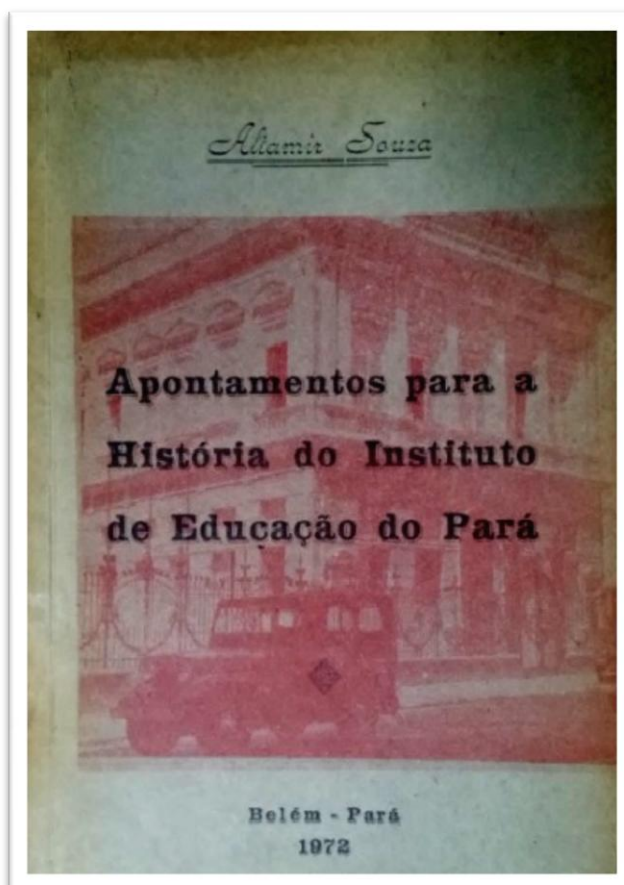
---

<sup>17</sup> Apresentada nos anexos M, N e O no final deste texto.

<sup>18</sup> Esta biblioteca funciona desde 1986 no prédio da Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR), pois foi desvinculada do Arquivo Público em virtude de sua expansão.

<sup>19</sup> Foi professor do Instituto de Educação do Pará e presidiu uma Comissão que organizou, a partir de 1968, os Anais da antiga Escola e desta originou-se a obra supracitada.

**IMAGEM 2 - Capa do Livro do autor Altamir Souza.**



**Fonte: Biblioteca Arthur Vianna.**

O texto de Souza (1972) refere-se a uma produção acerca de diversos olhares para o IEP. Apesar dos múltiplos olhares, o meu voltou-se para as contribuições relativas às diversas disciplinas lecionadas no educandário, para a citação das legislações e, de forma ainda mais particular, para as coleções de listas nominais dos professores das disciplinas que, até 1971, compuseram a história e a formação do alunado do IEP.

As listas nominais foram compostas a partir da seguinte classificação: Efetivos, Interinos ou Equiparados. Em torno do assunto, Souza (1992) apresenta o seguinte apontamento:

Relação de professores efetivos e interinos no período de 1890 a 1970. As datas são dos decretos de nomeações. Exceção dos interinos a partir de 1954, que correspondem ao início dos trabalhos letivos como professores de turmas suplementares. ( SOUZA, p.92, 1972)

A citação de Souza (1972, p.96 e 97) faz referência aos professores que fizeram parte da formação das normalistas até 1971, bem como registra as datas

dos decretos de nomeação, no caso dos efetivos e dos equiparados, e das datas do início dos trabalhos letivos para os interinos:

**QUADRO 2: LISTA NOMINAL DE PROFESSORES DO IEP A PARTIR DE 1947 ATÉ 1970**

MATEMÁTICA		
CATEGORIAS	PROFESORES	DATA
EFETIVOS	Dr. João Nepomuceno Brandão	30/05/1962
	Antônio Júlio Lacerda Amâncio	30/05/1962
EQUIPARADOS	<a href="#">Fernando Antonio Moreira Aflalo</a>	30/12/1966
	Raimundo Nonato Vasconcelos	13/09/1968
INTERINOS	Luiz Gonzaga Baganha	02/05/1947
	Yolanda Martins e Silva	30/04/1948
	Edson Costa	01/03/1949
	Inah Martins e Silva	13/03/1951
	João Nepomuceno Brandão	18/03/1953
	Hélio Antonio Mokarzel	?/04/1954
	Ozilda Leite Caminha	?/06/1954
	Francisco de Assis Jucá Soares	?/06/1954
	Orlando Eduardo Bentes de Oliveira	01/03/1958
	Stélio da Silva Elleres de Souza	?/04/1958
	Geraldo Daltro da Silveira	?/08/1958
	Antonio Julio Lacerda Amâncio	03/02/1959
	Fernando Antonio Moreira Alfalo	01/03/1959
	<a href="#">Raimundo Nonato Vasconcelos</a>	01/02/1959
	Antonio Maria Alencar Reis	01/02/1962
	Elmiro Goldim Pereira	01/03/1967
	Emmanuel Fabiano Bittencourt dos Santos	01/03/1967
	Eliel Maria Moraes	02/09/1967
	<a href="#">Rui dos Santos Barbosa</a>	01/08/1968
	Yoneko Seki	01/03/1969
	<a href="#">Carlos Amélio Frazão Pereira</a>	01/03/1969
	<a href="#">Eneida Nazaré da Costa Norat</a>	01/03/1969
	Lourival Barbosa Aguiar	01/03/1969
Luciano Santos de Oliveira	01/03/1969	
Mênio Castro da Costa	01/03/1969	
Manuel Tavares da Silva Pinho	01/03/1969	
Vera Lúcia Siqueira da Cruz	01/04/1969	
Mariana Madeiros Vieira Lima	01/03/1970	

Fonte: Souza (1972)



Os professores da disciplina Matemática citados acima compuseram o quadro do IEP a partir das datas mencionadas. Como se demonstrou organizado no QUADRO 2, tanto os professores efetivos quanto os equiparados foram em anos anteriores professores interinos do IEP e destaque, em azul, o nome dos seguintes professores: Fernando Antônio Moreira Aflalo ,Raimundo Nonato Vasconcelos, Rui dos Santos Barbosa ,Carlos Amélio Frazão Pereira e Eneida Nazaré da Costa Norat. Faço este destaque devido à importância de suas contribuições para a educação pública paraense. Refiro-me neste texto acerca dos professores Rui Barbosa e Eneida Norat.

Rui dos Santos Barbosa que concluiu sua pós-graduação (lato-sensu) em 1967, ingressou como professor interino na Escola Normal no ano de 1968, posteriormente foi professor da UFPA e da UEPA. Dessa forma contribuiu para a formação de professores tanto em nível secundário como superior.

A professora Eneida Nazaré da Costa Norat atuou desde a formação de crianças até a formação de universitários. Trabalhou no IEP e no grupo escolar José Veríssimo (1º grupo escolar de Belém), além de ser professora oitenta da UFPA até 1990.

Com um olhar reflexivo a respeito dos professores citados no QUADRO 2, decidi por encontrar, pelo menos um, para que pudéssemos conversar/entrevistar e, então, escrever um traço biográfico deste(a) professor (a) do instituto, com a finalidade de registrar sua trajetória no tocante a sua contribuição para a história da educação matemática até 1970 no Pará.

Porém, em uma das visitas ao IEP, fui apresentada à professora Maria Ferreira. E qual o porquê dessa apresentação? Porque, apesar de esta professora estar aposentada há vinte e nove anos e ter ministrado a disciplina Estatística, e não Matemática, foi ela que deu contribuições essenciais para esta pesquisa, sobretudo com relação aos professores que poderiam concordar em participar da construção dessa história, para que eu pudesse conversar sobre a história do Instituto.

A professora Maria Ferreira sugeriu o nome de alguns profissionais bem como alguns livros. Nossas entrevistas/conversas me ajudaram a compor um panorama mental do instituto nas décadas em que ela foi professora, bem como ajudou a identificar alguns dos professores que lecionaram na instituição das décadas do recorte temporal da pesquisa e, desse modo impulsionar ações com o intuito de atingir os objetivos de pesquisa.

**FOTO 2 - Entrevista com a professora Maria Ferreira no arquivo do SOME, 2014.**



**Fonte: Acervo da Autora**

A professora Maria Ferreira gentilmente conversou comigo a respeito da cultura escolar na Escola Normal. Recordações que vieram à tona com saudosismo.

### 3.2 AS ENTREVISTADAS

A primeira audição produzida com a professora Maria Ferreira - FOTO 2- no IEEP e, simultaneamente registrada com gravador de voz, com celular, com câmera fotográfica, fui sendo conduzida por sua voz forte e esclarecedora. Assim, ela permitiu que eu iniciasse meu caminhar no solo da pesquisa em História Oral. Partilhei daquele momento único, e, para mim, importante, pois representava o registro documental das histórias de uma mulher que fez parte do instituto e conheceu diversas nuances relativas à Instituição.

Eu sabia que seria necessário convidar outra (as) professora(s) para esta fase da pesquisa. Afinal, eu precisava continuar compondo o cenário e descobrindo fatos que me levariam mais à frente em meus questionamentos.

No âmbito das ações de pesquisa, corroboramos com Garnica (2011) acerca de sua perspectiva dos procedimentos até então utilizados, os quais têm seguido,

nas pesquisas com História Oral, no Grupo de História Oral em Educação Matemática (GHOEM):

[...] (a) a questão diretriz da pesquisa indica um grupo inicial de depoentes cuja memória é julgada importante para compreender o tema levantado pela questão diretriz. Ao serem convidados pra participar da pesquisa, esses depoentes usualmente indicam outros depoentes – é o que se chama “critério de rede” para a formação do núcleo de colaboradores do trabalho [...] ( GARNICA, 2011, p.6)

Com vistas a complementar os sentidos da problemática da pesquisa, segui, através dos indicativos dos “colaboradores do trabalho”, reunindo conhecimentos e, construindo uma rede interligada com a problemática que norteava esta pesquisa. Meu propósito consistia em ampliar a completude de sentidos e fortalecer os argumentos para a composição da história do IEP.

Depois deste primeiro encontro, foram marcados outros dois. As idas ao IEEP, por vezes, levaram-me a conversar com a professora Maria Ferreira. Em outros momentos, eu alternava e acabava por dialogar com a auxiliar administrativa que trabalha juntamente com ela no arquivo do Sistema Modular de Ensino (SOME) há mais de vinte anos. A auxiliar foi gentil e auxiliou-me quando precisei estar no arquivo do IEP procedendo a localização e a seleção de fotografias, dos documentos, como exemplo a matriz curricular (QUADRO 3) relacionados à compreensão daquela cultura escolar para a formação das normalistas.

Um propósito a mais em retornar ao prédio do IEEP, a partir de uma primeira conversa/entrevista com a professora Maria Ferreira, que continua a colaborar com o Instituto, fez-se urgente, pois percebemos o grau de disponibilidade que a professora expressou para nos ajudar acerca da disciplina que lecionou no passado: Estatística. Além desse assunto, ela prestou esclarecimentos essenciais acerca da cultura escolar do IEP. Sua generosidade e seu amor pela instituição fazem dela uma personagem importante para a história do IEP, pois é dona de uma personalidade valorosa, a meu ver, para o Instituto. Nossas interlocuções nortearam, de certa forma, o posterior encadeamento das ideias ligadas aos objetivos de pesquisa bem como, permitiram estabelecer o confronto dessas ideias com os textos lidos e as documentações consultadas por mim lidos e com as documentações para uma construção historiográfica mais assertiva.

No que diz respeito à disciplina Matemática, fui à procura dos nomes dos professores que trabalharam no Instituto nas décadas citadas. Para tanto, a

professora Maria Ferreira e o livro de SOUZA (1972) foram fundamentais. O nome da professora Eneida Nazaré Costa Norat, citado anteriormente pela professora Maria Ferreira, foi determinante para que a pesquisa ganhasse a amplitude necessária.

### **3.2.1 Traços Biográficos**

Neste item, apresento, a partir das entrevistas/conversas com as professoras Maria Ferreira e Eneida Norat, seus respectivos traços biográficos, os quais vêm revelar suas formações acadêmicas, locais em que trabalharam no exercício do magistério, dentre outras informações de suas vidas profissionais e acadêmicas.

#### **3.2.1.1 Maria Ferreira**

A professora Maria Ferreira estudou nas seguintes instituições em Belém: a Escola Estadual Paes de Carvalho (CEPC); no colégio particular denominado de Técnicas, Ciências e Letras; Escola Estadual Magalhães Barata, onde cursou o secretariado, entre os anos de 1958 e 1959. Graduou-se no ano de 1969 pela UFPA em Ciências Sociais. Durante sua graduação, e após ter cursado as cadeiras de Estatística Geral e Estatística Geográfica, solicitou seu registro para o Ministério de Educação e Cultura (MEC). Dessa forma, deu início a sua carreira no campo do magistério como professora da disciplina Estatística.

A professora Maria Ferreira trabalhou na Escola Normal a partir de 1967 e foi a primeira mulher regente da disciplina Estatística no IEP. Ela trabalhou no Colégio Santa Rosa, no Colégio Salesiano do Carmo e no CEPC. Em 1968, quando assumiu a regência na Escola Normal, confrontou-se com o seguinte desafio: organizar o programa da disciplina que seria a base para a realização dos planos de aulas e em sua prática docente, contribuindo para a formação do alunado. Foi professora progressista da UFPA e partilhou com o professor Alfredo Boneff –

professor titular da UFPA graduado em engenharia – a mesma disciplina, a partir de 1969 até 1971.

### 3.2.1.2 Eneida de Nazaré Costa Norat

A professora Eneida de Nazaré Costa Norat é natural do estado do Amazonas, tendo estudado no Grupo Escolar de Monte Alegre, no baixo Amazonas. Veio para Belém para submeter-se ao exame de admissão no Colégio Santa Catarina de Sena (1958). Em continuação aos estudos, prestou exames para o IEP, onde cursou três anos do secundário, naquela casa antiga, quando concluiu seus estudos o prédio novo (anexo) estava concluído. Logo que se formou em professora primária, exerceu a profissão de magistério no cargo de regente por seis meses em uma escola hebraica e, depois, atuou no Grupo Escolar José Veríssimo (1966).

Prestou vestibular para o Núcleo de Matemática e Física (UFPA), que, em 1966, funcionava na avenida Magalhães Barata. O objetivo da professora era ingressar no Curso de Licenciatura Plena em Matemática da UFPA. À época, Eneida Norat cursou dois anos do básico do curso, juntamente com as turmas de engenharias, e os três anos finais cursou disciplinas pedagógicas na Faculdade de Filosofia do Pará, situado na av. Generalíssimo Deodoro, sendo que os alunos de Bacharelado iam concluir as disciplinas de Matemática no recém-inaugurado *campus* do Guamá (1968). A essa época, Norat conseguiu uma vaga para lecionar no IEP (1968), pois havia cursado as disciplinas básicas do curso de Matemática.

Na década de 1960, quando houve a realização do concurso para o provimento de vagas de professor do IEP, a professora Eneida Nazaré Costa Norat se submeteu a tal avaliação, obtendo aprovação. A partir de então, como docente efetiva, pôde continuar o trabalho no grupo escolar, bem como no IEP. Naquele tempo, o IEP era vinculado à Fundação Educacional do Pará (FEP) e a professora foi designada a colocar-se à disposição da FEP e desempenhando seu trabalho no IEP até 1980. Além do IEP, ela trabalhou em diversas escolas particulares.

Ainda faz parte de sua bibliografia, ter sido professora do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP); Quando houve a oportunidade de melhor qualificar-se acadêmica e profissionalmente, decidiu ingressar num curso *lato sensu*,

um Curso de Especialização ( 1ª Especialização em Matemática). O Curso foi ofertado, à época, pela UFPA e na área de Matemática (1978/1979). Então, assim se expressou: “*eu precisava realmente fazer*”, porque, naquela época, estavam sendo criados os cursos (de Matemática e de Engenharia) do CESEP, uma vez que, até então, só existiam os cursos de Administração, Economia e Direito, apenas os cursos da área de Humanas. Na ocasião, ela trabalhava com os alunos dos cursos de Economia e Administração, mas logo passou a ser titular da cadeira de Matemática no CESEP, por indicação do MEC.

Após sua aprovação para o ingresso no Curso de Especialização, Norat foi convidada, pelo Chefe de Departamento de Matemática, à época o professor Tadeu Oliver Gonçalves, a pertencer ao quadro da instituição como professora da UFPA. Sua situação funcional foi regularizada no ano de 1980. Ela era professora efetiva e sua atuação profissional rubricada no regime trabalhista como Professor de Dedicção Exclusiva (DE) da Universidade – colaboradores oitenta, como foram denominados os professores que pertenciam ao quadro de professores da UFPA, mas que não prestaram concurso para o cargo e sim foram indicados – fazendo parte do último grupo de professores a constituir quadro funcional da UFPA sem a obrigatoriedade de ingressar por meio de concurso público, exigência regulamentar dos dias de hoje.

Nesse momento de sua vida profissional, a professora decidiu desligar-se das demais instituições, colaborando exclusivamente como professora da UFPA até 1990.

### 3.3 AS GRADES CURRICULARES

A relevância do currículo que vigorou na Instituição nas duas décadas foi evidenciada a partir das entrevistas, das grades curriculares e do guia didático. Nesses documentos é evidente o tipo de formação que se pretendia realizar e o modelo pedagógico vigente, visto que estes possibilitaram reconhecer um cenário educacional situado em determinado eixo temporal, considerando-se como principal foco de observação disciplinas ali propostas e no modo como as disciplinas estavam distribuídas em suas Grades Curriculares.

QUADRO 3 : Organização a Partir da Grade Curricular Para o Ano de 1966.

GRADE CURRICULAR DO CURSO COLEGIAL NORMAL	ANO DE 1966		
	SÉRIES		
	1ª	2ª	3ª
DISCIPLINAS			
PORTUGUÊS	X	X	X
MATEMÁTICA	X	X	X
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	X	-	-
DESENHO PEDAGÓGICO	X	X	-
PSICOLOGIA EDUCACIONAL	X	X	X
DIDÁTICA GERAL E ESPECIAL	X	X	X
HISTÓRIA DO PARÁ	X	-	-
GEOGRAFIA DO PARÁ	X	-	-
BIOLOGIA EDUCACIONAL	-	X	-
SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	-	X	X
HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	-	X	-
HIGIENE E PUERUCULTURA	-	-	X
ESTATÍSTICAS	-	-	X
TÉCNICA AUDIOVISUAIS	-	-	X

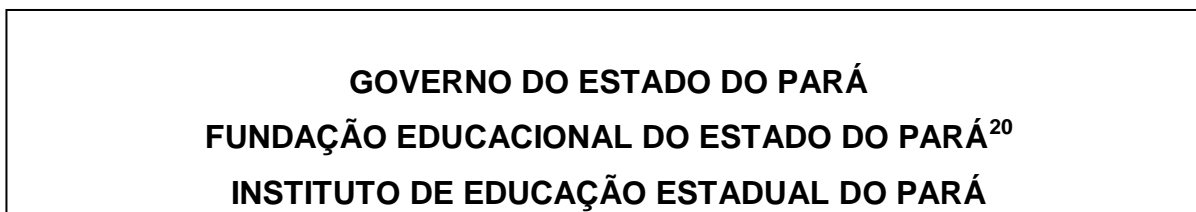
Fonte: Secretaria do IEEP

A Grade Curricular do Curso Colegial Normal (1966), acima demonstrada pelo QUADRO 3, foi transcrita a seguinte observação:

O aluno que ficou reprovado nas disciplinas: História do Pará, Geografia do Pará, Psicologia Educacional e Didática, terá acesso à matrícula da segunda série de formação no ano de 1967, em virtude de terem sido excluídas estas disciplinas acima mencionadas no referido ano de 1966 (IEEP).

Uma cópia desse documento nos foi entregue pela atual secretária escolar do Instituto em 19 de dezembro de 2014. O Cabeçalho do documento encontra-se no QUADRO 4 transcrito abaixo:

QUADRO 4 – Cabeçalho Referente à Grade Curricular do Curso Colegial Normal (1966)



Fonte: Acervo IEEP

Além dessas informações, nas linhas finais do mesmo documento, temos a seguinte informação: “\*Coleta feita do próprio livro de registros de Ata de Resultados Finais, folha 77, dos anos de 1962 a 1966.”. Para a 1ª série/1966, aplicou-se tal determinação. Pela determinação da grade curricular, os alunos que, porventura, tenham sido reprovados nas quatro disciplinas citadas no documento seriam promovidos à segunda série do Curso Colegial Normal.

Nesta Grade Curricular do Curso Colegial Normal, foi observado que a disciplina Matemática era ministrada na 1ª, na 2ª e na 3ª séries. O documento examinado não nos revela quais os conteúdos eram ministrados na disciplina Matemática nas séries referidas.

### 3.3.1 Os Conteúdos de Matemática e o Guia Didático

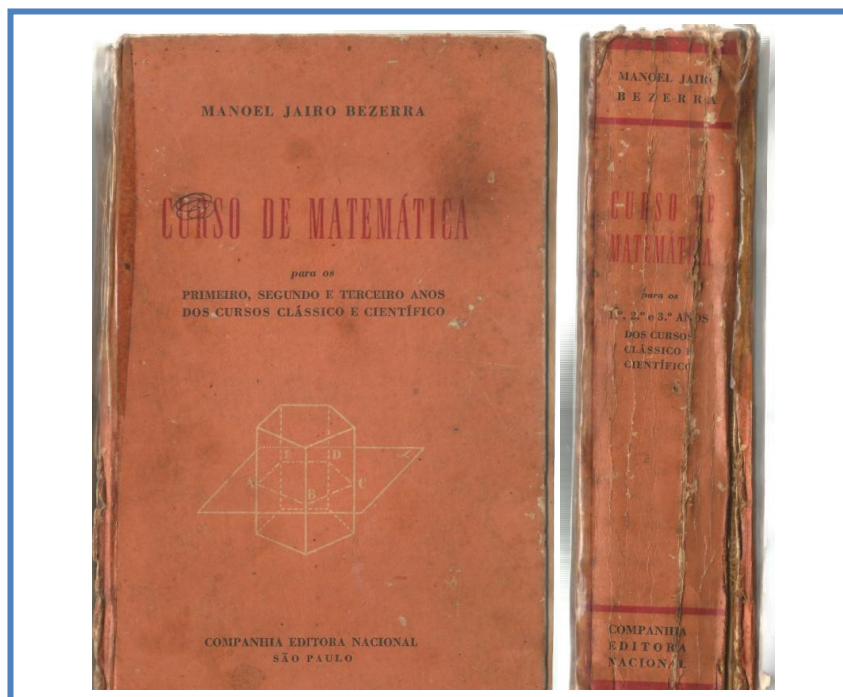
A descrição das disciplinas pode indicar que conteúdos eram mobilizados nestas disciplinas e, até mesmo, se eram utilizados manuais didáticos e ainda, possivelmente, quais eram esses manuais.

Com relação aos conteúdos da 1ª, da 2ª e da 3ª séries do ensino normal (QUADRO 3), e com base na entrevista/conversa meio da qual a professora Eneida Nazaré Costa Norat relatou que o manual didático base utilizado pelos professores de Matemática para as referidas séries, bem como para os planejamentos de suas aulas foi o **Curso de Matemática**, do autor Manoel Jairo Bezerra (FOTO 3), sobre o qual faço uma descrição a seguir.

---

<sup>20</sup> Fundação Estadual do Estado do Pará (FEEP)

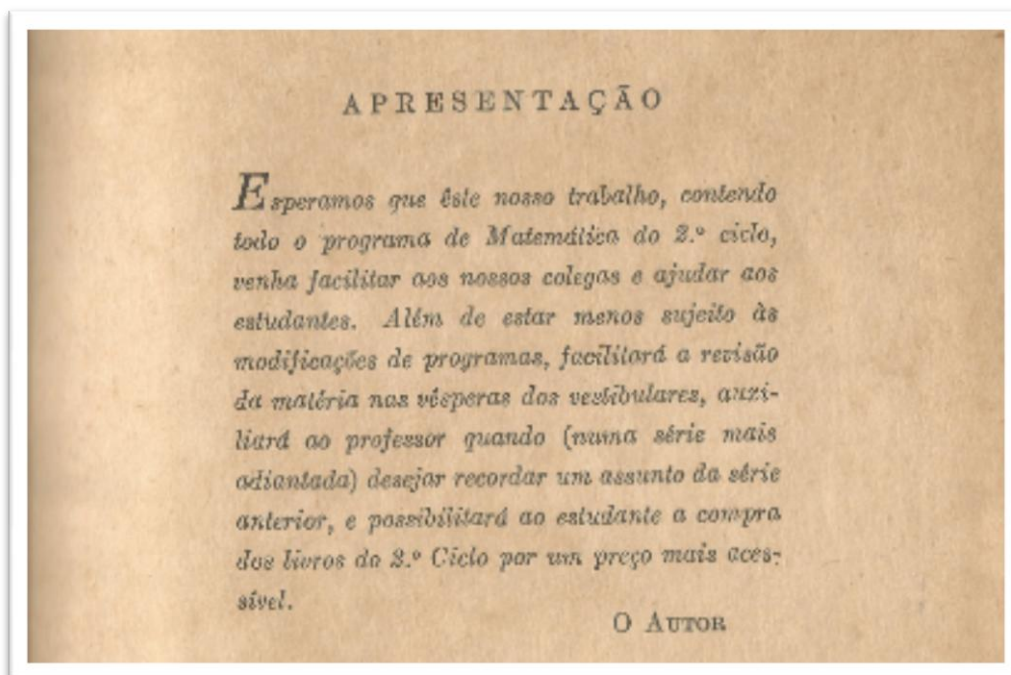


**FOTO 3: Capa e Lombada do livro Curso de Matemática**

**Fonte: Acervo da professora Maria José Freitas Mendes**

Nesta pesquisa, utilizei a 6ª Edição do livro Curso de Matemática do autor já referido. Esse compêndio foi constituído por 627 páginas, apresenta capa dura, lombada (FOTO 3, acima), é costurado e é organizado por um índice que contém cinco partes. A primeira, denominada “Apresentação” – página 9 – onde o próprio autor refere-se ao livro argumentando que o mesmo “[...] contém todo o programa de Matemática do 2.º Ciclo [...]”. Reforça que os objetivos podem ser diversos, mas de maneira geral a obra tem um facilitador, tanto para os professores quanto para alunos. Ainda nesta primeira parte, o autor cita que o estudante que desejar adquirir a obra terá um preço diferenciado: “[...] possibilitará ao estudante a compra dos livros do 2.º Ciclo por um preço mais acessível.”

Desse modo, retornamos as palavras de professora Eneida Nazaré da Costa Norat, pelas quais relata que os alunos do IEP não possuíam o livro.

**FOTO 4 - Apresentação do Livro Curso de Matemática.**

**Fonte: Manual Didático Curso de Matemática, 6ª edição, 1960.**

Na Apresentação do livro (Foto 4, acima), o autor trata de enfatizar o que ele espera do uso do manual didático e reforça que este contém: “todo o programa de Matemática do 2º ciclo, ..., facilita a revisão...” (BEZERRA, 1960). Nesta apresentação, o autor expõe as finalidades, segundo sua própria visão de sua obra.

A segunda parte, denominada de “*Aritmética e Álgebra (1.º, 2.º e 3.º Anos)*”, apresenta dezesseis tópicos de matemática (Foto 5, abaixo), a iniciar na página 13 e a encerrar-se na página 330 e deixa claro que se trata de tópicos que devem ser abordados pelo professor ao longo das três séries do 2.º ciclo, visto que, ao lado de cada um dos tópicos, está expresso o ano em que o mesmo deveria ser tratado.

FOTO 5 - Índice, “Aritmética e Álgebra”.

ARITMÉTICA E ÁLGEBRA	
(1.º, 2.º e 3.º Anos)	
1. Noções sobre o cálculo aritmético aproximado. Erros (1.º ano).....	13
2. <u>Progressões</u> (1.º ano).....	30
3. <u>Logaritmos</u> (1.º ano).....	63
4. <u>Equações exponenciais</u> (1.º ano).....	88
→ 5. Análise combinatória simples (2.º ano).....	94
→ 6. Binómio de Newton (2.º ano).....	110
→ 7. Determinantes (2.º ano).....	118
→ 8. Sistemas lineares (2.º ano).....	137
→ 9. Trinómio de 2.º grau.....	151
→ 10. Números reais e complexos (3.º ano).....	155
→ 11. Funções (3.º ano).....	165
→ 12. Limites (3.º ano).....	179
→ 13. Derivadas (3.º ano).....	203
14. Primitivas imediatas (3.º ano).....	250
15. Polinómios (3.º ano).....	264
16. Introdução à teoria das equações (3.º ano).....	281

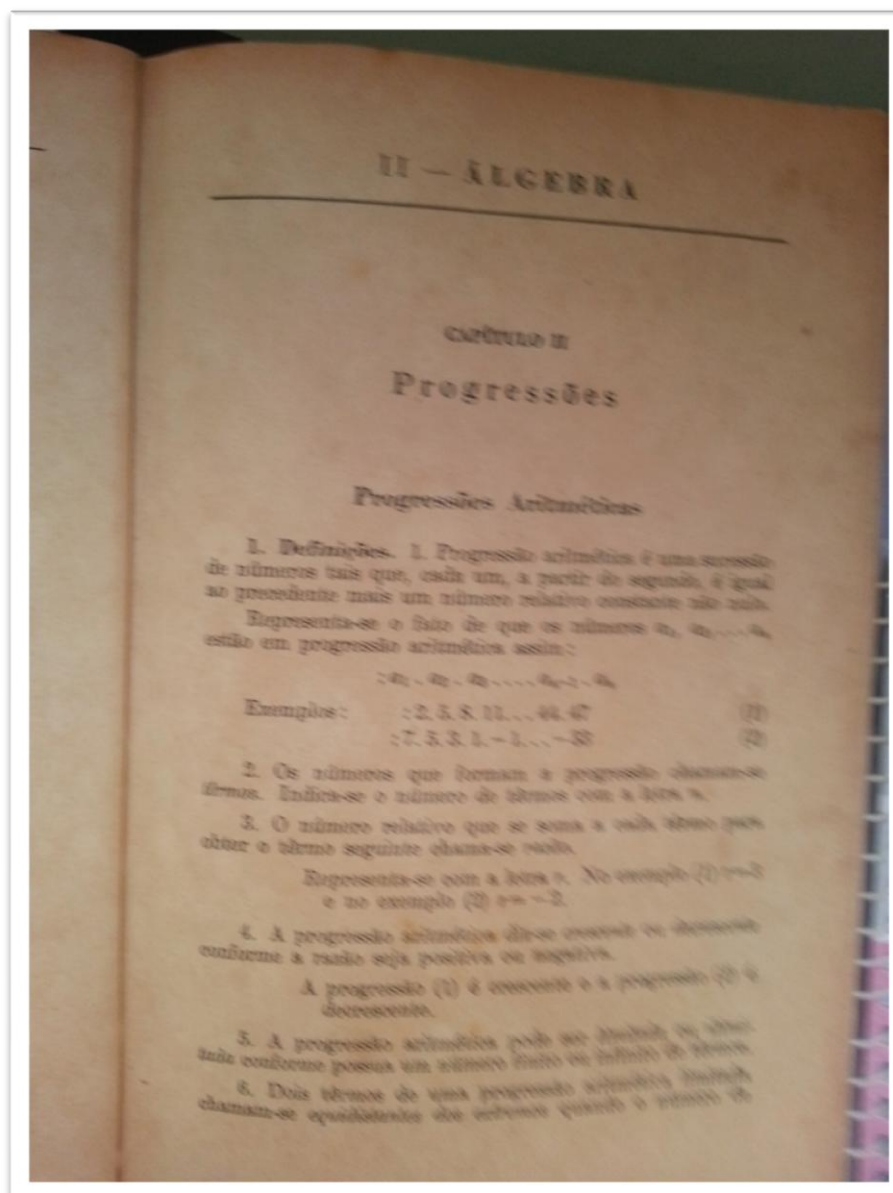
Fonte: Manual Didático Curso de Matemática, 6ª edição, 1960.

A respeito da terceira parte, denominada de “*Geometria (1.º Ano)*”, esta apresenta nove tópicos de geometria (Foto 6, abaixo), a iniciar na página 333 e a encerrar-se na página 476. Nesta parte, o autor trata de tópicos das geometrias: plana, espacial e seções cônicas.

Então partimos para olhar o conteúdo Progressão Aritmética, a exemplo, no sentido de discutir como o autor deste livro apresenta no Capítulo III - da página 39 à 49 – e como a professora Eneida de Nazaré Norat conduzia a apresentação deste conteúdo, pois fez parte da primeira série e que compôs o conjunto de conteúdos a serem ensinados pelos professores de Matemática na Escola Normal.

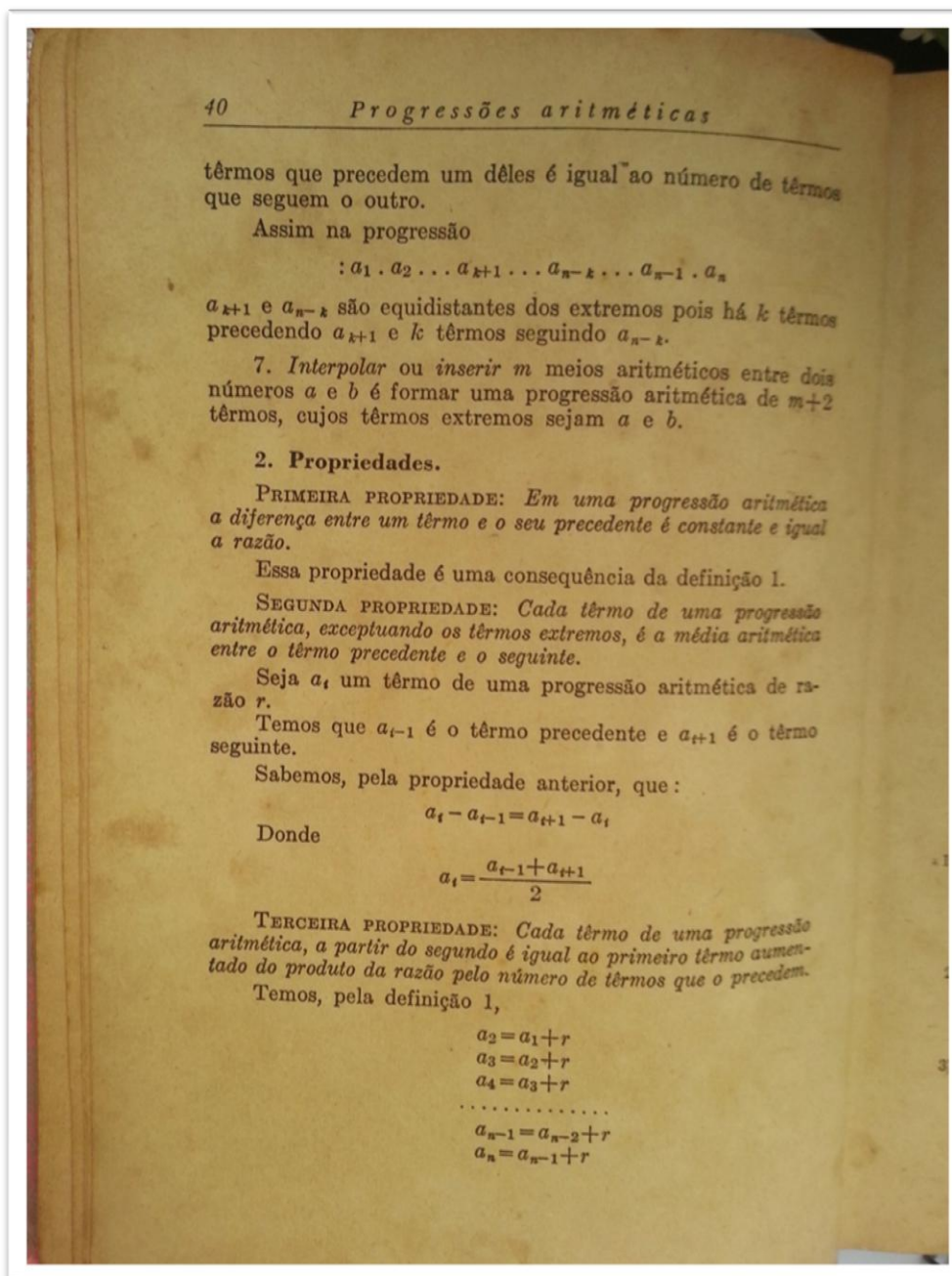
O autor, Manoel Jairo Bezerra, constrói em sua obra a definição de Progressão Aritmética, a seguir apresenta dois exemplos de progressões, continua sua exposição sobre as denominações de termos, razão, progressões crescente e decrescente, limitada e ilimitada, termos equidistantes, interpolação e as propriedades da Progressão Aritmética (FOTO 6). Expõem na página 40 três propriedades e nas páginas seguintes propõe oito exercícios.

FOTO 6 – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 39.



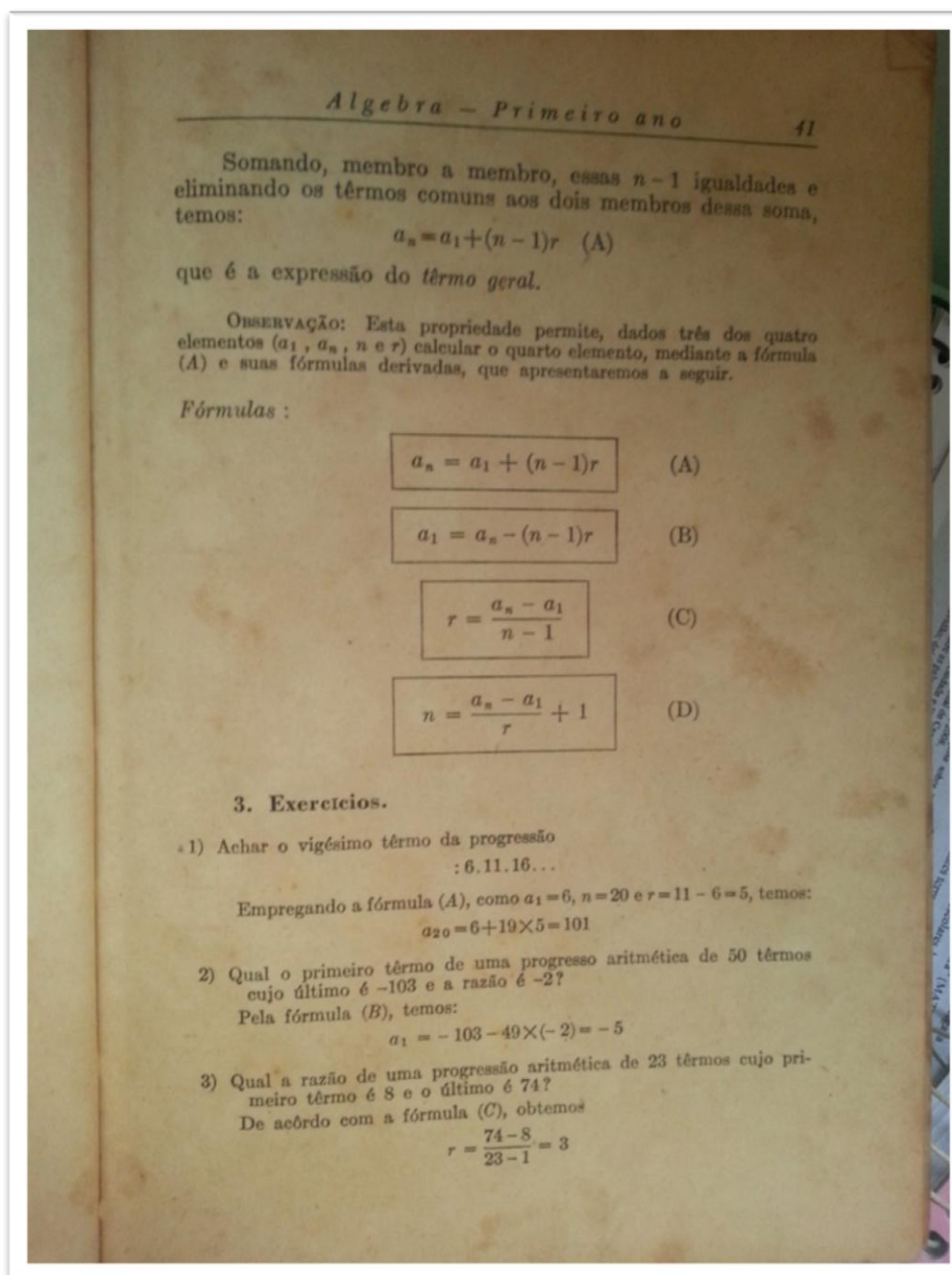
Fonte: Acervo da professora Maria José Freitas Mendes

FOTO 7 – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 40.



Fonte: Acervo da professora Maria José Freitas Mendes

FOTO 8 – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 41.



Fonte: Acervo da professora Maria José Freitas Mendes

Acima (FOTOS 6, 7 e 8) exponho a maneira que o autor realiza a apresentação do conteúdo Progressão Aritmética em sua obra. Segundo a professora Eneida de Nazaré da Costa Norat, em seu depoimento ela argumenta que o livro do:

Jairo Bezerra era bom, porque trazia muitos exercícios e as respostas... Agente seguia o livro e era obrigado a cumprir o programa... Eu

complementava o assunto com as listas de exercícios que eu mesma preparava... (NORAT, Entrevista, 2015)

A professora Eneida relata que as aulas cumpriam uma rotina a iniciar pela organização de seus cadernos:

Tudo que eu ensinei na vida, eu tinha cadernos organizados. [...] existia uma livro do Jairo Bezerra tinha mais ou menos uma sequência meio lógica [...] ele era bom, porque tinha muitos exercícios, [...] existiam os programas e eram determinadas as unidades e agente era obrigado a cumprir os programas [...] O programa de Matemática sempre teve, porque a Matemática é uma ciência exata e desde que o mundo é mundo e de acordo com Augusto Conte: "É a Ciência número um, que é à base de todas". Então sempre teve. [...]. Em Matemática agente cumpria o programa que eu te disse que existia. Tinha Geometria, Desenho, Geometria Plana, Geometria no Espaço, [...] era muita coisa. Tudo q hoje é ensinado como função era dado naquela época, mas com outra conotação, não tinha os gráficos. Elipse, agente ensinava, Parábola.[...] no primeiro e no segundo ano.[...] P.A, P.G, tudo isso agente ensina. [...] Os exercício eram planejados e reproduzidos em mimeógrafos, Era um grande trabalho que agente tinha, mas o amor a profissão superava. Eu fazia a exposição do conteúdo no quadro. Ia lá e apaga e escreve de novo. Era quadro negro, depois virou verde era com giz e os alunos aqui. Tinham seus cadernos específicos aí faziam exercícios [...] eu fazia sempre assim, dava a minha aula explicava e dava exercício, aí passava exercício e eles iam fazendo e eu ia corrigindo com eles, ia pro quadro e corrigia, era desse jeito. Normalmente era assim. Matemática era difícil ter outra forma [...]. (NORAT, Entrevista, 2015)

A professora afirmou que o modelo de ensino era pautado na exposição do conteúdo e a seguir a resolução dos exercícios contidos no livro e reforçado por listas de exercícios que ela produzia. As práticas, Chartier (2002), contidas nas aulas de Matemática eram recorrentes por conta do modelo de ensino adotado no país. As representações destas práticas eram expressas nos cadernos dos alunos, como bem afirmou Eneida Norat, os alunos tinham seus cadernos específicos das disciplinas.

FOTO 9 - Índice, “Geometria 1.º Ano”.

G E O M E T R I A	
(1.º Ano)	
→ 1. Retas e planos.....	353
→ 2. Poliedros.....	368
→ 3. Superfícies.....	377
→ 4. Prismas.....	386
5. Pirâmides e Troncos.....	400
6. Cilindros.....	418
7. Côncos.....	428
8. Esferas.....	439
9. Seções cônicas.....	465

Fonte: Manual Didático Curso de Matemática, 6ª edição, 1960.

Acerca da quarta parte, denominada de “*Trigonometria (2.º Ano)*”, esta apresenta seis tópicos de trigonometria (Foto 7, abaixo), a iniciar na página 479 e a encerrar-se na página 577. Nesta parte, o autor trata de tópicos como vetores e projeções, além dos temas fundamentais acerca da trigonometria, como fora exposto anteriormente.

FOTO 10 – Índice, “Trigonometria 2.º Ano”

T R I G O N O M E T R I A	
(2.º Ano)	
→ 1. Noções sobre vetores.....	479
→ 2. Projeções.....	485
→ 3. Relações trigonométricas.....	488
→ 4. Transformações trigonométricas.....	518
→ 5. Equações trigonométricas.....	545
→ 6. Resolução trigonométrica de triângulos.....	553

Fonte: Manual Didático Curso de Matemática, 6ª edição, 1960.

A quinta parte, denominada de “*Geometria Analítica (3.º Ano)*”, apresenta cinco tópicos (Foto 8, abaixo), a iniciar na página 581 e a encerrar-se na página 627. Nesta parte, o autor trata de tópicos da geometria analítica, e o que o autor chama de “*Problemas Importantes*”, enumero: “Distância entre dois pontos de um eixo;



Distância entre dois pontos de um plano; Ponto que divide um segmento em uma razão dada; Área de um triângulo”, bem como “*Problemas Clássicos da Reta*”.

FOTO 11 - Índice “Geometria Analítica 3.º Ano”

GEOMETRIA ANALÍTICA	
(3.º Ano)	
1. Coordenadas cartesianas.....	581
2. Problemas importantes.....	584
3. A função linear e a linha reta.....	589
4. Problemas clássicos da reta.....	603
5. Circunferência.....	616

Fonte: Manual Didático Curso de Matemática, 6ª edição, 1960.

A professora Eneida Nazaré Costa Norat relatou que o índice do livro (Foto 9, abaixo) correspondia ao programa utilizado na antiga Escola Normal, no tempo em que atuava como professora na instituição. Ela expôs que a escolha do conteúdo atendia aos objetivos do Curso Normal e, dessa forma, fazia o uso do manual didático em classe com seus alunos. A professora revelou também que:

“Nós elaborávamos exercício, até porque livro era difícil. Tinha o livro didático que nós seguíamos, mais ou menos, [...] No IEP a dificuldade era que não tinha [...] Me lembrei de repente ... nós tínhamos um livro chamado **Jairo Bezerra**. O que era no primeiro ano: Logaritmo, então por ali nós ensinávamos. Tinha conteúdo do primeiro, do segundo do terceiro ano. [...] ele(o livro do Jairo Bezerra) tinha uma sequência meio lógica, eu acho que era assim [...], ele era muito bom porque tinha muitos exercícios e trazia as respostas atrás, então era bom demais para os alunos. E agente ensinava. No primeiro ano tinha as disciplinas que vinha no programa e que todo mundo tinha que cumprir aquele programa. Aí agente determinava por unidade, unidade 1, unidade 2, unidade 3, aí agente fazia assim. Agente era obrigado a cumprir o programa. [...] Programa sempre teve. [...] Naquela época nós éramos formadores, até, muitas vezes de caráter, [...], nós éramos respeitados.” (NORAT, Entrevista, 2015, grifo nosso)

A professora Eneida Nazaré da Costa Norat relatou, ainda, que constatava-se a dificuldade dos alunos do IEP para possuir o manual didático, mas, ainda assim, ela o utilizava em suas aulas, como justificou em sua entrevista: “**tinha - o livro - uma sequência meio lógica, eu acho que era assim [...], ele era muito bom porque tinha muitos exercícios**” (NORAT, Entrevista, 2015, grifo nosso).

FOTO 12: Índice completo do livro Curso de Matemática

ÍNDICE	
Apresentação.....	0
<b>ARITMÉTICA E ÁLGEBRA</b> (1.º, 2.º e 3.º Anos)	
1. Noções sobre o cálculo aritmético aproximado. Erros (1.º ano).....	13
2. Potências (1.º ano).....	30
3. Logaritmos (1.º ano).....	63
4. Progressões aritméticas (1.º ano).....	88
5. Análise combinatória simples (2.º ano).....	94
6. Binômio de Newton (2.º ano).....	110
7. Determinantes (2.º ano).....	118
8. Sistemas lineares (2.º ano).....	137
9. Triângulo de 2.º grau.....	151
10. Números reais e complexos (3.º ano).....	155
11. Funções (3.º ano).....	165
12. Limites (3.º ano).....	179
13. Derivadas (3.º ano).....	203
14. Primitivas imediatas (3.º ano).....	259
15. Polinômios (3.º ano).....	264
16. Introdução à teoria das equações (3.º ano).....	281
<b>GEOMETRIA</b> (1.º Ano)	
1. Retas e planos.....	333
2. Poliedros.....	368
3. Superfícies.....	377
4. Prismas.....	386
5. Pirâmides e Troncos.....	400
6. Cilindros.....	418
7. Cones.....	428
8. Esfera.....	439
9. Seções cônicas.....	465
<b>TRIGONOMETRIA</b> (2.º Ano)	
1. Noções sobre vetores.....	479
2. Projeções.....	485
3. Relações trigonométricas.....	488
4. Transformações trigonométricas.....	518
5. Equações trigonométricas.....	545
6. Resolução trigonométrica de triângulos.....	553
<b>GEOMETRIA ANALÍTICA</b> (3.º Ano)	
1. Coordenadas cartesianas.....	581
2. Problemas ligadísticos.....	584
3. A função linear e a linha reta.....	589
4. Problemas clássicos da reta.....	603
5. Circunferência.....	616

Fonte: Manoel Jairo Bezerra, 6ª edição, 1960.

Os conteúdos eram extensos e, segundo a professora Eneida Nazaré da Costa Norat, após cada exposição do conteúdo, era necessário que os alunos exercitassem. Iniciava pelos conteúdos contidos no manual didático e sempre os complementava com:

As listas de exercícios eram datilografadas e depois mimeografadas, havia dois tipos de mimeógrafo, um a álcool e outro elétrico com um papel estêncil [...] Agora imagina fazer uma expressão de matemática, e uma daquelas bem brabas, e com aqueles expoentes. aí baixa, sobe [...] Era um grande trabalho que agente tinha, mas eu acho que o grande amor a profissão [...] As aulas eram assim: o professor ali no blá, blá, blá, escreve no quadro negro, apaga, escreve de novo. Primeiro era quadro negro depois virou verde, e era com giz e os alunos tinham seus cadernos específicos. Aí faziam exercícios. [...] Eu fazia assim: dava a minha aula depois .., agora exercício. Passava exercício, depois. Aí, ia corrigindo junto com eles, ia para o quadro e corrigia. Era desse jeito. Normalmente era assim, matemática era difícil ter outra forma [...] (NORAT, Entrevista, 2015)

Em conformidade com a Portaria n.º 1045, de 14 de dezembro de 1951, que expede os programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções


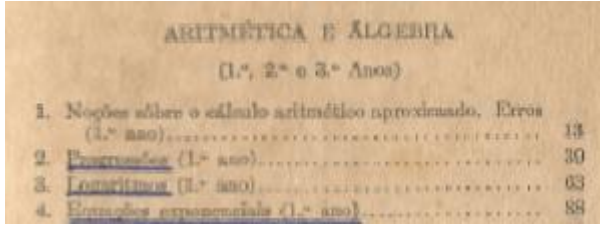
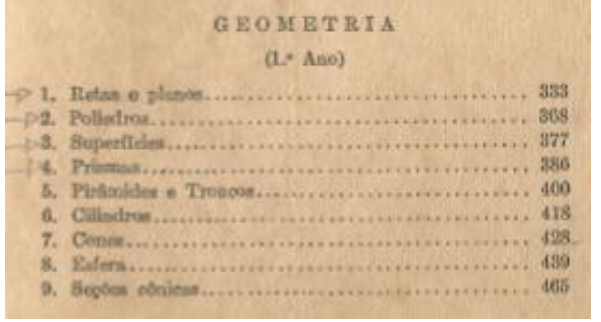
metodológicas, na página 72, as instruções metodológicas para o ensino de Matemática revelam no parágrafo inicial desta: “No ensino secundário, a Matemática desempenha, indiscutivelmente, um papel preponderante, como objeto de cultura, instrumento de trabalho e de aperfeiçoamento mental.”. A meu ver, a professora Eneida Nazaré Costa Norat desenvolvia, de acordo com seu plano de aula, as instruções metodológicas aprovadas pelo MEC.

Na verdade, considero que o trabalho desenvolvido pela professora ia até além, pois ela mesma produzia listas complementares de exercício, no intuito de agregar em suas aulas a rotina da prática de resolução de tais exercícios complementares. Essa preocupação mostra-se evidente, pois, em seu depoimento, a docente destaca a dificuldade em preparar as listas de exercícios mimeografados. Mas, ainda enfrentando dificuldades de natureza diversa, a professora o faz e as acrescenta oportunizando ao alunado um ensino eminentemente prático.

### **3.4 Quadro Analítico: Programas Mínimos (1952) e o Guia Didático (1960)**


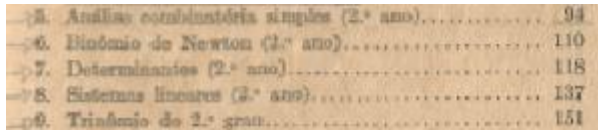

Escrever uma história requer do pesquisador, sobretudo, um olhar que interconecte elementos, mesmo que estes pareçam, à primeira vista, não conectados. Nesse sentido, apresento a seguir um quadro que, sob minha ótica, revela uma conexão entre os conteúdos da 6.<sup>a</sup> edição de 1960 do livro Curso de Matemática, do autor Manoel Jairo Bezerra, e o programa mínimo de Matemática expedido pela Portaria n.º 1045, de 1951, além das instruções metodológicas. Com O propósito é o de revelar a Matemática que foi movimentada pelos professores de Matemática do IEP.

**Quadro 5: Programas Mínimos de Ensino Secundário (1952) da 1.ª Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP 1960)**

<p>Estados Unidos do Brasil Diário Oficial Seção I De 22 de fevereiro de 1952. Ministério da Educação e Saúde Portaria N.º 1045, de 14 de Dezembro de 1951.</p>	
<p><b>Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas</b></p>	<p><b>Índice</b></p>
<p><b>1.ª Série</b></p>	<p><b>1.ª Série</b></p>
<p><b>I – Noções sobre o cálculo aritmético aproximado; êrros.</b> Aproximação e êrro. Valor por falta ou por excesso. Êrro absoluto e êrro relativo. Algarismos exatos de um número aproximado. Êrro de arredondamento. 2. Adição, subtração, multiplicação e divisão com números aproximados. O cálculo da aproximação dos resultados e seu problema inverso; método dos êrros absolutos.</p> <p><b>II – Progressões:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Progressões aritméticas: termo geral; soma dos termos. Interpolação aritmética.</li> <li>2. Progressões geométricas: termo geral; soma e produto dos termos. Interpolação geométrica.</li> </ol> <p><b>III – Logaritmos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O cálculo logarítmico como operação inversa da potenciação. Propriedades gerais dos logaritmos; mudança de base. Característica e mantissa. Cologarismo.</li> <li>2. Logaritmos decimais: propriedades. Aplicação ao cálculo numérico.</li> <li>3. Equações exponenciais simples; sua resolução com o emprego de logaritmos.</li> </ol>	
<p><b>IV – Retas e planos; superfícies e poliedros em geral; corpos redondos usuais; definições e propriedades; áreas e volumes.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reta e planos; postulados; determinação; interseção; paralelismo; distância; inclinação e perpendicularismo. Diedros e triedros. Ângulos sólidos em geral.</li> <li>2. Generalidades sobre os poliedros. Poliedros regulares; indicações gerais.</li> <li>3. Prismas; propriedades gerais e em especial, dos paralelepípedos; área lateral, área total; volume.</li> <li>4. Pirâmides; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de prisma e troncos de pirâmide.</li> <li>5. Estudo sucinto das superfícies em geral. Superfícies retilíneas e superfícies curvilíneas. Superfícies desenvolvíveis e superfícies reversas. Superfícies de revolução. Exemplos elementares dos principais tipos da classificação de Monge.</li> <li>6. Cilindros; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de cilindro.</li> <li>7. Cones; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de cone de bases paralelas.</li> <li>8. Esfera; propriedades gerais; Área e volume da esfera e das suas diversas partes.</li> </ol> <p><b>V – Seções cônicas; definições e propriedades fundamentais.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elipse; definição e traçado; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangente.</li> <li>2. Hipérbole; definição e traçado; assíntotas; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangente.</li> <li>3. Parábola; definição e traçado; diretriz; tangente.</li> <li>4. As seções determinadas por um plano numa superfície cônica de revolução; teorema de Dandelin.</li> </ol>	


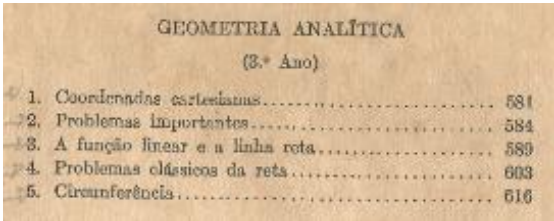
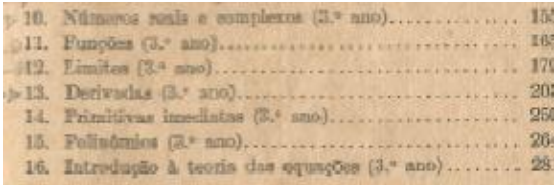
**Fonte: Elaborado por Sousa (2015), com base em estudos comparativos entre a Portaria n.º 1045/1952 e os programas mínimos do guia didático: Curso de Matemática (1960)**

**Quadro 6: Programas Mínimos de Ensino Secundário (1952) da 2.ª Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP 1960)**

<p>Estados Unidos do Brasil Diário Oficial Seção I De 22 de fevereiro de 1952. Ministério da Educação e Saúde Portaria N.º 1045, de 14 de Dezembro de 1951.</p>															
<p>Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas</p>	<p>Índice</p>														
<p><b>2.ª Série</b></p>	<p><b>2.ª Série</b></p>														
<p><b>I – Análise combinatória simples.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Arranjos d e objetos distintos; formação e cálculo do número de grupamentos.</li> <li>2. Permutações de objetos distintos; formação e cálculo do número de grupamentos. Inversão. Classe de uma permutação; teorema de Bezout.</li> <li>3. Permutações simples com objetos repetidos; cálculo do número de grupamentos.</li> <li>4. Combinações de objetos distintos; formação e cálculo do número de grupamentos. Relação de Stifel; triângulo aritmético de Pascal.</li> </ol> <p><b>II – Binômio de Newton.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lei de formação do produto de binômios distintos. Fórmula para o desenvolvimento binomial no caso de expoente inteiro e positivo; lei recorrente da formação dos termos.</li> <li>2. Aplicação do desenvolvimento binomial ao problema da somação d potências semelhantes de uma sucessão de números naturais.</li> </ol> <p><b>III – Determinantes; sistemas lineares.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Determinantes e matrizes quadradas; propriedades fundamentais. Regra de Sarrus. Determinantes menores. Desenvolvimento de um determinante segundo os elementos de uma linha ou coluna. Transformação dos determinantes. Abaixamento da ordem pela regra de Chió.</li> <li>2. Sistemas de n equações lineares e n incógnitas. Regra de Cramer.</li> <li>3. Sistemas de m equações lineares com n incógnitas. Teorema de Rouché.</li> </ol>	 <table border="1"> <tr> <td>5. Análise combinatória simples (2.º ano).....</td> <td>94</td> </tr> <tr> <td>6. Binómio de Newton (2.º ano).....</td> <td>110</td> </tr> <tr> <td>7. Determinantes (2.º ano).....</td> <td>118</td> </tr> <tr> <td>8. Sistemas lineares (2.º ano).....</td> <td>137</td> </tr> <tr> <td>9. Triângulo de 2.º grau.....</td> <td>151</td> </tr> </table>	5. Análise combinatória simples (2.º ano).....	94	6. Binómio de Newton (2.º ano).....	110	7. Determinantes (2.º ano).....	118	8. Sistemas lineares (2.º ano).....	137	9. Triângulo de 2.º grau.....	151				
5. Análise combinatória simples (2.º ano).....	94														
6. Binómio de Newton (2.º ano).....	110														
7. Determinantes (2.º ano).....	118														
8. Sistemas lineares (2.º ano).....	137														
9. Triângulo de 2.º grau.....	151														
<p><b>IV – Noções sôbre vetores; projeções; áreas e ângulos; linhas e relações trigonométricas.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grandezas escalares e vetoriais. Vetores; propriedades. Operações elementares com vetores. Relação de Chasles.</li> <li>2. Projeção ortogonal de um vetor sôbre um eixo. Teorema de Carnot.</li> <li>3. Generalização dos conceitos de arco e de ângulo. Arcos côngruos. Arcos de mesma origem e de extremidades associadas.</li> <li>4. Linhas e funções trigonométricas diretas; definições e variação. Arcos correspondentes à mesma linha trigonométrica. Relações entre as linhas trigonométricas de um mesmo arco. Problema geral da redução ao 1.º quadrante. Cálculo das linhas trigonométricas dos arcos expressos pela relação <math>\frac{\pi}{n}</math>.</li> </ol> <p><b>V – Transformações trigonométricas em geral; equações trigonométricas simples.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adição, subtração e multiplicação de arcos. Biseção de arcos. Transformação de linhas trigonométricas em produtos.</li> <li>2. Disposição de tábuas trigonométricas naturais e logarítmicas.</li> <li>3. Equações trigonométricas simples tipos clássicos.</li> <li>4. Casos clássicos de resolução de triângulos quaisquer.</li> </ol>	 <table border="1"> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><b>TRIGONOMETRIA</b> (2.º Ano)</td> </tr> <tr> <td>1. Noções sôbre vetores.....</td> <td>479</td> </tr> <tr> <td>2. Projeções.....</td> <td>485</td> </tr> <tr> <td>3. Relações trigonométricas.....</td> <td>488</td> </tr> <tr> <td>4. Transformações trigonométricas.....</td> <td>518</td> </tr> <tr> <td>5. Equações trigonométricas.....</td> <td>545</td> </tr> <tr> <td>6. Resolução trigonométrica de triângulos.....</td> <td>553</td> </tr> </table>	<b>TRIGONOMETRIA</b> (2.º Ano)		1. Noções sôbre vetores.....	479	2. Projeções.....	485	3. Relações trigonométricas.....	488	4. Transformações trigonométricas.....	518	5. Equações trigonométricas.....	545	6. Resolução trigonométrica de triângulos.....	553
<b>TRIGONOMETRIA</b> (2.º Ano)															
1. Noções sôbre vetores.....	479														
2. Projeções.....	485														
3. Relações trigonométricas.....	488														
4. Transformações trigonométricas.....	518														
5. Equações trigonométricas.....	545														
6. Resolução trigonométrica de triângulos.....	553														

Fonte: Elaborado por Sousa (2015), com base em estudos comparativos entre a Portaria n.º 1045/1952 e os programas mínimos do guia didático: Curso de Matemática (1960)

**Quadro 7: Programas Mínimos de Ensino Secundário (1952) da 3.<sup>a</sup> Série e o Guia Didático Usado nas Aulas de Matemática do IEP 1960)**

<p>Estados Unidos do Brasil Diário Oficial Seção I De 22 de fevereiro de 1952. Ministério da Educação e Saúde Portaria N.º 1045, de 14 de Dezembro de 1951.</p>	
<p><b>Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas</b></p>	<p><b>Índice</b></p>
<p><b>3.<sup>a</sup> Série</b></p>	<p><b>3.<sup>a</sup> Série</b></p>
<p><b>I – Conceito de função; representação cartesiana; reta e círculo; noção intuitiva de limite e de continuidade.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceito elementar de variável e de função. Variável progressiva e variável contínua; intervalos. Noção intuitiva de limites de uma sucessão; exemplos clássicos elementares; convergência.</li> <li>2. Funções elementares: classificação; representação cartesiana de uma função e equação de uma curva. Curvas geométricas e curvas empíricas; noção intuitiva de continuidade. Representação gráfica de funções usuais: função exponencial, função logarítmica e funções trigonométricas diretas. Acréscimo de uma função num ponto: funções crescentes e funções decrescentes. Tangente; inclinação da tangente.</li> <li>3. Limites de variáveis e de funções; limites infinitos. Propriedades fundamentais. Exemplos elementares de descontinuidade de uma função em um ponto. Descontinuidade das funções decimais fracionárias.</li> <li>4. A função linear e a linha reta em coordenadas cartesianas. Parâmetro angular e parâmetro linear. Formas diversas da equação da linha reta. Representação paramétrica; área de um triângulo em função das coordenadas dos vértices. O problema clássico de inclinação intersecção, passagem e distância, relativos a linha reta.</li> <li>5. A equação geral do 2.º grau com duas variáveis e a circunferência de círculo em coordenadas cartesianas. Formas diversas da equação da circunferência de círculo. Intersecção de retas e circunferências.</li> </ol>	
<p><b>II – Noções sobre derivadas e primitivas: interpretações; aplicações.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definição da derivada em um ponto; notações; derivada infinita. Interpretação geométrica e cinemática da derivada. Diferença diferencial: interpretação geométrica. Funções derivadas. Derivação sucessiva.</li> <li>2. Regras de derivação: derivada de uma constante; de uma função de função; de funções inversas: da soma, do produto e do quociente de funções. Aplicando a derivada de funções elementares.</li> <li>3. Aplicação da teoria das derivadas no estudo da variação de uma função. Funções crescentes e funções decrescentes; máximos e mínimos relativos. Interpretação geométrica.</li> <li>4. Funções primitivas; integral indefinida: constante de integração. Primitivas imediatas; regras simples de integração.</li> <li>5. Integral definida. Aplicação ao cálculo de área e de volumes; exemplos elementares.</li> </ol> <p><b>III – Introdução a teoria das equações: polinômios; propriedades; divisibilidade por <math>x \neq a</math>; problemas de composição. Transformação e pesquisa de raízes: Equações de tipos especiais.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Polinômios de uma variável: identidade. Aplicação aos métodos dos coeficientes a determinar. Divisibilidade de um polinômio inteiro em <math>x</math> por <math>x \neq a</math>; regra e dispositivo prático de Ruffini. Fórmula de Taylor para os polinômios: algoritmo de Ruffini-Horner.</li> <li>2. Polinômios e equações algébricas em geral; raízes ou zeros. Conceito elementar de número complexo: forma binomial; complexos conjugados; módulo; representação geométrica. Operações racionais. Decomposição de um polinômio em fatores binômios; número de raízes de uma equação; raízes múltiplas e raízes nulas. Raízes complexas conjugadas. Indicação sobre o número de raízes reais contidas em um dado intervalo; teorema de Bolzano; consequências.</li> <li>3. Relações entre os coeficientes e as raízes de uma equação; aplicação a composição das equações. Propriedades das raízes racionais inteiras e fracionárias.</li> <li>4. Transformações das equações. Transformações de primeira ordem: aditivas, multiplicativas e recíprocas.</li> <li>5. Equações recíprocas; classificação; forma normal; abaixamento</li> </ol>	

do grau. 6. Cálculo das raízes inteiras. Determinação das cotas pelo método de Laguerre-Thihault. Regras de exclusão de Newton. Algoritmo de Peletarius.	
---	--

**Fonte: Elaborado por Sousa (2015), com base em estudos comparativos entre a Portaria n.º 1045/1952 e os programas mínimos do guia didático: Curso de Matemática (1960)**

Os quadros acima sintetizam o estudo realizado com base na Portaria n.º 1045/1962, que expede os programas mínimos de ensino secundário, e no manual pedagógico do autor Manoel Jairo Bezerra.

Após a realização da síntese, estabeleci comparações entre o índice do manual e a proposta do programa mínimo para a disciplina Matemática. Desse comparativo, percebi que a entrevista realizada com a Professora Eneida Nazaré da Costa Norat foi fundamental para que eu pudesse chegar à conclusão de que os conteúdos desenvolvidos no processo educativo com o alunado do IEP, de fato, eram um reflexo do plano de desenvolvimento do MEC para aquelas décadas. Concluí também que tais conteúdos desenvolvidos para a formação das normalistas acompanhavam as diretrizes de âmbito nacional. Nesse sentido, as intenções, a meu ver, são as mesmas quanto ao desenvolvimento dos conteúdos de Matemática na Escola Normal Paraense.

Apesar de iniciar esta pesquisa com o intuito de encontrar documentos, como provas, ou as matrizes de conteúdos e que viessem a revelar a Matemática mobilizada no IEP entre as décadas de 1950 e 1970, isso acabou por não acontecer. Mas, outro caminho foi percorrido pela utilização de um recurso de investigação: a entrevista. Assumindo outra direção, optamos pela História Oral. Dessa forma, chegamos a outros tipos de representações para a composição dessa história, sem descartar a legislação, os documentos oriundos do Instituto e as muitas audições que realizei (algumas formais e outras informais), todo esse conjunto de fontes e instrumentos de pesquisa nos levou à frente, prosseguindo com o trabalho de decifração de pistas para a finalização desse feito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Nesta pesquisa, optamos por entrecruzar: fontes documentais, legislações e as entrevistas com ex-professoras da Escola Normal. Esse entrecruzamento foi realizado a partir de um híbrido metodológico com o intuito de compor uma história da Escola Normal do Pará pelo viés da disciplina Matemática.

Dediquei-me também a ressaltar o contexto histórico e educacional e seus entrelaces legislativos educacionais. Para tanto, busquei discorrer acerca, inicialmente, da gênese da instituição – de 1871 até 1934 – até o momento em que houve a criação do Conselho Nacional de Educação e os Conselhos e Estaduais de Educação – Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1934.

Um dos processos importantes neste percurso de pesquisa foi a utilização das entrevistas realizadas com as professoras Maria Ferreira e Eneida Nazaré Costa Norat. Por meio de gravações e transcrições, pude compor o terceiro capítulo, entrelaçando-o com as legislações, bem como, desvelando lacunas históricas, a exemplo, a ausência de documentação que fizesse referência a que manual didático era utilizado nas aulas da disciplina Matemática. Pude compor os traços biográficos das professoras e, então, perceber suas trajetórias profissionais e também o modo de trabalho realizado por cada uma delas.

A relevante contribuição desta pesquisa para a área da Educação Matemática brasileira foi o rever de fragmentos da história da Escola Normal a partir do contar, através de entrevista, da professora Eneida Nazaré Costa Norat que contribuiu com a formação das normalistas, a partir de suas práticas docentes. Enfatizou que enquanto docente fez o uso do livro de Manoel Jairo Bezerra, livro este que utilizava como livro-base em suas aulas. Este fato trouxe para esta dissertação a comprovação de que a Matemática mobilizada na Escola Normal entre 1950 e 1970 tinha um caráter prático formativo e que o livro didático era um dos elementos facilitadores para as organizações didáticas utilizadas nas classes da Escola Normal.

A escrita desta história da Escola Normal pelo viés da disciplina Matemática foi realizada utilizando-se um híbrido metodológico, o que veio agregar maiores possibilidades para as discussões acerca do tema, a exemplo, o entrecruzamento das legislações e das documentações acerca do contexto histórico.



Em síntese, não havia uma história da Escola Normal no recorte escolhido para esta pesquisa. Devido a este fato podem ser elaboradas sugestões e alterações futuras. Novas pesquisas poderão nascer a partir desta em História, em história da educação e em história da educação matemática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, J. B. **A escola normal do Pará e a introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) – Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em ciências e Matemáticas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BASSALO, Célia Coelho. Art. **Nouveau em Belém**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 130 p.; 2008.

BEZERRA, M. J. **Curso de Matemática para o Primeiro, Segundo e Terceiro Anos dos Cursos Clássico e Científico**. São Paulo: Editora Companhia Editora Nacional, Ed. : 6ª edição, 1960.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8530, de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8530.htm)> Acesso em 29 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 54.999, de 13 de Novembro de 1964**. Institui a Conferência Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54999-13-novembro-1964-395320-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 03 maio 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 abr. 1942.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1937**. Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)> Acesso em 29 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial;<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm)> Acesso em 29 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº. 5.692, Lei de Diretrizes e Bases, de 11 de agosto de 1971**. Dispõe sobre as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm)> Acesso em 29 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei do ensino industrial. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm)> Acesso em 29 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 54.999, de 13 de Novembro de 1964**. Institui a Conferência Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54999-13-novembro-1964-395320-publicacaooriginal-1-pe.html>>Acessado em : 02 maio 2014.

BRASIL. **Portaria nº 1.045, de 1951, que trata dos programas mínimos de ensino secundário.** Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2375333/pg-65-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-02-1952>> Acessado em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.481, 16 de julho de 19 de 1942. Dispôs sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondentes ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI.

BURKE, Peter (org.); LOPES, Magda (tradução). **A escrita da história: Novas perspectivas**, São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CANCELA, Cristina Donza. **A família na economia da Borracha.** 1. Ed.- Belém: Estudos Amazônicos, 2012. 60 p.

CASTRO, Ribamar (Org.) **Atos dos Governadores: Interventores federais do Estado do Pará no período de novembro de 1937 a março de 1947**, v. 3/ Organização de Ribamar Castro. – Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Col. Memória e Sociedade. Trad. Márcia Manuela Galhardo. Ed. 2. DIFEL, 2002.

CHERVEL, R. **A história das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria & Educação. Porto Alegre. N.2, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. **A lira de Apolo: O mecenato em Antônio Lemos e Augusto Montenegro (1897 – 1912)** – 1º ed. – Belém, PA: Editora: Estudos Amazônicos, 2014.

DIAS, A. L. M. **Tendências e perspectivas historiográficas e novos desafios na história da matemática e da educação matemática** – São Paulo: 2012.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino . **História da Escola Normal da Província do Grão-Pará no Império.** Revista Cocar (UEPA), v. 6, p. 29-40, 2012.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática - um inventário. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v. 02, n. 01, p. 137-160, 2006.

GOMES, M. L.M. **História do ensino da matemática: Uma introdução.** Belo Horizonte. Ed. CAED-UFGM 2012.

MACHADO, M. C. G; SOUSA, R. A. **Anísio Teixeira e a escola pública: Um estudo sobre sua atuação político-pedagógica na educação brasileira.**(p.129-146)

[http://www.utp.br/cadernos\\_de\\_pesquisa//pdfs/cad\\_pesq9/8\\_anisio\\_teixeira\\_cp9.pdf](http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa//pdfs/cad_pesq9/8_anisio_teixeira_cp9.pdf).  
Acessado em: 09/03/2014 as 15:19.

MARTINS, R.M. **História Escolar no Interior do Estado de São Paulo**, (re) visitando o passado. (p. 70-75). <<http://www.ime.usp.br/~sphem/documentos/sphem-tematicos-2.pdf>> Acessado em: 12 dez de 2013.

MARQUES, J.A.O. **O manual pedagógico de Margarita Comas para o ensino de matemática no curso primário brasileiro em tempos de Escola Nova**, RPEM, Campo Mourão, Pr, v2, n.3, jul-dez, 2013.

MENDES, I. A. Tendências da Pesquisa em História da Matemática no Brasil: **A Propósito das Dissertações e Teses (1990 – 2010)**, Educ. Matem. Pesq., São Paulo, v.14, n.3, pp.465-480, 2012

MOTTA-ROTH, D. e HENDES G. R. **Produção Textual na Universidade**. Ed. Parábola. 2010.

NÓBREGA, V. L. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Romanitas Livrarias Editora Ltda, 1972.

NOGUEIRA, T. J.A.M E GOMES, A. J. **Organização do Sistema Educacional Brasileiro: Um olhar dos alunos dos Cursos de Licenciatura do UFPI**, 2006. Disponível em:  
[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt5/GT5\\_2006\\_04.PDF](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt5/GT5_2006_04.PDF)> Acessado em : 09.10.2014.

OLIVEIRA, M.C.A; FUENTES, A.R.C. **A Revista Atualidades Pedagógicas e as Propostas para o Ensino de Matemática: 1950-1962**. VII Seminário Temático – abril . UFSC, SC. 2009.

PARÁ. **Decreto nº. 734 de 24 de janeiro de 1947**. Regimento do Ensino Normal. Diário Oficial do Pará. CENTUR.

PARÁ. **Decreto nº. 636 de 30 de dezembro de 1950**. Regimento do Ensino Normal. Diário Oficial do Pará. CENTUR.

PARÁ. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro do ano de 1946**. Regulamento do Ensino Normal do Pará. Diário Oficial do Pará. CENTUR.

PINSYK, C. B.(org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTASSILDO, Joaquim; TEIXEIRA, A. DIAS, I.C. **A história da disciplina de matemática (abordagens teóricas, fontes e estudos (contributos para um campo de pesquisa))**. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/4003>>. Acesso em: 25 abr.2014.

REGO, O. L. M. M. **Síntese Histórica do Instituto de Educação Estadual do Pará**. Belém: FEPEP, 1972.

REIS, A. C. de S. R. **A história como metodologia de pesquisa**: um olhar sobre a Escola Normal em Campo Grande. UFMS. 2012. Disponível em: <[http://www.uems.br/eventos/semana2012/arquivos/49\\_2012-09-28\\_15-35-16.pdf](http://www.uems.br/eventos/semana2012/arquivos/49_2012-09-28_15-35-16.pdf)>. Acesso em: 25 de nov. 2013.

ROCHA, Eliezer Pedroso da. Coleção Pensamento Crítico/**John Dewey e o princípio da continuidade**: uma reflexão acerca do interesse e do esforço. Jundiaí, SP: In Hoise, 2012.

SILVA, Maria Célia Leme da; VALENTE, W. R. **Na oficina do historiador da educação matemática**: Cadernos de alunos como fontes de pesquisa/ Maria Célia Leme da Silva; Wagner Rodrigues Valente; Organizado por Iran Abreu Mendes e Miguel Chaquiam – Belém: SBHMT, 2009. (Coleção História da Matemática para Professores, 19).

SILVA, Neivaldo Oliveira. **Educação Matemática no Pará**: genealogia, institucionalização e traços marcantes. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2015. – (Coleção história da matemática para professores).

SOUZA, Altamir, Ferreira de. **Apontamentos para a História do Instituto de Educação do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado. 1972

TAVARES JUNIOR, R. W. **A carroça e o bonde**: Encontros e desencontros culturais na Belém Belle Époque. – São Paulo – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – julho, 2011.

THOMAZ NETO, M. O.; BRAGA, O. F. **O ensino de matemática na escola normal do Pará entre o final do século XIX e início do século XX**. [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13\\_12\\_2002.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13_12_2002.pdf)



THOMPSON, Paul, 1935- **A voz do passado**: história oral/ Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENTE, W. R. (org.) **IV Congresso Brasileiro do Ensino da Matemática Belém do Pará, 22 a 28 de julho de 1962**. DVD

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar. CD-ROM, FEUSP/FAPESP, 2004.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – DOCUMENTO APRESENTADO NO IEEP PARA A CONSULTA AOS ARQUIVOS

	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS</p>
<p>Ofício n.º 05/2014 – PPGECEM/IEMCI/UFPA</p>	<p>Belém, 10 de fevereiro de 2014.</p>
<p>À Professora <b>Luiza Rodrigues Santana</b> Diretora Instituto Estadual de Educação do Pará - IEEP</p>	
<p><b>Assunto: Apresentação de mestrando para pesquisa</b></p>	
<p>Senhora Diretora,</p>	
<p>Solicitamos a V.S.ª autorização para que a acadêmica <b>Cibele Borges de Sousa</b>, aluna do curso de <b>Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas</b> deste PPG, orientada pela Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pessoa Chaves Rocha, realize em sua instituição pesquisa que servirá como suporte teórico para a confecção de sua dissertação.</p>	
<p>Caso V.S.ª julgue necessário, a própria mestranda poderá prestar-lhe outras informações importantes sobre sua pesquisa.</p>	
<p>Desde já agradecemos a colaboração e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.</p>	
<p>Respeitosamente,</p>	
	
<p>Prof. Dr. José Messias Viana Nunes Vice Coordenador do PPGECEM/IEMCI/UFPA Portaria n.º 4870/2012</p>	
<p><i>Recebido Luiza 27/02/2014</i></p>	
<p>UFPA • Campus Universitário do Guamã • Setor Básico • Av. Augusto Corrêa, 01 • 66075-110 • Belém-PA (91)3201-8070 • iemci_ppgecem@ufpa.br • www.ufpa.br/ppgecem</p>	

**APÊNDICE C – IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS GRAVAÇÕES**

<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>	<b>ENTREVISTADOR</b>	<b>LOCAL</b>	<b>EQUIPAMENTO/ MÍDIA</b>
Maria Ferreira	A autora	IEEP	Celular, Microfone
Eneida Norat	A autora	Residência da Professora	Gravador, Microfone



## APÊNDICE C – O ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Temática: A Escola Normal

Motivação: Construir uma história da instituição.

Como era a ambiência da instituição quando você trabalhou/estudou na EN? (A percepção sobre a instituição.)

Quais as disciplinas ministradas/estudadas? (A percepção das disciplinas de matemática.)

E quanto aos conteúdos. Como eles eram desenvolvidos? (A percepção dos conteúdos abordados e as metodologias.)

E qual livro você utilizava? (A percepção acerca dos livros utilizados.)

- Elementos que facilitavam/dificultavam o ensino.

Você lembra como era realizado o estágio? Você ministrou/realizou o estágio?

- Como era a relação entre a teoria e a prática (estágio)? Aspectos positivos e/ou negativos.

Como eram realizadas as avaliações?

- Avaliação.

E a colação de grau, como eram?

Após a colação você exerceu a profissão?

Você tem fotografias, documentos em geral que poderia mostrar?

## APÊNDICE D – CONTEÚDO CURRICULAR RETIRADO DO DIÁRIO OFICIAL SEÇÃO I, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1952 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria N.º 1045, de 14 de Dezembro de 1951.

### 1.ª Série

I – Noções sobre o cálculo aritmético aproximado; êrros.

1. Aproximação e êrro. Valor por falta ou por excesso. Êrro absoluto e êrro relativo. Algarismos exatos de um número aproximado. Êrro de arredondamento.
2. Adição, subtração, multiplicação e divisão com números aproximados. O cálculo da aproximação dos resultados e seu problema inverso; método dos êrros absolutos.

II – Progressões:

3. Progressões aritméticas: termo geral; soma dos termos. Interpolação aritmética.
4. Progressões geométricas: termo geral; soma e produto dos termos. Interpolação geométrica.

III – Logarítmos:

4. O cálculo logarítmico como operação inversa da potenciação. Propriedades gerais dos logarítmos; mudança de base. Característica e mantissa. Cologarítimo.
5. Logarítmos decimais: propriedades. Aplicação ao cálculo numérico.
6. Equações exponenciais simples; sua resolução com o emprego de logarítmos.

IV – Retas e planos; superfícies e poliedros em geral; corpos redondos usuais; definições e propriedades; áreas e volumes.

9. Reta e planos; postulados; determinação; interseção; paralelismo; distância; inclinação e perpendicularismo. Diedros e triedros. Ângulos sólidos em geral.
10. Generalidades sobre os poliedros. Poliedros regulares; indicações gerais.
11. Prismas; propriedades gerais e em especial, dos paralelepípedos; área lateral, área total; volume.
12. Pirâmides; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de prisma e troncos de pirâmide.
13. Estudo sucinto das superfícies em geral. Superfícies retilíneas e superfícies curvilíneas. Superfícies desenvolvíveis e superfícies reversas. Superfícies de revolução. Exemplos elementares dos principais tipos da classificação de Monge.
14. Cilindros; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de cilindro.
15. Cones; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Troncos de cone de bases paralelas.
16. Esfera; propriedades gerais; Área e volume da esfera e das suas diversas partes.

V – Seções cônicas; definições e propriedades fundamentais.

5. Elipse; definição e traçado; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangente.
6. Hipérbole; definição e traçado: assíntotas; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangente.
7. Parábola; definição e traçado; diretriz; tangente.
8. As seções determinadas por um plano numa superfície cônica de revolução; teorema de Dandelin.

### 2.ª Série

I – Análise combinatória simples

5. Arranjos de objetos distintos; formação e cálculo do número de grupamentos.
6. Permutações de objetos distintos; formação e cálculo do número de grupamentos. Inversão. Classe de uma permutação; teorema de Bezout.
7. Permutações simples com objetos repetidos; cálculo do número de grupamentos.
8. Combinações de objetos distintos: formação e cálculo do número de grupamentos. Relação de Stifel; triângulo aritmético de Pascal.

II – Binômio de Newton.

3. Lei de formação do produto de binômios distintos. Fórmula para o desenvolvimento binomial no caso de expoente inteiro e positivo: lei recorrente da formação dos termos.
4. Aplicação do desenvolvimento binomial ao problema da somação de potências semelhantes de uma sucessão de números naturais.

III – Determinantes; sistemas lineares.

4. Determinantes e matrizes quadradas; propriedades fundamentais. Regra de Sarrus. Determinantes menores. Desenvolvimento de um determinante segundo os elementos de uma linha ou coluna. Transformação dos determinantes. Abaixamento da ordem pela regra de Chió.
  5. Sistemas de  $n$  equações lineares e  $n$  incógnitas. Regra de Cramer.
  6. Sistemas de  $m$  equações lineares com  $n$  incógnitas. Teorema de Rouché.
- IV – Noções sobre vetores; projeções; áreas e ângulos; linhas e relações trigonométricas.
5. Grandezas escalares e vetoriais. Vetores; propriedades. Operações elementares com vetores. Relação de Chasles.
  6. Projeção ortogonal de um vetor sobre um eixo. Teorema de Carnot.
  7. Generalização dos conceitos de arco e de ângulo. Arcos côngruos. Arcos de mesma origem e de extremidades associadas.
  8. Linhas e funções trigonométricas diretas; definições e variação. Arcos correspondentes à mesma linha trigonométrica. Relações entre as linhas trigonométricas de um mesmo arco. Problema geral da redução ao 1.º quadrante. Cálculo das linhas trigonométricas dos arcos expressos pela relação  $\frac{\pi}{n}$ .
- V – Transformações trigonométricas em geral; equações trigonométricas simples.
5. Adição, subtração e multiplicação de arcos. Bissecção de arcos. Transformação de linhas trigonométricas em produtos.
  6. Disposição de tábuas trigonométricas naturais e logarítmicas.
  7. Equações trigonométricas simples tipos clássicos.
  8. Casos clássicos de resolução de triângulos quaisquer.

### 3.ª Série

- I – Conceito de função; representação cartesiana; reta e círculo; noção intuitiva de limite e de continuidade.
6. Conceito elementar de variável e de função. Variável progressiva e variável contínua; intervalos. Noção intuitiva de limites de uma sucessão; exemplos clássicos elementares; convergência.
  7. Funções elementares: classificação; representação cartesiana de uma função e equação de uma curva. Curvas geométricas e curvas empíricas; noção intuitiva de continuidade. Representação gráfica de funções usuais: função exponencial, função logarítmica e funções trigonométricas diretas. Acréscimo de uma função num ponto: funções crescentes e funções decrescentes. Tangente; inclinação da tangente.
  8. Limites de variáveis e de funções; limites infinitos. Propriedades fundamentais. Exemplos elementares de descontinuidade de uma função em um ponto. Descontinuidade das funções decimais fracionárias.
  9. A função linear e a linha reta em coordenadas cartesianas. Parâmetro angular e parâmetro linear. Formas diversas da equação da linha reta. Representação paramétrica; área de um triângulo em função das coordenadas dos vértices. O problema clássico de inclinação intersecção, passagem e distância, relativos a linha reta.
  10. A equação geral do 2.º grau com duas variáveis e a circunferência de círculo em coordenadas cartesianas. Formas diversas da equação da circunferência de círculo. Intersecção de retas e circunferências.
- II – Noções sobre derivadas e primitivas: interpretações; aplicações.
6. Definição da derivada em um ponto; notações; derivada infinita. Interpretação geométrica e cinemática da derivada. Diferença e diferencial: interpretação geométrica. Funções derivadas. Derivação sucessiva.
  7. Regras de derivação: derivada de uma constante; de uma função de função; de funções inversas: da soma, do produto e do quociente de funções. Aplicando a derivada de funções elementares.
  8. Aplicação da teoria das derivadas no estudo da variação de uma função. Funções crescentes e funções decrescentes; máximos e mínimos relativos. Interpretação geométrica.
  9. Funções primitivas; integral indefinida: constante de integração. Primitivas imediatas; regras simples de integração.
  10. Integral definida. Aplicação ao cálculo de área e de volumes; exemplos elementares.
- III – Introdução a teoria das equações: polinômios; propriedades; divisibilidade por  $x \neq a$ ; problemas de composição. Transformação e pesquisa de raízes: Equações de tipos especiais.
7. Polinômios de uma variável: identidade. Aplicação aos métodos dos coeficientes a determinar. Divisibilidade de um polinômio inteiro em  $x$ . por  $x \neq a$ ; regra e dispositivo prático de Ruffini. Fórmula de Taylor para os polinômios: algoritmo de Ruffini-Horner.
  8. Polinômios e equações algébricas em geral; raízes ou zeros. Conceito elementar de número complexo: forma binomial; complexos conjugados; módulo; representação geométrica. Operações racionais. Decomposição de um

polinômio em fatores binômios; número de raízes de uma equação; raízes múltiplos e raízes nulas. Raízes complexas conjugadas. Indicação sobre o número de raízes reais contidas em um dado intervalo; teorema de Bolzano; consequências.

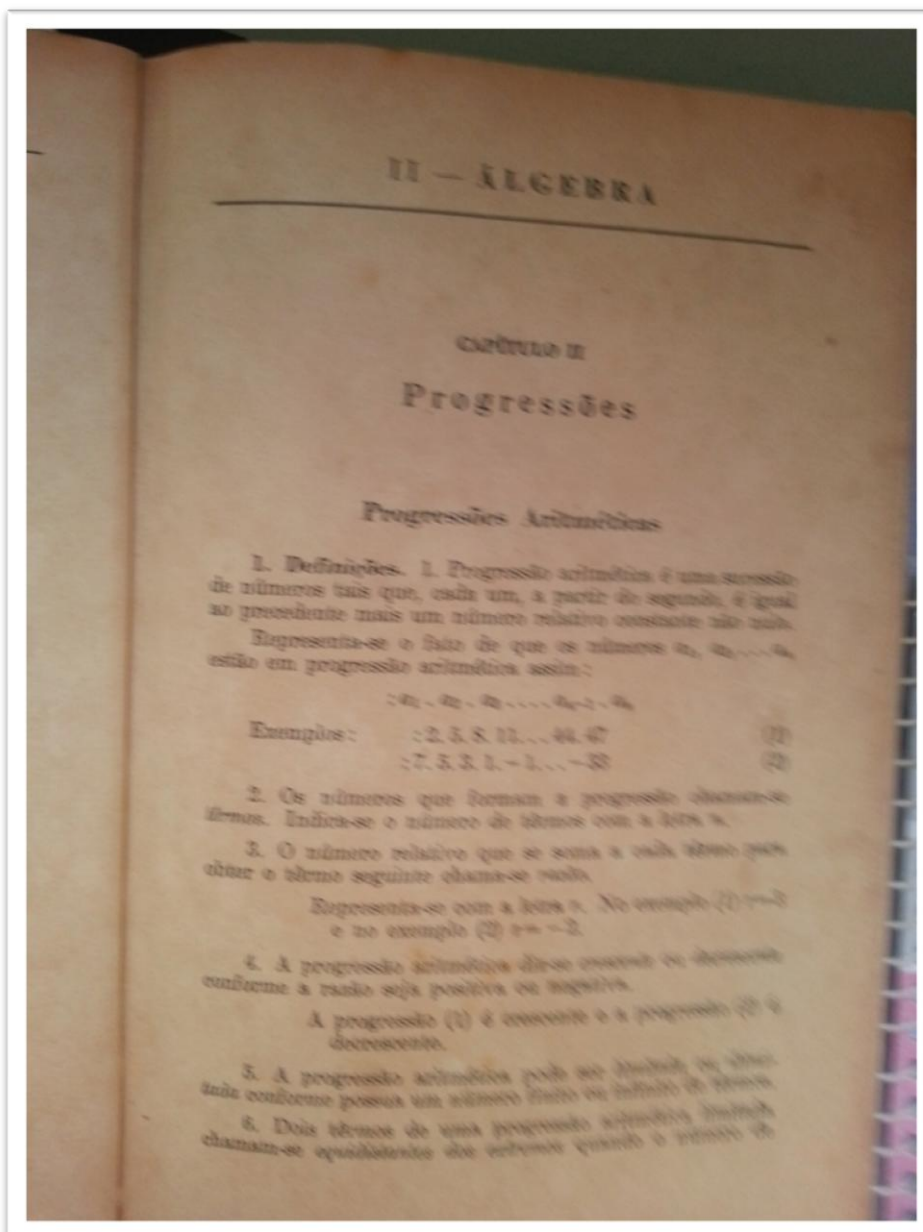
9. Relações entre os coeficientes e as raízes de uma equação; aplicação a composição das equações. Propriedades das raízes racionais inteiras e fracionárias.
10. Transformações das equações. Transformações de primeira ordem: aditivas, multiplicativas e recíprocas.
11. Equações recíproca; classificação; forma normal; abaixamento do grau.
12. Cálculo das raízes inteiras. Determinação das cotas pelo método de Laguerre-Thihault. Regras de exclusão de Newton. Algoritmo de Peletarius.

# ANEXOS

**ANEXOS A – Escadaria do Prédio da IEP na Atualidade****ANEXOS B – Porta de Entrada do Arquivo do IEP**

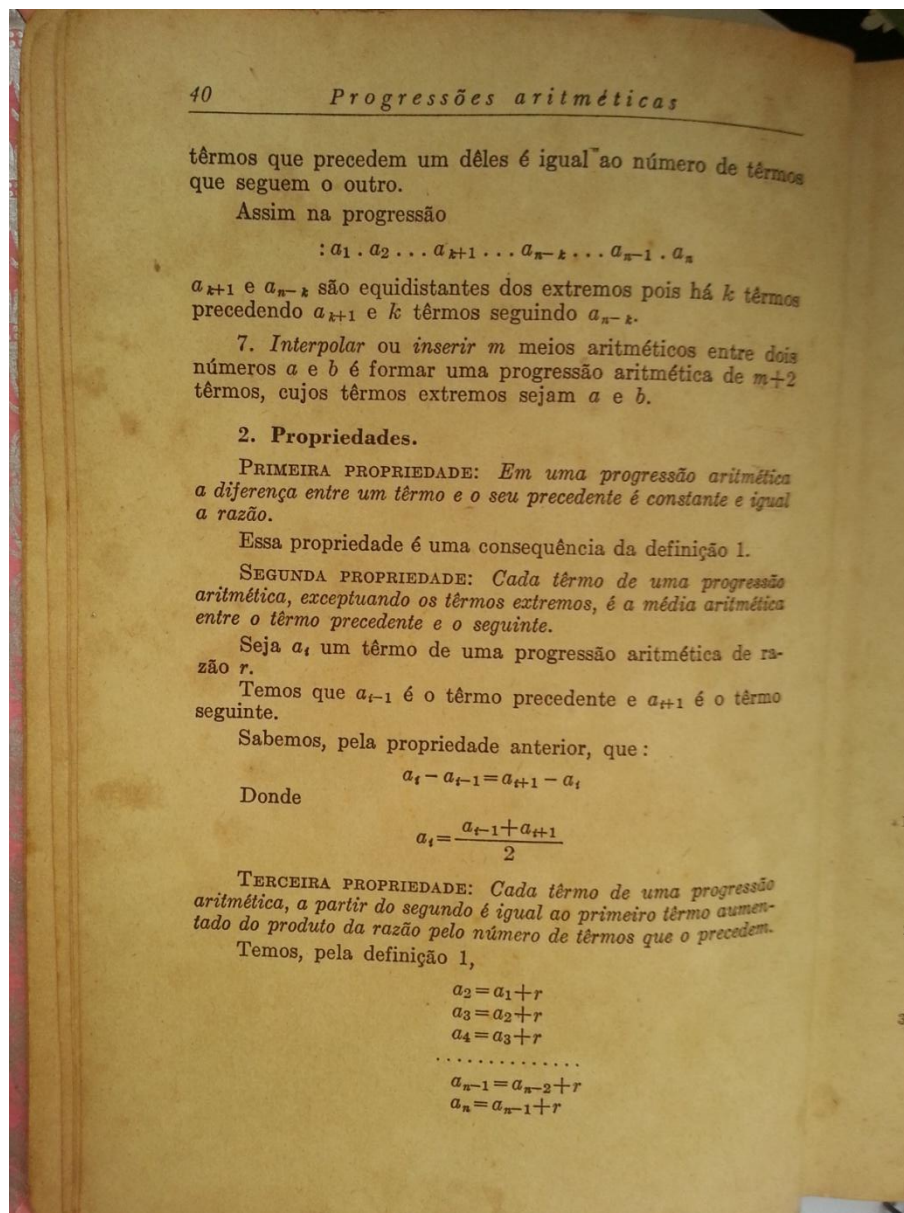
**ANEXO C – Estante Localizada no Arquivo do IEP Contendo Livros Raros****ANEXO D – Documentos do Arquivo do IEP**

## ANEXO E – FOTO 6 – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 39

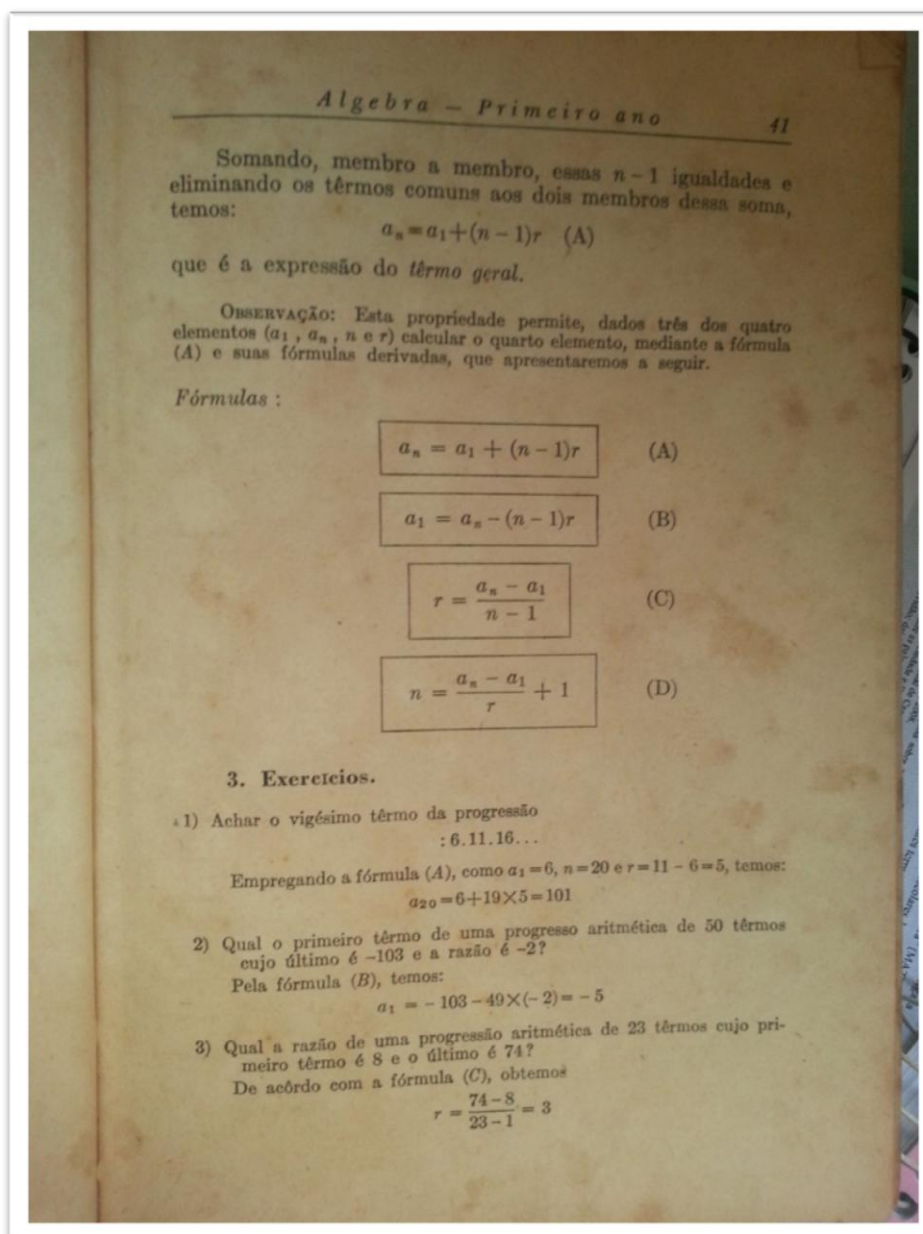




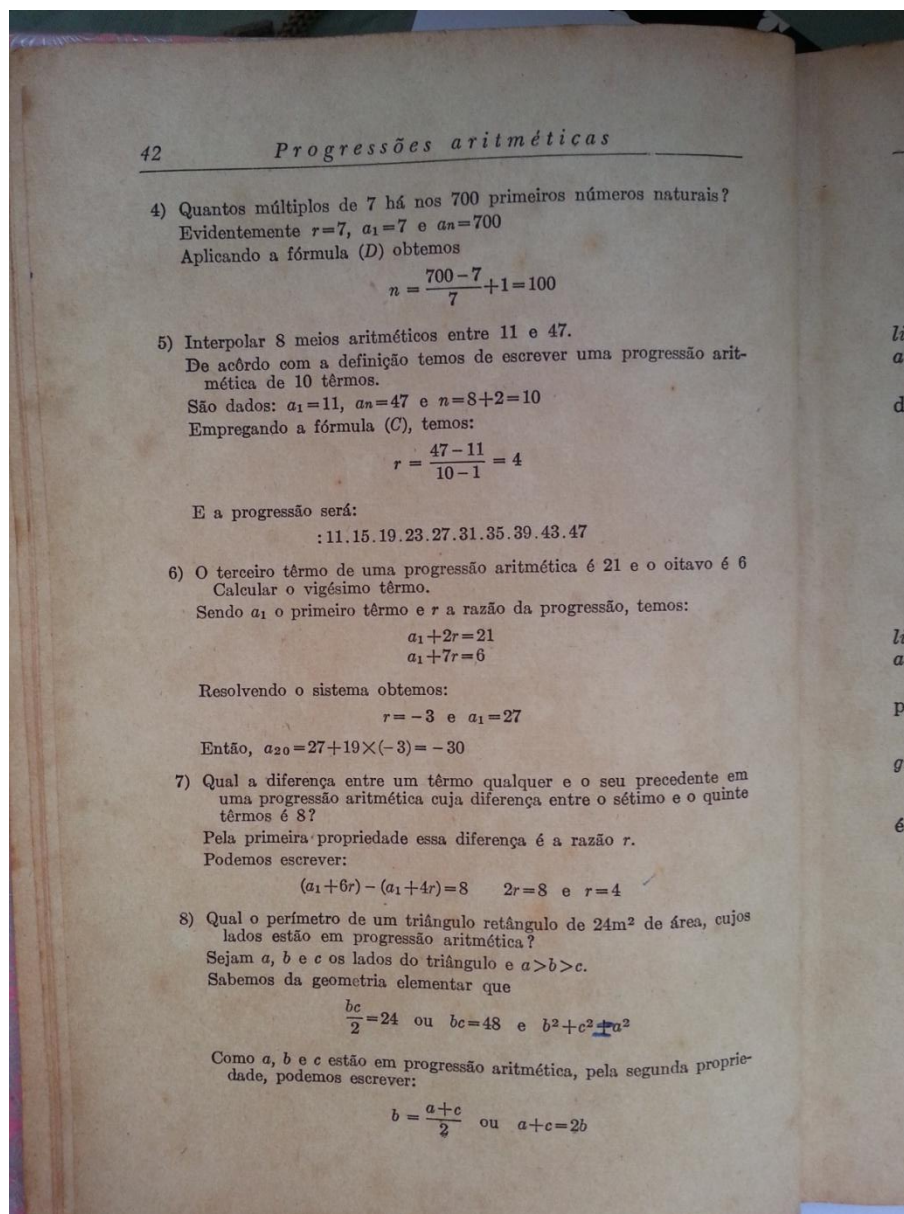
## ANEXO F – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 40 .



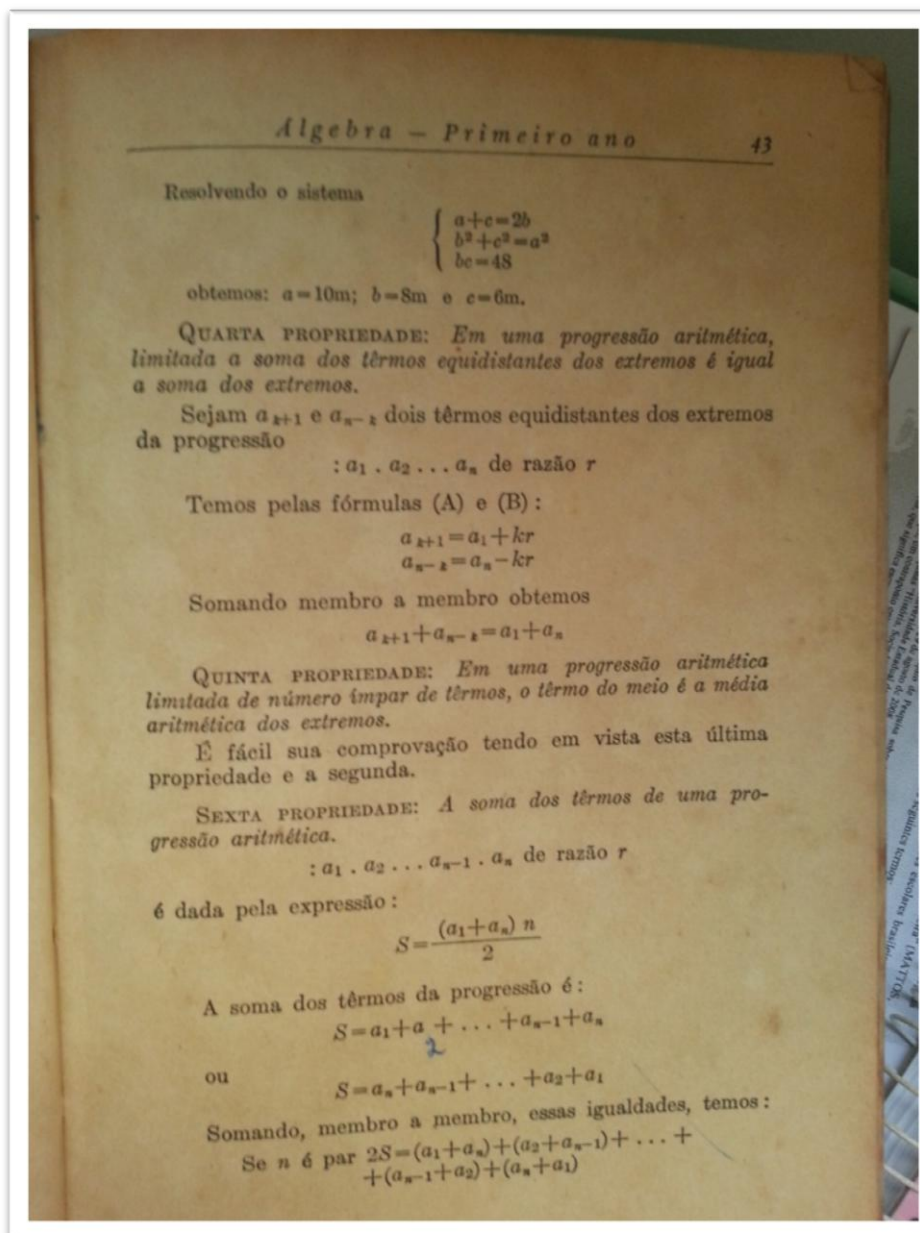
## ANEXO G – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 41



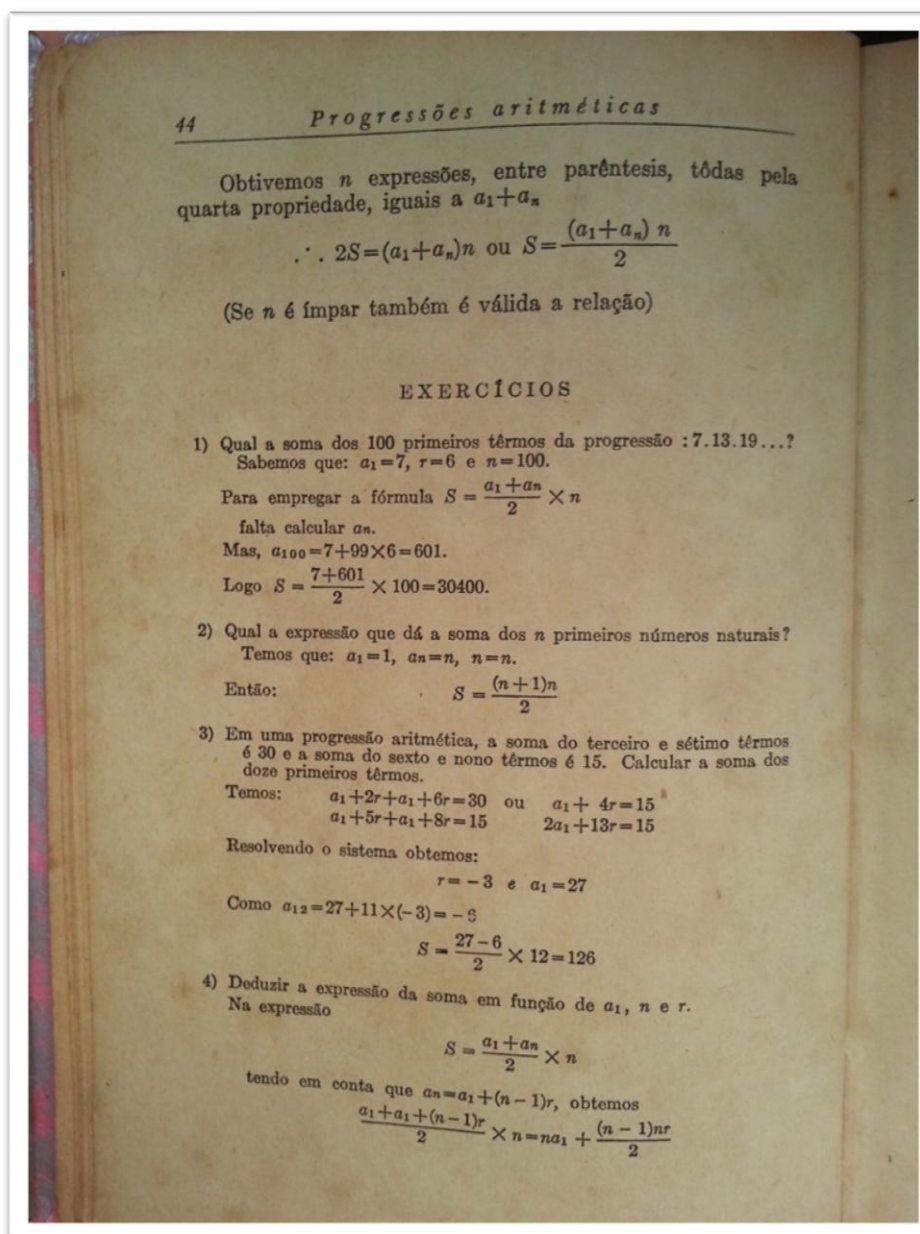
## ANEXO G – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 42



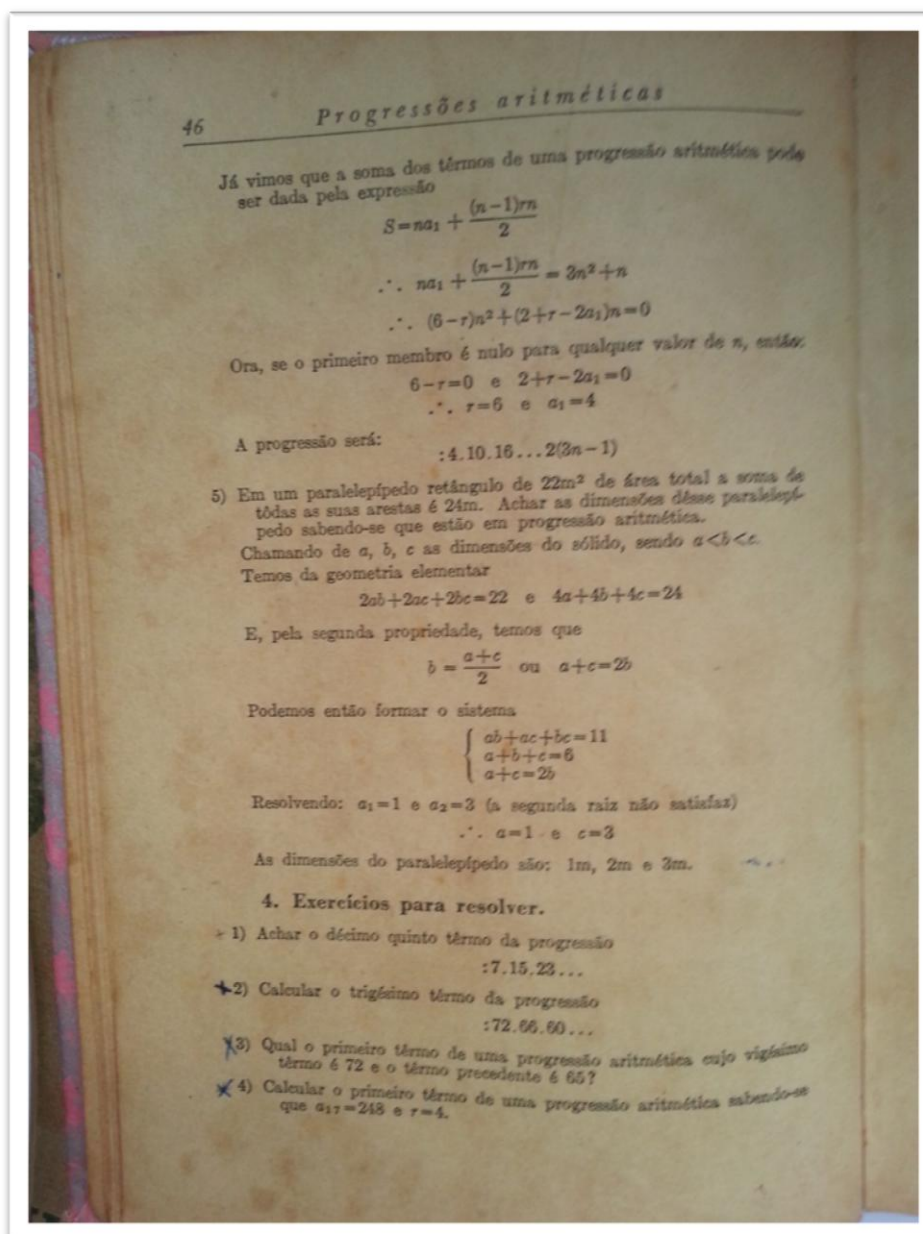
## ANEXO I – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 43



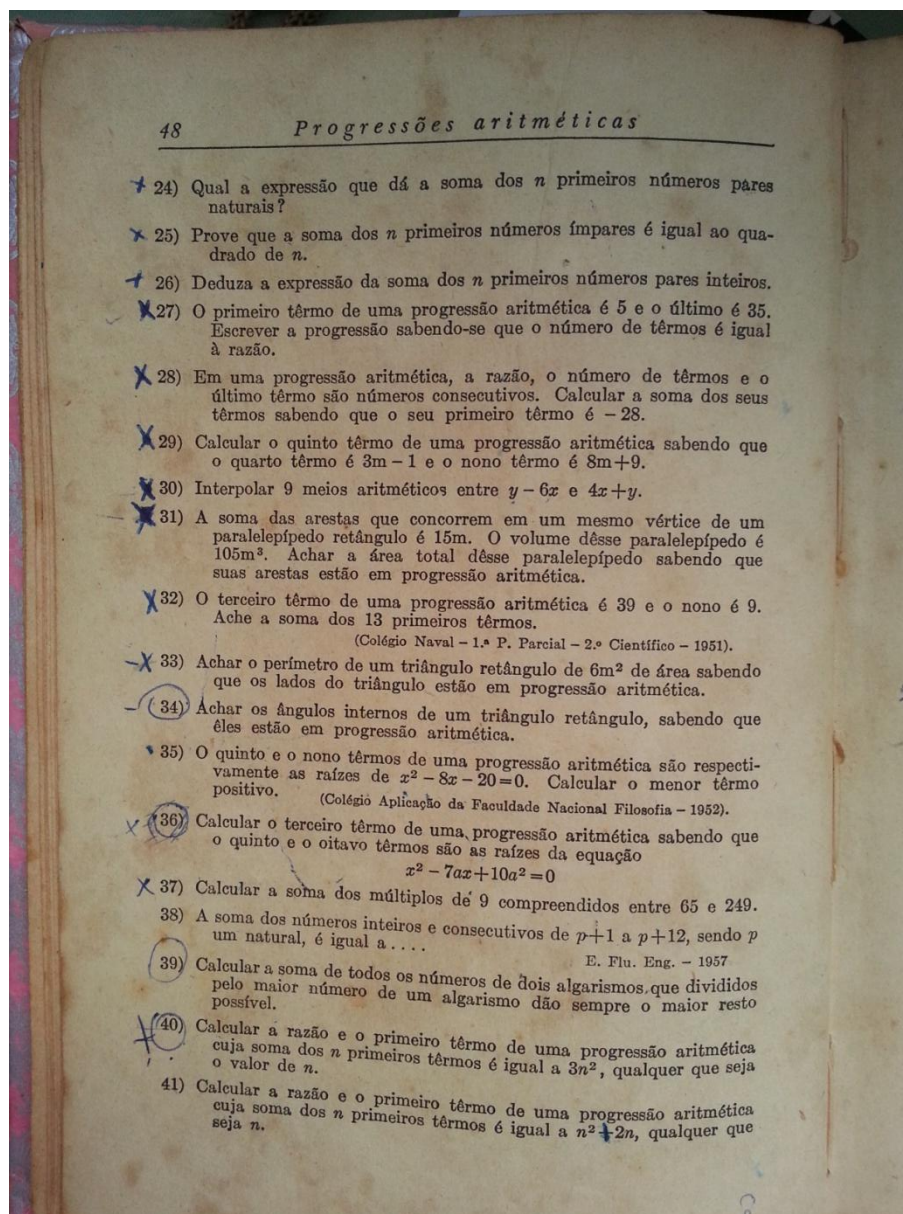
## ANEXO J – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 44



## ANEXO K – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 45



ANEXO L – FOTO – CAPÍTULO III “ PROGRESSÃO ARITMÉTICA”, página 46(EXERCÍCIOS)



ANEXO M - DIÁRIO OFICIAL - DIA 22 DE FEVEREIRO DE 1952 - PORTARIA Nº 1.045 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1951 - PÁGINAS 7.

Sexta-Feira 22      DIÁRIO OFICIAL (Seção I) Suplemento      Fevereiro de 1952 7

**Linguagem arcaica; por fim e complementar gramatical e filológico.**

**Pouco importa que esse trabalho tenha de ser executado em algumas aulas. O essencial é que se complete.**

**E' bom estar quanto possível, a fragmentação dos textos. Assim, a vários exercícios das orações do Círculo deve preceder-se um discurso inteiro, quando possível, o professor terá a oportunidade em incentivando a empreender com os alunos o estudo integral de uma obra, poderá faz-lo parcialmente escrevendo e destacando os trechos indispensáveis ao conhecimento e apreciação do conteúdo.**

**20** depois de concluído o estudo de um discurso ou de uma poesia, virá o ensino das considerações sobre a personalidade, vida, produção do autor, fatos que tenham influído na concepção do plano de sua obra. Essas notícias virão resultado das lições de história literária quando não recolhidas por textos familiares aos alunos.

**Em vez das biografias e digressões históricas, recomendando-se, por mais proveitosas, os exercícios escritos em português, tais como a análise esgráfica de textos conhecidos, o argumento de um canto da Eneida, o resumo de um discurso de Cícero, ou mesmo pequenas dissertações que existam na obra e discursando, e não ensino de memória.**

**Nada impede, entretanto, que nas últimas aulas do Curso Clássico o professor faça o resumo da história da literatura latina, incluindo nas aulas os complementos que poderão consultar, se quiserem prosseguir com os estudos da matéria.**

**GRECO**

curso clássico

*Primeira série*

**I - Lettura e tradução**

Par-se-lo com a maior frequência possível, utilizando-se textos fáceis e graduados. Servirão, ainda, de textos as lições mais conhecidas de Ruyter.

**II - Gramática**

1 - Alfabeto, espírito, acentos. Regras gerais de acentuação. Vogais; ditongos; crase.

2 - Declinação do artigo.

3 - Declinação dos substantivos: 1.ª declinação: a) Tipos femininos; b) Tipos masculinos.

4 - Declinação: -o) Tipos masculinos - femininos; b) Tipos neutros.

5 - Declinação: tipos principais dos três gêneros.

6 - Declinação dos adjetivos: a) Adjetivos da 1.ª e 2.ª declinação; b) Adjetivos que seguem as flexões da 3.ª declinação;

7 - Casos dos adjetivos;

8 - Preposições pessoais;

9 - Conjugação do auxiliar. Noções gerais da flexão verbal grega.

10 - Conjugação ativa do verbo em puro.

Conjugação médio-passiva do verbo em  $\bar{\iota}$  puro.

III - Outras exercílios - Versões de pequenas orações.

*Segunda série*

**I - Lettura e tradução**

Par-se-lo sempre acompanhadas de comentários gramaticais e culturais. São textos indicados e exercílios da *Citropedia* ou da *Antologia*, de Xenofonte.

**II - Gramática**

1 - Conjugação dos principais verbos em  $\bar{\iota}$ .

2 - Noções dos principais interrogativos no verbo grego.

3 - Síntese de concordância nominal e concordância verbal.

III - Noções da literatura grega

1 - Menção dos principais escritores gregos

2 - Caracteres gerais da literatura grega

3 - Influência da literatura grega na literatura latina.

4 - Influência da literatura grega nas literaturas modernas

5 - Lista de exercícios bibliográficos dos principais autores gregos:

a) a poesia épica - Homero;

b) a poesia lírica - Hesíodo; c) a historiografia - Heródoto, Tucídides e Xenofonte;

d) a tragédia - Esquilo, Sófocles e Eurípides;

e) a filosofia: Sócrates, Platão e Aristóteles

IV - Outras exercílios: Comentários filológicos e literários de trechos dos autores citados.

**INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GRECO**

O ensino da língua grega é de livre escolha de aluno. Por este motivo é necessário que o professor, logo de início, mostre a sua disciplina quanto aos requisitos desse ensino. Em primeiro lugar e preciso que se fixe bem a noção de que a língua que se vai ensinar é a glosa e não o grego moderno.

Lingua de alfabeto típico e um tanto diferente do alfabeto latino, requer que se principie seu estudo pelo ensino da maneira de grafar esse alfabeto. É aconselhável que primeiro se adote o aluno em escrever as maiúsculas e depois as minúsculas. Daí se passará ao valor fonético das letras e à sílaba. Mostra que se adote, como é aconselhável, gramática e lição de texto, as exercílios de adaptação utilizadas e mesmo indispensáveis.

Tratando-se de ensino de grego clássico, a pronúncia a adotar deverá ser a gramática do ensino, o que não impede que o professor faça referências à pronúncia de Neuchâtel.

Conseguida a prática da escrita e da leitura devem ser iniciadas as noções gerais sobre a língua grega.

Neste particular o professor deverá, quanto possível, apresentar e apresentar as coisas adquiridas pelo aluno no curso gramatical, sobre o mecanismo da língua, e mostrar os pontos em que a flexão grega difere da flexão do latim.

O uso das preposições em lugar do objetivo e o emprego do artigo obrigam o aluno ao professor para mostrar a maior semelhança entre a sintaxe grega e a portuguesa, apesar de serem duas línguas de famílias diferentes.

No ensino da flexão nominal, há oportunidade para que o professor aproveite os conhecimentos lúricos do aluno e se aplique, no estudo, flexional grego.

A terceira declinação deverá ser ensinada, na primeira série, de modo especial. Seria aconselhável que se desse a explicação das letras em mudança o auxílio de noções sintáticas adatas o encontro de consonantes.

A declinação de adjectivos deve ser dada à proporção que se reconhecerem caracteres sobre as declinações de substantivos, apresentando-se de uma forma a semelhança de declinações entre ambos.

No estudo da flexão verbal é indispensável que se expliquem a sua formação e seus elementos componentes, distinguindo-os bem.

**PROGRAMA DE MATEMÁTICA**

**1.ª série**

**1.ª série**

I - Números inteiros; operações fundamentais; números racionais.

1. Noção de número natural, grandeza, unidade medida, numeração, numeração falada; numeração escrita. Sistema decimal. Valor absoluto e valor relativo dos algarismos.

2. Adição. Propriedades. Provas. Subtração. Propriedades. Prova. Complemento aritmético de um número.

3. Multiplicação. Propriedades. Processos de abreviação. Prova. Potência de um número. Produto e quociente de potências da mesma base.

4. Divisão. Propriedades. Prova. Complemento aritmético de um número.

5. Números relativos; interpretação. Adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação dos números relativos; regras práticas.

II - Razões e proporções aritméticas; números primos.

1. Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Princípios fundamentais. Caracteres de divisibilidade: 2, 3 e 5; e suas potências; por 2, 4 e 8; por 3 e 9; por 6 e 9; por 11. Propriedades elementares dos restos. Provas das operações por um divisor.

2. Números primos e números compostos; números primos entre si. Critério de Eratóstenes. Reconhecimento de um número primo. Decomposição de um número em fatores primos. Cálculo dos divisores de um número. Número dividido por dois ou mais números primos entre si dois a dois; aplicação à divisibilidade.

3. Máximo divisor comum. Algoritmo de Euclides; simplificações. Propriedades. Máximo divisor comum pela decomposição em fatores primos.

4. Mínimo múltiplo comum. Relação entre o máximo divisor comum e o mínimo múltiplo comum. Propriedades.

III - Números fracionários.

1. Fração. Fração ordinária e fração decimal. Comparação de frações; simplificação; redução ao mesmo denominador. Operações com frações ordinárias.

2. Frações decimais; números decimais; propriedades dos números decimais; operações. Conversão de fração ordinária em número decimal e vice-versa. Número decimal periódico.

IV - Sistema legal de unidades da medida; unidades e medidas usuais.

1. Unidade legal de comprimento; múltiplos e submúltiplos usuais. Área; unidade de área; unidade legal; múltiplos e submúltiplos usuais. Área do retângulo, do paralelogramo, do triângulo, do trapézio e do círculo; fórmulas. Volume; unidade de volume; unidades legais; múltiplos e submúltiplos usuais. Volume do paralelepípedo, do cilindro, do cone e da esfera; fórmulas. Peso e massa; unidade legal; múltiplos e submúltiplos usuais. Densidade; aplicações.

2. Unidade de ângulo e de tempo. Unidades inglesas e norte-americanas; unidades usadas no Brasil. Medidas complexas; operações; conversões.

3. Unidade de velocidade. Velocidade angular.

**2.ª série**

**I - Potências e raízes; expressões irracionais.**

1. Potência de um número; quadrado e cubo. Operações com potências; potenciação de mesma base e potências semelhantes. Exponente zero; expoente negativo. Potência das frações. Potência de um número decimal.

2. Expressão do quadrado de uma indicada de dois números e do produto da soma indicada pela diferença indicada de dois números; interpretação geométrica. Diferença entre os quadrados de dois números inteiros consecutivos.

3. Raiz quadrada. Regra prática para a extração da raiz quadrada dos números inteiros. Limite do resto na extração da raiz quadrada. Prova. Raiz quadrada de um produto. Aproximação decimal no cálculo da raiz quadrada. Raiz quadrada dos números decimais. Raiz quadrada das frações.

4. Raiz cúbica. Regra prática para a extração da raiz cúbica dos números inteiros. Prova. Raiz cúbica de um produto. Aproximação decimal no cálculo da raiz cúbica. Raiz cúbica dos números decimais. Raiz cúbica das frações.

5. Operações comensuráveis e grandezas incommensuráveis. Números racionais e números irracionais. Radicais. Valor aritmético de um radical. Transformação do índice e do expoente; redução de radicais ao mesmo índice; comparação de radicais; redução de um radical à expressão mais simples. Operações com radicais. Potênciação e redução de potências; expoentes fracionários. Exercícios simples de racionalização de denominadores.

II - Cálculo literal; potências.

1. Expressão algébrica. Valor numérico. Classificação das expressões algébricas. Monômios e polinômios; ordenação.

2. Adição. Redução de termos semelhantes. Adição e subtração de polinômios.

3. Multiplicação de monômios e polinômios. Produtos notáveis.

4. Divisão de monômios; divisão de polinômios com uma variável.

5. Casos simples de fatoração; identidades.

6. Frações literais; propriedades; operações fundamentais.

III - Sistema linear; equações e inequações de 1.ª grau com uma incógnita; sistemas lineares com duas incógnitas.

1. Igualdade. Identidade. equação. classificação das equações. Equações equivalentes. Resolução de uma equação do primeiro grau com uma incógnita; equações literais. Resolução de uma equação do primeiro grau com uma incógnita. Sistema linear; decomposição em fatores; verificação do sinal e do valor.

2. Equações do primeiro grau com duas incógnitas; sistemas de equações simultâneas. Resolução de um sistema linear com duas incógnitas pelos métodos de eliminação por substituição, por adição e por comparação. Discussão de um sistema linear de duas equações com duas incógnitas.

4. Problemas do primeiro grau com uma e com duas incógnitas; representação; discussões.

**3.ª série**

**I - Razões e proporções; aplicações aritméticas:**

1. Razão de dois números; razão de duas grandezas. Propriedades das razões. Razões iguais; propriedades. Propriedades. Propriedade fundamental; recíproca. Transformações. Quarta proporcional. Cálculo de um termo qualquer de uma proporção. Proporção contínua; média proporcional



ANEXO N - DIÁRIO OFICIAL - DIA 22 DE FEVEREIRO DE 1952 - PORTARIA Nº 1.045 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1951 - PÁGINAS 8.

8 Sexta-feira 22	DIÁRIO OFICIAL (Seção I) Suplemento	Fevereiro de 1952
<p>teoria; propriedades. Propriedades mais gerais das projeções. Ideia geral de medição; mapas antárticos, mapa da Gronelândia e mapa hemisférico. Notas poligonais.</p> <p>2. Medição por projeções; propriedades. Divisão em partes diferenciadas; projeção e em partes diferenciadas; projeção e em partes diferenciadas; projeção e em partes diferenciadas.</p> <p>3. Medição de terra. Resolução de problemas de regra de três simples e composta.</p> <p>4. Percentagens; problemas. Tabela misturada.</p> <p>5. Juros simples; problemas.</p> <p>II - Equações geométricas párias; regra de cruzar:</p> <p>1. Figuras geométricas; ponto, linha, superfície, reta e plano. Características.</p> <p>2. Ângulos; definições; classificações e propriedades; propriedades. Casos clássicos de construção de triângulos. Correspondência, na desigualdade, entre os lados e os ângulos. Comparação de linhas de mesmas extremidades.</p> <p>3. Representações e análises. Métrica e álgebra como linguagens geométricas.</p> <p>4. Paralelas. Ângulos formados por duas retas, quando cortadas por uma transversal; propriedades. Propriedades de duas retas perpendiculares a uma terceira. Pêndulo de Galileu; consequências. Propriedades das sequências de parâmetros correspondentes entre paralelas. Propriedades de ângulos de linhas paralelas ou de linhas perpendiculares.</p> <p>5. Retas dos ângulos internos de um triângulo; consequências. Soma dos ângulos internos e dos ângulos externos de um polígono.</p> <p>6. Quadriláteros; classificação dos quadriláteros convexos; classificação dos paralelogramos e das trapézias. Propriedades do paralelogramo e do trapézio. Translação. Retas correspondentes no triângulo.</p> <p>7. Círculos; propriedades e círculo; definições. Propriedades do diâmetro, arco e corda; propriedades. Derivação de um ponto e uma circunferência. Tangente e normal. Sequências numéricas de dois círculos. Relações.</p> <p>8. Circunferência de arco e ângulo. Medida de ângulo central, do ângulo inscritivo, do ângulo de segmento, do ângulo essecante inscrito, do ângulo essecante exterior, segmento de arco de um círculo dado.</p> <p>III - Líneas perpendiculares; semelhança de polígonos:</p> <p>1. Pontos que dividem um segmento numo razão dada. Divisão harmônica.</p> <p>2. Seções áreas demonstradas sobre transversais por um feixe de paralelas.</p> <p>3. Linhas perpendiculares no triângulo; propriedades das mediatrizes de um triângulo; lugar geométrico dos pontos cuja soma das distâncias a dois pontos fixos é constante.</p> <p>4. Semelhança de triângulos; casos clássicos. Semelhança de polígonos.</p> <p>IV - Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Teorema de Pitágoras:</p> <p>1. Definição do seno, do cosseno e da tangente de um ângulo dado. Construção de um ângulo, sendo dado o seno ou cosseno ou a tangente.</p> <p>2. Uso das tabelas trigonométricas. Construção das tabelas de um triângulo qualquer; resolução de um segmento.</p> <p>3.º série</p> <p>I - Resolução da segunda grau; equações e inequações da segunda grau com uma incógnita:</p> <p>1. Equações da segunda grau. Resolução das equações incompletas; resolução da equação completa; resolução</p>	<p>teamento da fórmula de resolução por um dos métodos clássicos; fórmulas simplificadas. Discussão das raízes; casos de raízes diferentes, de raízes iguais e de não existência de raízes. Relações entre os coeficientes e as raízes. Construção da equação dada as raízes.</p> <p>2. Trinômio do segundo grau; decomposição em fatores; casos de trinômio; forma canônica. Variação em sinal e em valor. Posição de um número em relação ao raiz do trinômio. Valor máximo ou mínimo do trinômio do segundo grau. Inequações do segundo grau. Resolução de inequações do segundo grau.</p> <p>3.º série</p> <p>1. Problemas do segundo grau; discussões. Divisão áerea.</p> <p>4. Equações reduzíveis ao segundo grau; equações biquadradas; equações irracionais. Transformação das expressões da forma:</p> <p>V A 2.º VII</p> <p>II - Relações métricas nos polígonos e no círculo calculo de <math>\pi</math>:</p> <p>1. Relações métricas no triângulo retângulo. Teorema de Pitágoras; triângulos pitagóricos.</p> <p>2. Relações métricas num triângulo qualquer; relação dos ângulos.</p> <p>3. Cálculo das mediatras, das alturas e das bissectrizes de um triângulo.</p> <p>4. Relações métricas no círculo. Corda e ângulo que partem de um mesmo ponto. Ordenada de um ponto da circunferência. Cordas que se cortam. Potência de um ponto em relação a um círculo; expressões da potência. Construções geométricas elementares.</p> <p>5. Polígonos inscritos e circunscritos. Teorema de Pappus. Teorema de Ptoleu.</p> <p>6. Polígonos regulares; propriedades.</p> <p>7. Construção e círculo do lado de um quadrado, do polígono regular, do triângulo equilátero e do decágono regular convexos. Cálculo dos apótemas.</p> <p>8. Lado do polígono regular convexo de <math>n</math> lados em função de <math>d</math> e <math>n</math> dados.</p> <p>9. Medida da circunferência. Construção de um arco de curva. Reta da circunferência para o diâmetro. Expressões de comprimento da circunferência e de uma arco qualquer.</p> <p>10. Círculo de <math>\pi</math> pelo método dos perímetros.</p> <p>III - Área das figuras planas:</p> <p>1. Medição das áreas dos polígonos; figuras planas. Área do triângulo equilátero em função do lado; área de um triângulo em função do seu lado, em função do raio do círculo circunscrito e em função do raio do círculo inscrito.</p> <p>2. Relações métricas entre áreas; áreas dos polígonos semelhantes; teorema de Pitágoras. Construções geométricas. Problemas de equivalência.</p> <p>3.º série</p> <p>I - Noções sobre o cálculo aritmético aproximado; erros:</p> <p>1. Aproximação e erro. Valor por falta ou por excesso. Erro absoluto e erro relativo. Algarismos exatos de um número aproximado pelo arredondamento.</p> <p>2. Adição, subtração, multiplicação e divisão com números aproximados. O cálculo da aproximação dos senos, cossenos e da função tangente; construção das áreas algebradas.</p> <p>II - Progressões:</p> <p>1. Progressões aritméticas: termo geral; soma dos termos. Interseção aritmética.</p> <p>2. Progressões geométricas: termo geral; soma e produto dos termos. Interseção geométrica.</p> <p>III - Logaritmos:</p> <p>1. O cálculo logarítmico como operação inversa da potenciação. Propriedades gerais dos logaritmos; mudança de base. Característica e mantissa. Colocatura.</p> <p>2. Logaritmos decimais; propriedades. Logaritmo e uso das tabelas de logaritmos. Aplicação ao cálculo numérico.</p> <p>3. Equações exponenciais simples; sua resolução com o emprego de logaritmos.</p> <p>IV - Rezas e potências; equações e inequações em geral; equações reduzíveis; soma; definições e propriedades; áreas e volumes:</p> <p>1. Reza e plano; potências; denominação; abstração; paralelismo; inclinação; inclinação e perpendicularidade. Diédros e triédros. Ângulos sólidos em geral.</p> <p>2. Generalidades sobre as potências em geral. Poliedros regulares; indicações gerais.</p> <p>3. Triédros; propriedades gerais e em especial, dos paralelepípedos; área lateral; área total; volume. Teorema de Pitágoras e teorema de Ptoleu.</p> <p>3.º série</p> <p>1. Estado analítico das superfícies em geral. Superfícies retilíneas e superfícies curvilíneas. Superfícies de revolução e superfícies de revolução. Superfícies de revolução. Exemplos elementares dos principais tipos da classificação de Monge.</p> <p>2. Cilindros; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Teorema de cilindro.</p> <p>3. Cones; propriedades gerais; área lateral; área total; volume. Teorema de cone de bases paralelas.</p> <p>4. Esfera; propriedades gerais. Área e volume da esfera e das suas diversas partes.</p> <p>V - Seções cônicas; definições e propriedades fundamentais:</p> <p>1. Elipse; definição e traçado; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangentes.</p> <p>2. Hipérbola; definição e traçado; assíntotas; círculo principal e círculos diretores; excentricidade; tangente.</p> <p>3. Parábola; definição e traçado; diretriz; foco.</p> <p>4. As seções determinadas por um plano numa superfície cônica de revolução; teorema de Dandelin.</p> <p>3.º série</p> <p>I - Análise matemática elementar:</p> <p>1. Arranjos de objetos distintos; formação e cálculo do número de agrupamentos.</p> <p>2. Permutações simples, das objeções repetidas; cálculo do número de agrupamentos.</p> <p>3. Permutações de objetos distintos; formação e cálculo do número de agrupamentos. Intervalo. Classe de uma permutação; inversa de Borel.</p> <p>4. Permutações simples, das objeções repetidas; cálculo do número de agrupamentos.</p> <p>5. Combinações de objetos distintos; formação e cálculo do número de agrupamentos. Relação de Pascal; triângulo aritmético de Pascal.</p> <p>II - Distúrio de Newton:</p> <p>1. Lei de formação do produto de potências distintas. Fórmula para o desenvolvimento binomial no caso de expoente inteiro e positivo; lei recorrente de formação das tiradas.</p> <p>3. Aplicação da desenvolvimento binomial ao problema da somação de potências sucessivas de uma sucessão de números naturais.</p> <p>III - Determinantes; sistemas lineares:</p> <p>1. Determinantes e matrizes quadradas; propriedades fundamentais. Regra de Sarrus. Determinantes menores. Desenvolvimento de um determinante segundo os elementos de uma linha ou coluna. Transformação dos determinantes. Abolimento da ordem de um determinante pela regra de Cramer.</p> <p>2. Sistema de <math>n</math> equações lineares com <math>n</math> incógnitas. Regra de Cramer.</p> <p>3. Sistema de <math>n</math> equações lineares com <math>m</math> incógnitas; teorema de Borel.</p> <p>IV - Noções sobre vetores; operações; arco e ângulo; hélix e hélices trigonométricas.</p> <p>1. Operações escalares e vetoriais. Volume; propriedades. Operações esc-</p>	<p>alarmente com vetores. Hélix de Chasles.</p> <p>2. Projção ortogonal de um vetor sobre um plano. Teorema de Carnot.</p> <p>3. Generalização dos conceitos de arco e de ângulo. Arcos côngruos. Arcos da mesma origem e de circunferências associadas.</p> <p>4. Linhas e funções trigonométricas diretas; definições e notação. Arcos correspondentes à mesma linha trigonométrica. Relações entre as linhas trigonométricas de um mesmo arco. Potência geral da potência no 1.º quadrante. Cálculo das linhas trigonométricas dos arcos expressos pela potência <math>x</math>.</p> <p>V - Transformações trigonométricas em geral; equações trigonométricas simples:</p> <p>1. Adição, subtração e multiplicação de arcos; ângulo de arco. Transformação de soma de linhas trigonométricas em produtos.</p> <p>2. Divisão e uso de tabelas trigonométricas naturais e logarítmicas.</p> <p>3. Equações trigonométricas simples tipos clássicos.</p> <p>VI - Resolução trigonométrica de triângulos:</p> <p>1. Relações entre os elementos de um triângulo retângulo.</p> <p>2. Casos clássicos de resolução de triângulos retângulos.</p> <p>3. Relações entre os elementos de um triângulo qualquer. Lei dos senos. Relações dos co-senos. Expressão trigonométrica da área.</p> <p>4. Casos clássicos de resolução de triângulos quaisquer.</p> <p>1.º série</p> <p>I - Cosseno de função; representação cartesiana; reta e círculo; noção intuitiva de limite e de continuidade.</p> <p>2. Cosseno elementar de variável e de função. Variável progressiva e variável constante; intervalos. Noção intuitiva de limite de uma sucessão; exemplos clássicos elementares; convergência.</p> <p>3. Funções elementares; classificação. Representação cartesiana de uma função e equação de uma curva. Curvas geométricas e curvas numéricas; noção intuitiva de continuidade. Representação gráfica de funções reais; função exponencial, função logarítmica e funções trigonométricas. Arco de uma função num ponto; funções crescentes e funções decrescentes. Tangente; inclinação da tangente.</p> <p>4. Limite de variáveis e de funções; limites infinitos. Propriedades fundamentais. Exemplos elementares de continuidade de uma função em um ponto. Descontinuidade das funções numéricas fracionárias.</p> <p>5. A função linear e a linha reta em coordenadas cartesianas. Parâmetro angular e parâmetro linear. Função diversa da equação da linha reta. Representação paramétrica; área de um triângulo em função das coordenadas dos vértices. Os problemas clássicos de inclinação, interseção, tangente e distância, relativos à linha reta.</p> <p>6. A equação geral do 2.º grau com duas variáveis e a circunferência de círculo em coordenadas cartesianas. Funções diversas da equação da circunferência de círculo. Interseção de retas e circunferências.</p> <p>II - Noções sobre derivadas e primitivas; interpretação; aplicações:</p> <p>1. Definição da derivada em um ponto; notações; derivada infinitesimal. Liberdade geométrica e cinemática da derivada. Diferença e diferencial; interpretação geométrica. Funções derivadas. Derivada sucessiva.</p> <p>2. Regra de derivação; derivada de uma constante; de uma função de variáveis; de funções inversas; da soma, do produto, do quociente de funções e da função de derivação de funções elementares.</p> <p>3. Aplicação da teoria das derivadas ao estudo da variação de uma função. Funções crescentes e funções decres-</p>



ANEXO P – Sobre o Decreto nº. 734 de 24 de janeiro de 1947 que fora revisitado em 2012 na coluna “A História no Diário Oficial” da IOEPA e disponibilizado no site: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/2012/03/01.03.caderno.01.01.pdf>>

## A História no Diário Oficial

### AURÉLIO DO CARMO (CXLVI)

Por meio do Decreto nº 4.009, de 13/08/1962, o governador Aurélio Corrêa do Carmo restabelece o Grupo Escolar “Dr. Dimínio Bentes” anexo à Escola Normal “Gentil Bittencourt”, na capital, para demonstração e prática de ensino, de acordo com o Regulamento do Ensino Normal do Estado nos termos do Decreto nº 734, de 24 de janeiro de 1947.

O Grupo Escolar em apreço, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), destinava-se para as internas do referido estabelecimento e teria o quadro de pessoal necessário ao seu funcionamento, designado, em portaria, pelo titular da SEC, dentre os professores pertencentes ao Magistério Primário Oficial.

Também no dia 13 de agosto do mesmo ano, o governador Aurélio do Carmo, atendendo às necessidades do ensino, faz à proposta da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, assinou o Decreto nº 4.010, que transformava em Grupo Escolar as Escolas Reunidas da Vila de Terra Santa, no município de Faro, de acordo com o item III, do artigo 51, do Regulamento do Ensino Primário do Estado.

■ RIBAMAR CASTRO

